



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Relatório e Contas

2009

FICHA TÉCNICA

Título

Relatório e Contas 2009

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

50 exemplares

ISSN 0872-1610

ISBN 978-989-25-0066-9

Depósito Legal nº 79235/94

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Apoio | ao cliente

808 201 808

© INE, I.P., Lisboa · Portugal, 2010*

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, excepto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência

Índice

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
Apresentação	7
Introdução	9
A - Breve Descrição da Actividade do INE em 2009	13
1. Desenvolvimento da Actividade Estatística	15
1.1. Metodologia Estatística	18
1.2. Recolha de Informação	22
1.3. A Produção Estatística	26
1.4. Actividade Internacional	44
1.5. Tecnologias de Informação e Comunicação	47
1.6. A Difusão e a Procura de Informação Estatística	49
2. Balanço Social 2009 - Análise Sintética	57
B - Contas e Demonstração de Resultados	65
1. Recursos Financeiros	67
1.1. Óptica da Contabilidade Pública	67
1.2. Óptica da Contabilidade Patrimonial	69
2. Situação Económica e Financeira	70
2.1. Balanço e Situação Patrimonial	70
2.2. Demonstração dos Resultados - Custos e Proveitos	71
2.3. Investimentos	72
2.4. Proposta de Aplicação dos Resultados	73
3. Outras Informações	73
BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	75
MAPAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	79
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	87
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91

RELATÓRIO DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO



Relatório e Contas

2009



APRESENTAÇÃO

O presente Relatório, que acompanha a apresentação das Contas relativas ao exercício financeiro do ano de 2009, visa apresentar os aspectos mais relevantes da actividade desenvolvida pelo INE e analisar os aspectos essenciais da execução financeira explanada nas Contas e respectivos anexos.

Uma análise mais detalhada da execução da actividade do INE em 2009 será apresentada no respectivo **Relatório de Actividades**.

O presente documento está organizado em duas partes:

- Na primeira parte, faz-se uma apresentação sintética do conjunto da actividade exercida pelo INE ao longo de 2009: descrevem-se os aspectos mais relevantes da produção desenvolvida nas áreas estatísticas a que foi dado maior destaque no Plano de Actividades; enunciam-se as principais actividades na área da recolha e difusão de informação; faz-se referência às principais actividades no âmbito da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional, assim como ao nível internacional; caracterizam-se, ainda, os Recursos Humanos do INE, à data de 31 de Dezembro de 2009;
- Na segunda parte, apresentam-se as contas, bem como as demonstrações financeiras e respectivos anexos, elaborados em conformidade com a legislação em vigor.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da actividade estatística do INE em 2009 continuou a ter como enquadramento o Programa Estatístico Anual da Comissão e o Plano de Actividades relativos a 2009, documentos operacionais das estratégias europeia e nacional para 2008-2012, definidas respectivamente no Programa Estatístico Comunitário para as Estatísticas Europeias e nas Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional (LGAEN).

Os objectivos definidos para o INE no âmbito do Quadro de Avaliação e Responsabilização para 2009 (QUAR), tiveram naturalmente em consideração a Missão do INE, a sua Visão para 2012, as LGAEN e o PA 2009:

Objectivos de Eficácia

A1. Aumentar a relevância da informação estatística produzida, através do alargamento da informação disponibilizada (designadamente no que diz respeito a séries cronológicas longas para os indicadores mais relevantes e a estatísticas nas áreas social e do bem estar), das acções de promoção de literacia estatística junto da sociedade e de aproximação à comunidade científica.

Objectivos de Eficiência

B1. Modernizar o processo de produção estatística, através da intensificação da apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, da adopção de métodos de recolha tecnologicamente mais avançados, da planificação das operações para redução da carga sobre os respondentes e do desenvolvimento de acções visando a sua (respondentes) sensibilização para a importância social da participação nas operações de recolha de dados promovidas pelas autoridades estatísticas.

B2. Contribuir para uma efectiva coordenação no seio do SEN, através da preparação de um sistema comum de planeamento, da celebração dos novos protocolos de delegação de competências e da participação activa nos trabalhos do CSE.

Objectivos de Qualidade

C1. Aumentar a qualidade das estatísticas produzidas e da sua difusão, designadamente através da adopção de metodologias estatísticas mais sofisticadas, da recuperação de calendários de disponibilização e da adopção de práticas conducentes à melhoria dos serviços prestados.

Do vasto conjunto de actividades desenvolvidas pelo INE ao longo de 2009, são de destacar as seguintes:

- a) No âmbito da função **Coordenação do Sistema Estatístico Nacional** importa realçar a negociação de seis Protocolos de Delegação de Competências — apresentados à Secção Permanente de Coordenação Estatística em 26/11/2009 e 17/12/2009 e que mereceram parecer favorável do Plenário do Conselho Superior de Estatística na sua reunião de 26 de Fevereiro de

2010 — entre o INE e as seguintes entidades da Administração Pública: i) Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas; ii) Direcção-Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento; iii) Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação; iv) Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (UMIC) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; v) Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; e vi) Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

- b) Continuaram as melhorias de eficiência nos **processos de recolha** de informação, nomeadamente:
- Continuação da expansão da utilização de entrevista telefónica a várias operações, nomeadamente ao Inquérito ao Emprego, tendo o INE atingido uma percentagem de entrevistas telefónicas conseguidas, no total de entrevistas possíveis de cerca de 34%, face aos 24% alcançados no ano anterior.
 - Intensificação da recolha de informação por via electrónica, com resultados alcançados de cerca de 77% das respostas recolhidas por via electrónica no total de respostas possíveis, face a 73% no ano anterior.
- c) No âmbito da **produção estatística** importa realçar as seguintes actividades:
- Início do trabalho de campo do Recenseamento Agrícola 2009.
 - Continuação da preparação dos Censos 2011 com a realização do segundo teste aos questionários e definição do modelo de tratamento de dados.
 - Mudança de base das Contas Nacionais com adopção de 2006 como ano de referência, com disponibilidade de informação prevista para 2010.
 - Produção de um Índice de Preços no Consumidor com impostos constantes sobre os produtos, em cumprimento de regulamentação comunitária.
 - Redução para o 8º dia útil no mês n+1 da disponibilização do Índice de Preços no Consumidor.
 - Apresentação dos primeiros resultados sobre o empreendedorismo em Portugal, no contexto da Demografia das Empresas, no âmbito de estudo do Eurostat/OCDE.
 - Realização do novo Inquérito Anual às Empresas de Comércio, ao abrigo do Regulamento sobre Estatísticas Estruturais das Empresas, com divulgação de dados prevista para 2010.
- d) No âmbito da **difusão** de resultados estatísticos:
- O alcance de uma taxa de execução de 93,3% de disponibilização de informação estatística nas datas previamente anunciadas, tal como previsto no Plano de Actividades.
 - Aumento substancial de indicadores disponíveis no Banco de Dados de Difusão, tendo-se registado um aumento de 71% de indicadores disponíveis, face a 2008.
 - Redução de prazos na resposta a pedidos de informação estatística, tendo fixado a média de tempo de resposta em 1,15 dias úteis.
 - Implementação da Política de Difusão do INE através de um conjunto de procedimentos de aplicação prática dos seus princípios orientadores.

e) No âmbito da **cooperação**:

- Liderança de projectos de grande envergadura e importância na UE, designadamente: “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa; “SDMX – Statistical Data and Metadata Exchange” e “Projecto-piloto europeu de construção de índices de preços para habitação própria”.

O desempenho do INE em 2009 foi avaliado por duas vias:

- através da Auto-Avaliação do QUAR 2009, em que atingiu um valor de 110,17%, que justifica a proposta de atribuição da menção de BOM;
- através da avaliação dos resultados obtidos na concretização das actividades que estruturaram o Plano de Actividades, que apontou para uma taxa de execução de 89%.

A - BREVE DESCRIÇÃO DA ACTIVIDADE DO INE EM 2009

1. DESENVOLVIMENTOS DA ACTIVIDADE ESTATÍSTICA

O presente capítulo explicita os principais desenvolvimentos da actividade estatística do INE em 2009, tendo como referência o previsto no seu Plano de Actividades, nomeadamente no que se refere aos desenvolvimentos da metodologia, recolha, produção e difusão de informação.

Destacam-se algumas actividades de âmbito transversal, que merecem particular relevo:

- **A nova edição (3ª) da Carta da Qualidade do INE**, cuja revisão decorre das alterações legislativas verificadas a nível nacional e europeu, das exigências crescentes da Sociedade no que se refere às estatísticas oficiais e das inovações ocorridas ao nível das tecnologias de informação e comunicação, tanto no que se refere à recolha da informação de base, junto de cidadãos, empresas e outras entidades, como no que diz respeito aos meios disponíveis para a difusão das estatísticas oficiais.

A “Carta da Qualidade” reeditada em 2009 formaliza o compromisso público que o INE assume em relação à qualidade das estatísticas oficiais que produz e difunde e dos serviços que presta, explicitando-o tanto em relação aos prestadores de informação/respondentes como aos clientes/utilizadores de informação estatística.

Na versão de 2009, a Carta da Qualidade do INE não pode deixar de internalizar as disposições estabelecidas pela nova lei do Sistema Estatístico Nacional (Lei nº 22/2008, de 13 de Maio), bem como os princípios definidos no Código de Conduta para as Estatísticas Europeias (adoptado pelo Comité do Programa Estatístico da UE em Fevereiro de 2005 e promulgado na recomendação da Comissão de 25 de Maio do mesmo ano) visando: i) melhorar a confiança nas autoridades estatísticas europeias, reforçando a sua independência, integridade e responsabilidade; e ii) robustecer a qualidade das estatísticas que produzem.

Na relação com os prestadores da informação/respondentes, quer se trate de instituições privadas e públicas, quer se trate de cidadãos, o INE reconhece a importância fundamental que representam para a produção de estatísticas oficiais. Nessa medida, a disponibilização de novas soluções avançadas de recolha tem constituído uma preocupação constante, desenvolvendo-se os maiores esforços para minimizar a carga que a produção das estatísticas oficiais para eles reconhecidamente representa. Neste esforço de reduzir a carga estatística sobre o respondente, inserem-se, ainda, as iniciativas de apropriação de dados administrativos para fins estatísticos, sempre que tal se revele adequado e possível.

Na relação com os utilizadores, a orientação para a satisfação das suas necessidades actuais (e prospectivas) constitui um dos Valores do INE. Por isso, têm sido desenvolvidas acções visando: i) a identificação dessas necessidades; ii) a sua integração no Plano de Actividades; e iii) a disponibilização de produtos e serviços, de acordo com os Princípios do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

A Carta da Qualidade apresenta assim um conjunto de compromissos relativos aos seguintes aspectos:

- Na relação com os prestadores de informação/respondentes;
 - Na relação com os utilizadores;
 - Na revisão de dados estatísticos divulgados;
 - Na difusão de informação estatística;
 - Na venda de publicações;
 - Na satisfação de pedidos de informação e esclarecimentos;
 - No acolhimento e atendimento do público;
 - Na gestão de Sugestões e Reclamações;
 - Na auscultação da satisfação relativa à actividade do INE.
-
- **O projecto do novo Regulamento do Segredo Estatístico**, tem por objecto estabelecer as regras associadas ao cumprimento do Princípio do Segredo Estatístico em todas as fases da produção de estatísticas oficiais (recolha, tratamento e difusão) e aplica-se ao INE, às entidades com competências delegadas e aos Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira (enquanto delegações do INE, para as estatísticas de âmbito nacional). O Segredo Estatístico consiste no dever de confidencialidade de todos os dados estatísticos individuais recolhidos sobre pessoas singulares ou colectivas no exercício da actividade estatística oficial, protegendo-os assim do acesso indevido ou divulgação para fins não permitidos por Lei e constitui segredo profissional, mesmo após o termo das funções, para todos os trabalhadores ou outras pessoas que, a qualquer título, deles tomem conhecimento no exercício ou em razão das suas funções relacionadas com a actividade estatística oficial. A obtenção de dados estatísticos oficiais, por via do aproveitamento de Actos Administrativos, processa-se de igual forma no respeito pelo Princípio do Segredo Estatístico. A violação do segredo estatístico implica responsabilidade disciplinar e criminal.

O Regulamento encontra-se organizado em quatro Capítulos: I – Disposições Gerais; II – Defesa do Princípio do Segredo Estatístico; III – Processo Estatístico; IV – Disposições Finais.

Este projecto foi articulado com o Secretariado do Conselho Superior de Estatística, considerando que será submetido à apreciação do CSE.

- **O processo global de actualização/renovação dos Protocolos de delegação de competências do INE noutras entidades da Administração Pública ao abrigo da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio** (nova Lei do SEN) iniciou-se em 31/10/2008, com a apresentação ao CSE, pelo INE, do documento “**Princípios da Delegação de Competências**”, o qual mereceu parecer favorável do Plenário na sua reunião de 15/12/2008. Desse processo fez parte a organização de dossiers relativos a cada Órgão delegado em actividade ao abrigo da Lei nº 6/89 (anterior Lei do SEN), e de reuniões de preparação da negociação entre as Unidades Orgânicas envolvidas em cada processo de delegação de competências. A fase final do processo global de

delegação de competências foi preenchida com a realização de reuniões de negociação com cada uma das entidades da Administração Pública envolvidas, as quais conduziram ao acordo sobre o novo protocolo de delegação de competências a estabelecer. Não obstante o volume de trabalho e esforço associados à preparação e negociação de cada processo específico, foi possível acordar Protocolos de Delegação de Competências com as seguintes entidades, apresentados à Secção Permanente de Coordenação Estatística em 26/11/2009 e 17/12/2009:

- Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- Direcção-Geral de Energia e Geologia do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento;
- Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação do Ministério da Educação;
- Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (UMIC) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

O Plenário do CSE emitiu parecer favorável aos referidos Protocolos na sua reunião de 26/02/2010, através da 14ª Deliberação.

Devido a alterações no seu quadro dirigente, não foi possível dar por concluído o Protocolo de Delegação de Competências na Direcção-Geral de Política de Justiça, do Ministério da Justiça, embora os trabalhos se encontrassem de algum modo avançados.

1.1. METODOLOGIA ESTATÍSTICA

Sistema de Metainformação	
Plano	Actividades desenvolvidas
Desenvolvimento do Sistema de Metainformação a nível do Sistema Estatístico Nacional , com a implementação do Sistema de Documentação Metodológica e a reformulação do Sistema de Classificações visando facilitar a pesquisa das classificações e reduzir os tempos de resposta dessa pesquisa.	Preparação do Caderno de Encargos com vista ao lançamento de um concurso internacional para reformulação de todo o Sistema de Metainformação, onde se inclui a implementação do Sistema de Documentação Metodológica e a reformulação do Sistema de Classificações. Desenvolvimento da vertente de incremento e harmonização dos conteúdos, utilizando as aplicações actualmente existentes.
Continuação das iniciativas conducentes à adopção generalizada do modelo de documento metodológico aprovado pelo Sistema Estatístico Nacional , satisfazendo, assim, as recomendações constantes do “Relatório de Apreciação da Implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias”, pelo Instituto Nacional de Estatística.	Realização de várias insistências junto dos responsáveis pelas operações estatísticas no sentido de aumentar o número de operações estatísticas documentadas de acordo com o modelo de documento metodológico para o Sistema Estatístico Nacional, bem como de actualizar os documentos já existentes.
Desenvolvimento da metainformação para apoio à utilização do Euro-SDMX (<i>Statistical Data and Metadata Exchange</i>).	Realização de consulta interna sobre o tipo de informação, e respectivo formato, enviada a organismos internacionais.
Adopção de um formulário padrão para os Relatórios de Qualidade das operações estatísticas , de acordo com o “ <i>Standard Quality Report</i> ” desenvolvido pelo Eurostat (Versão revista em 2008).	Elaboração de versão <i>draft</i> do futuro modelo para o relatório de qualidade das operações estatísticas, no âmbito de grupo de trabalho interno.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Realização do “workshop METIS 2009”, que decorreu no INE durante 3 dias, com cerca de 80 participantes nacionais e estrangeiros. O INE apresentou os subsistemas do Sistema de Metainformação, a cargo da equipa responsável pelo Sistema de Metainformação e de dois dos seus utilizadores, um interno e outro de uma Entidade Delegada.

Bases de Unidades Estatísticas	
Plano	Actividades desenvolvidas
Reformulação dos indicadores de qualidade , e sua disponibilização regular, relativos ao Ficheiro de Unidades Estatísticas (FUE).	Actividade concretizada - foram implementados alguns indicadores de qualidade e controlo da informação residente na base de dados, com o objectivo de avaliar a qualidade da informação nas vertentes de conteúdo, actualidade, cobertura e fontes de actualização. Prevê-se no ano de 2010 a disponibilização a todo o INE de indicadores de qualidade que englobe as diferentes unidades estatísticas (Empresas, Estabelecimentos, Alojamentos e Explorações Agrícolas).
Verificação e actualização da informação relativa a empresas nacionais participantes em grupos de empresas europeus (EGR – EuroGroups Register) e melhoria dos métodos de recolha de informação para os grupos de empresas nacionais.	Actividade concretizada em articulação com o Eurostat – Envio pelo Eurostat de um ficheiro de unidades legais normalizado com o resultado da correspondência das informações obtidas junto de fontes comerciais. Ao longo do ano, o INE realizou várias trocas de dados de Grupos de Empresas com o Eurostat, identificando e estabelecendo a correcta identificação das unidades legais no EGR com as unidades legais existentes na base de dados do INE (FUE); este matching dos dados, teve como objectivo a obtenção de um nº único identificador para uma unidade legal dentro do grupo de empresas a nível Europeu. Posteriormente, o INE fez uma análise dos dados recebidos do Eurostat com a informação preliminar sobre a estrutura dos grupos, proveniente das fontes privadas e as relações de controlo existentes entre as empresas. Os dados foram comparados, codificados e actualizados com a informação relativa a relações de controlo existentes entre as empresas de um mesmo grupo ao nível nacional, bem como relações directas com empresas estrangeiras, residentes fora do território nacional.
Definição da nova base de amostragem agrícola (BAA) , que decorrerá da realização do Recenseamento Agrícola (RA) em 2009.	Não foi possível realizar as actividades que permitiriam a definição da nova base de amostragem agrícola em 2009, por não ter sido possível a actualização da lista de produtores devido a atrasos do financiamento desta operação. No entanto, foram adoptadas as medidas necessárias para que os dados recolhidos pelo RA09, venham a constituir a futura BAA que suportará as operações estatísticas agrícolas nos próximos 10 anos.
Definição da metodologia para criação da nova Base de Amostragem dos inquéritos junto das famílias, no quadro do Recenseamento à População e Habitação de 2011 , tendo em atenção a sua adequação aos requisitos dos novos modos de recolha de informação (telefónica e electrónica).	Elaboração de relatório sobre algumas opções alternativas a seguir na criação da nova Base de Amostragem dos inquéritos junto das famílias.
Continuação do reforço da utilização de informação administrativa na actualização das bases de amostragem.	Construção de um modelo de análise da informação recebida do Sistema Nacional de Identificação e Registo de Bovinos, revelando-se como potencial fonte de actualização da Base de Amostragem Agrícola.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	No âmbito do EuroGroups Register, foi aprovada a candidatura do INE a subvenção financeira ao "Support of methods for the implementation of the EuroGroups Register (EGR) on the national level and improvement of the data collection methods on enterprise groups", que decorrerá no ano de 2010.

Métodos Estatísticos	
Plano	Actividades desenvolvidas
Continuação dos estudos de metodologias para o tratamento de não respostas , nomeadamente recorrendo a modelos probabilísticos, que garantam as propriedades dos estimadores.	Estudo e implementação de novas metodologias de tratamento de não resposta no Inquérito às Organizações não Governamentais do Ambiente, Inquérito aos Municípios -Protecção do Ambiente e Inquérito aos Bens e Serviços do Ambiente.
Desenvolvimento de estudos para a estimação em pequenos domínios a aplicar nos inquéritos por amostragem , de particular relevo no caso dos inquéritos às famílias.	Produção de dois estudos sobre a utilização de metodologias de inferência com recurso a informação auxiliar. Estes estudos centraram-se na recolha da informação sobre práticas de institutos congéneres europeus sobre estimação em pequenos domínios e na viabilidade de utilização de estimadores baseados em modelos Bayesianos.
Criação de fluxos e práticas padronizadas para garantia da confidencialidade de bases de dados disponibilizadas aos investigadores e ao público em geral .	Início do estudo sobre novas linhas orientadoras para garantia de confidencialidade nas bases de dados das causas de morte e do comércio internacional.
Aumento das competências necessárias ao desenho de inquéritos .	Desenvolvimento de um protótipo de acção de formação em desenho e teste de questionários (manual e draft de slides). Está prevista a realização de uma primeira acção de formação durante o ano de 2010.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Optimização e coordenação das amostras - Dimensionamento e selecção das amostras recorrendo a técnicas de coordenação, com o objectivo de permitir a compatibilização e a representatividade pelas duas classificações das actividades económicas (CAE Rev. 2.1 e Rev. 3), bem como o controlo da carga estatística. Este trabalho foi feito em diferentes inquéritos às empresas, como é o caso do Inquérito à Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação da Empresas, Índice de Volume de Negócios e Emprego nos Serviços, Índice de Volume de Negócios e Emprego no Comércio a Retalho, Índice de Volume de Negócios e Emprego na Indústria e Índice de Volume de Negócios e Emprego na Construção e Obras Públicas.
	Aumento das competências de utilização de ferramentas estatísticas - Desenvolvimento e reforço do plano de formação em softwares estatísticos, onde se integram os cursos de R e de SPSS.
	Exploração das fontes administrativas - Adaptação das metodologias de dimensionamento e selecção das amostras com recurso a dados administrativos.
	Controlo da qualidade das técnicas de amostragem - Análise das metodologias com recurso a indicadores de precisão das principais estimativas.
	Gestão integrada de universos e amostras - Disponibilização e actualização dos universos de referência, bases de amostragem e amostras no SIGUA.

Infra-estrutura de Georreferenciação Estatística	
Plano	Actividades desenvolvidas
Continuação do desenvolvimento da Infra-estrutura de Referenciação Geográfica (IRG), de suporte à produção e divulgação da informação estatística oficial, com prioridade para a construção do suporte cartográfico dos Censos 2011.	Actualização da Geodatabase do Sistema de Informação Geográfica com o carregamento da cobertura de ortos - voo 2007, do Instituto Geográfico Português. Constituição da versão preliminar da Base Geográfica de Referenciação da Informação 2011 (BGRI2011) / Base de Segmentos de Arruamentos (BSA) de 123 Municípios, e da versão final de 34 Municípios, com recurso a uma aplicação de edição Web ArcGIS Server.
Prosseguimento da colaboração com as Autarquias e Associações de Municípios, visando o aumento da qualidade e da cobertura da Base Geográfica de Referenciação de Informação (BGRI), da Base Geográfica de Edifícios (BGE) e da Base de Segmentos de Arruamentos (BSA).	Estabelecimento de contactos técnicos com os Municípios e Associações de Municípios, do Continente e Região Autónoma da Madeira, no âmbito da construção da Infra-estrutura de Referenciação Geográfica (IRG), tendo sido celebrados 199 Protocolos de Colaboração. Apropriação de dados geográficos municipais, no âmbito da toponímia e licenciamento de obras. Validação da versão preliminar da Base Geográfica de Referenciação da Informação 2011 (BGRI2011) por parte de 134 Municípios
Preparação dos dados geográficos para a realização do trabalho de campo e do controlo da qualidade dos resultados finais do Inquérito de Actualização da Amostra-Mãe.	Execução do controlo de qualidade dos dados geográficos finais do IAAM, de 253 áreas da Amostra-Mãe, no âmbito da realização do Inquérito de Actualização da Amostra-Mãe (IAAM). Georreferenciação de cerca de 100 000 edifícios.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	No âmbito da construção da BGRI 2011, foi desenvolvida uma metodologia para apropriação de dados geográficos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para definição do seccionamento estatístico. Desenvolvimento de uma aplicação GIS desktop para visualização das subsecções da BGRI 2001 e dos edifícios que integram os alojamentos da Amostra-Mãe, no âmbito da recolha de dados no campo. No âmbito do Recenseamento Agrícola, foi efectuado o tratamento de dados geográficos do IFAP, tendo em vista a georreferenciação da Base de Amostragem Agrícola, nas áreas teste da operação. Participação nos trabalhos do GT INSPIRE PT, no âmbito da implementação da directiva e no projecto EURADIN, em articulação com o Instituto Geográfico Português (IGP) e a UNINOVA.

1.2. RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Em 2009 prosseguiu a adopção de medidas destinadas a concretizar a linha de actuação “Reduzir globalmente os custos com a produção estatística”, das LGAEN 2008-2012. Assumiram particular relevância as acções de inovação e modernização dos processos de recolha de dados, as quais contribuem para a redução global dos custos e da carga estatística e para a melhoria da qualidade dos dados recolhidos.

No âmbito das operações de recolha destaram-se, em 2009, as seguintes operações com um impacto significativo nos recursos disponíveis:

- Preparação do Recenseamento Agrícola 2009, com a realização do inquérito piloto e o lançamento da operação em Novembro de 2009;
- Adopção da recolha telefónica (CATI) no Inquérito ao Emprego em Outubro de 2009, com a implementação de uma infra-estrutura específica, o Sistema Integrado de Centro de Contactos do INE (SICC).

Assim, na recolha de informação, destaram-se as seguintes actividades do INE:

Recenseamento Agrícola 2009

Prosecução dos trabalhos de preparação e lançamento deste Recenseamento, em articulação com o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) – Gabinete de Planeamento e Políticas do MADRP (GPP) e Direcções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP), sendo de destacar as seguintes actividades:

- Desenvolvimento e testes da aplicação informática na óptica dos diferentes utilizadores: Modernização do processo de produção estatística em inquéritos da área agrícola através da implementação do modelo de recolha de informação com registo de dados pelos entrevistadores;
- Realização do Inquérito Piloto: Realização do Inquérito Piloto, em duas regiões agrárias, com os objectivos principais de testar o modelo de recolha, a dimensão da estrutura e funcionamento da cadeia de recolha de informação, a aplicação informática (módulos não testados no Teste ao Questionário) e a tabela de pagamentos;
- Definição da estrutura, cadeia de recolha e funções a desempenhar pelos perfis que a constituem e organismo a que os recursos humanos pertencem;
- Recrutamento, selecção, contratação e credenciação dos recursos humanos necessários à realização do Recenseamento, aproximadamente 1750 colaboradores externos, a partir de novos procedimentos a adoptar futuramente noutras operações de recolha directa presencial;
- Lançamento dos trabalhos de recolha com o início da formação de formadores a 14 de Setembro e da recolha propriamente dita (primeiro grupo de entrevistadores) a 6 de Novembro.

Recolha Electrónica – WEBINQ

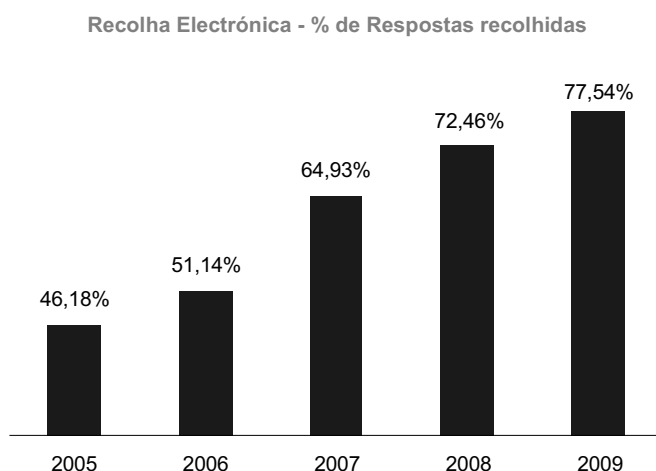
Prosseguiram as acções de intensificação da utilização das novas tecnologias de informação e comunicação nos processos de recolha de dados junto das Empresas, com o alargamento de sistemas electrónicos de recolha a mais operações estatísticas.

Verificou-se que 77,54% das respostas foram recolhidas por via electrónica, em resultado, essencialmente, do alargamento a mais operações do sistema de recolha de dados do INE pela Internet, disponível via Portal – WebInq.

É de realçar o alargamento da oferta dos formulários electrónicos, em particular aos estabelecimentos, designadamente às Estatísticas do Turismo.

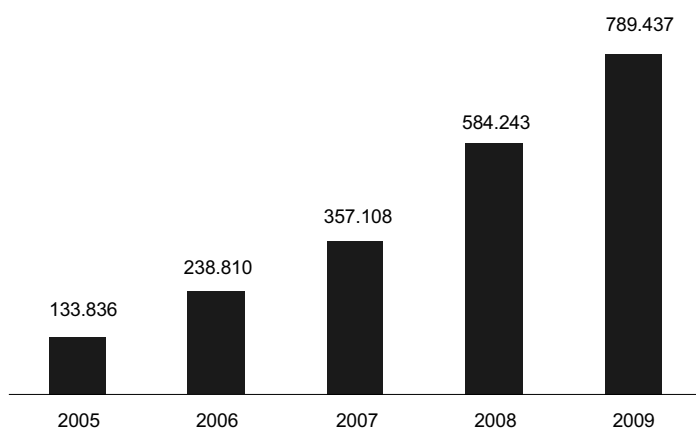
O serviço WebInq registou 789.437 visitas (mais 35% face ao ano anterior), tendo sido recolhidos 372.185 questionários.

Os gráficos a seguir ilustram as evoluções desses indicadores.

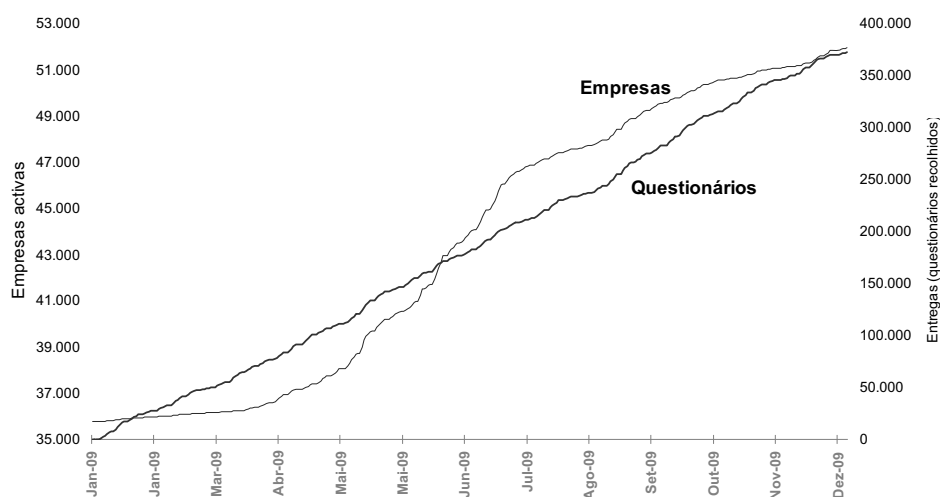


Nota: Face ao impacto provocado pela alteração dos limiares do Intrastat, que teve como consequência uma redução de cerca de 25% nos questionários recolhidos e de 30% nas respostas electrónicas, foi necessário proceder à revisão da série deste último indicador, a fim de assegurar-se a comparabilidade com os valores dos anos anteriores.

Número de visitas anuais ao WebInq



Empresas activas e entregas efectuadas



Recolha Telefónica (CATI)

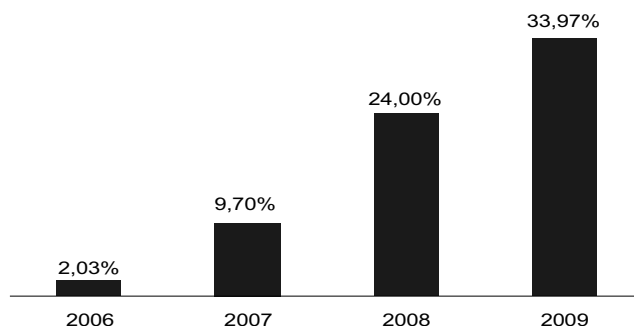
Cerca de 33,97% do total de entrevistas susceptíveis de realização por telefone foram realizadas por essa via.

Este indicador destina-se a quantificar as medidas que visam “reduzir globalmente os custos com a produção de informação estatística” mencionadas nas LGAEN 2008-2012 ao nível do custo da actividade estatística, e que contribuem para avaliar o esforço do INE na concretização de entrevistas telefónicas em substituição de entrevistas presenciais.

A recolha telefónica (CATI) nos inquéritos por entrevista obteve um resultado acima do programado em 1,97 pontos percentuais, em resultado de um grande investimento na implementação do Sistema Integrado de Centro de Contactos do INE (SICC), que permitiu o início de uma nova fase da Recolha Telefónica, suportada por uma infra-estrutura de distribuição eficiente de chamadas pelos entrevistadores, localizados em Lisboa, Coimbra, Évora, Funchal e Angra do Heroísmo. Além disso, o SICC permitiu ganhos significativos na qualidade, devido à utilização da entrevista por guião e de mecanismos de supervisão no momento da entrevista.

Para além disso, a entrevista CATI foi alargada a novas operações, em particular ao Inquérito ao Emprego, o qual se prevê que passe a ser feito maioritariamente por via telefónica em 2011.

Recolha Telefónica - % de Entrevistas conseguidas



Procedimentos de Gestão e Controlo da Qualidade

Prosseguiram as acções conducentes à consolidação do sistema de gestão de processos de recolha, integrado noutro mais abrangente, de controlo dos diferentes aspectos da produção de dados estatísticos (o Sistema Global de Gestão de Inquéritos - SIGINQ), constituído por diversos subsistemas, designadamente para a gestão de Processos de Recolha por Auto Preenchimento (GPap) e do Processo de Recolha por Entrevista (GPie).

Relativamente ao GPie, procedeu-se ao aumento das suas funcionalidades, ao alargamento ao Inquérito ao Emprego (CATI), bem como à integração desse sistema no SICC

Quanto ao GPap verificou-se o seu alargamento a diversas operações, entre as quais se destacam:

- Inquéritos aos Estabelecimentos Hoteleiros sobre Permanência de Hóspedes e Capacidade de Alojamento;
- Inquéritos aos Serviços Prestados às Empresas;
- Inquérito às Empresas de Comércio.

Gestão dos respondentes

Continuação da centralização das funções de atendimento e contacto com as empresas, com a criação do Centro de Contactos destinado tanto aos processos de recolha de dados estatísticos (nomeadamente a entrevista telefónica e o contacto com as empresas), como ao apoio ao respondente.

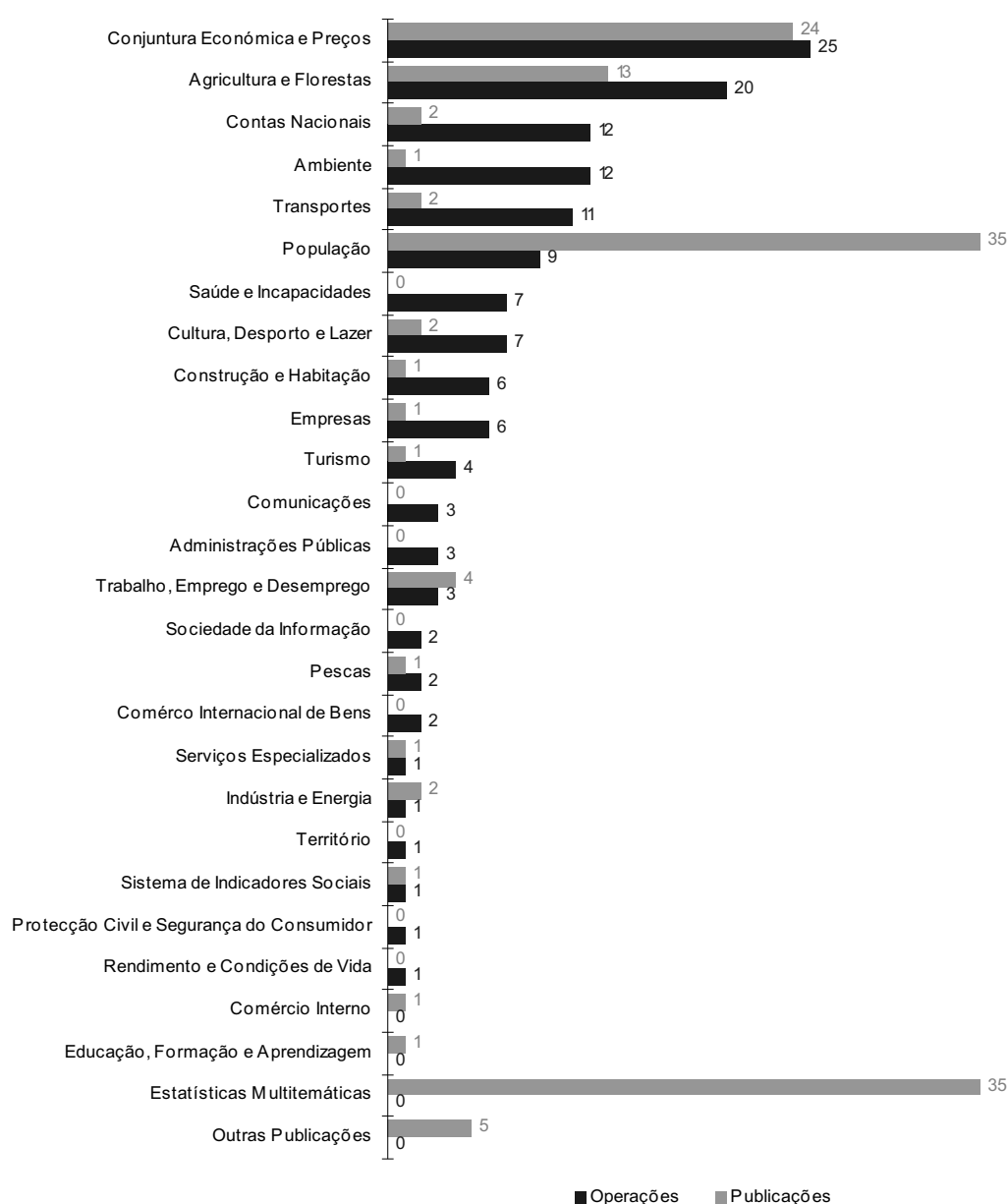
1.3. A PRODUÇÃO ESTATÍSTICA

No Plano de Actividades para 2009 estava prevista a realização de 140 Operações Estatísticas, que correspondiam a 601 Ocorrências/momentos de Disponibilização de Informação e a Edição de 133 Publicações.

Das Operações Estatísticas previstas, 3 não disponibilizaram informação em 2009: as “Estatísticas dos Resíduos Não Urbanos - 2008”, as “Contas Económicas da Agricultura Regionais - 2007” e o “Inquérito Anual às Empresas de Construção – 2008”.

As restantes Operações Estatísticas e publicações editadas distribuíram-se por 26 áreas estatísticas.

Operações Estatísticas e Publicações, por Área Estatística (Nº)



Do total de ocorrências previstas para 2009, 99,0% foram efectivamente concretizadas. 93,3% face ao total de ocorrências previstas foram disponibilizadas quais no prazo previsto (na data ou com antecipação) e 5,7% com atraso.

Descrevem-se, sucintamente, por área estatística, as principais actividades desenvolvidas em 2009, de acordo com o previsto no Plano de Actividades.

Maior detalhe da informação estatística divulgada e edição de publicações, assim como as justificações dos eventuais atrasos na sua disponibilização, encontra-se disponível na parte II deste Relatório.

1.3.1. População e Sociedade	
População	
Plano	Actividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO E DA HABITAÇÃO 2011 (Censos 2011) – Durante o ano de 2009, prosseguirá a execução do Programa de Acção e do Programa de Difusão dos Censos 2011, aprovados pela Secção Eventual de Acompanhamento dos Censos 2011.	Globalmente concretizado o Programa de trabalhos previsto para 2009 no âmbito da preparação dos Censos 2011, destacando-se o desenvolvimento das seguintes actividades: - Realização do 2º inquérito teste de preparação dos Censos 2011 e produzido o respectivo relatório final. Os resultados apurados permitiram reavaliar e corrigir opções técnicas e procedimentos para a operação real. - Constituição da versão preliminar da Base Geográfica de Referenciação da Informação 2011 (BGRI2011), na qual se realizaram a 1ª edição de 123 Municípios, a validação local de 134 Municípios e a 2ª edição (versão final) de 34 Municípios. - Definição do modelo tratamento dos dados, optando-se pelo processo de leitura óptica para tratamento dos questionários em papel. - Reavaliação do calendário para o lançamento do concurso internacional para a preparação da campanha de publicidade. Razões de oportunidade levaram a adiar para 2010 o lançamento deste concurso. - Realização do concurso público para adjudicação do inquérito de qualidade. Os trabalhos foram adjudicados ao Agrupamento ISEGI – UNL e Qmetrics. - Preparação dos documentos metodológicos e respectivos suportes de apoio à operação do inquérito piloto, de acordo com o previsto.
Censos 2011 - O aproveitamento de dados administrativos para fins estatísticos, objecto de insistentes recomendações a nível europeu e nacional, vem sendo uma das vertentes de trabalho na preparação destas duas operações censitárias. Nesse sentido, várias bases de dados de entidades	Globalmente concretizada, com a prossecução das linhas de acção definidas no Programa de Acção para os Censos 2011. Durante 2009 foram desencadeados contactos com diversos organismos públicos da administração central tendo em vista a cedência dos respectivos ficheiros para avaliação do seu potencial de utilização, concretamente: Instituto dos Registos e Notariado (Base de Dados da Identificação dos Cidadãos), Instituto de Informática (Ficheiro da Segurança Social), Instituto de Emprego e Formação Profissional (Desemprego registado), Direcção Geral da Administração e Emprego Públicos (Trabalhadores da

públicas e empresariais estão a ser objecto de análise aprofundada, visando a sua utilização nos Censos, com esperados ganhos de qualidade e eficiência e redução de custos.	Administração Pública), Caixa Geral de Aposentações (Subscritores); Direcção Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros (Ficheiro IMI). Não obstante alguns organismos terem colocado reservas à disponibilização destes ficheiros, a actual legislação do Sistema Estatístico Nacional bem como o parecer favorável da Comissão Nacional para Protecção de Dados (CNPd) têm contribuído para ultrapassar algumas dessas reservas. Elaborado um primeiro relatório sobre a adopção de um novo modelo censitário, designadamente a partir do aproveitamento de ficheiros administrativos, em consonância com o previsto no Programa de Acção dos Censos 2011.
Censos 2011 - A intensificação da utilização das tecnologias de informação e comunicação nos processos estatísticos vai reflectir-se nestas grandes operações, designadamente através do E-Censos, que permitirá aos cidadãos responder aos Censos 2011 através da internet.	Globalmente concretizada com a realização do 2º inquérito teste de preparação dos Censos 2011 que possibilitou, à semelhança do que sucedeu no 1º teste, a resposta pela internet. Os resultados alcançados foram bastante positivos e confirmaram a estratégia seguida desde o 1º teste.
Censos 2011 - Prevê-se que o teste a realizar em 2009 venha já a utilizar um processo tecnológico inovador, em que o dispositivo de recolha se encontra ligado a um sistema de informação, que possibilitará a monitorização da operação em tempo real e a redução das tarefas manuais, com ganhos significativos de eficiência.	Globalmente concretizada com a identificação, a partir do 2º Teste de preparação dos Censos 2011, de algumas áreas em que é necessário introduzir melhorias, na infraestrutura aplicacional de suporte ao acompanhamento e gestão da operação, bem como na adequação da sua utilização pelos intervenientes.
Esperança de Vida - Disponibilização do indicador "Esperança Média de Vida", numa base definitiva para 2008 e numa base provisória para 2009. Ainda neste âmbito, e de forma a estabilizar uma série temporal longa de indicadores de esperança de vida para Portugal, proceder-se-á ao cálculo de Tábuas de Mortalidade retrospectivas: Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal – retropolação até 1990; Tábuas de Mortalidade regionais – retropolação até 2000.	Concretizada dentro dos calendários definidos com a disponibilização no Portal do INE dos indicadores relativos às tábuas de mortalidade para Portugal, retropolados até 1990, e às tábuas de mortalidade por NUTS II, retropolados até 2000.
Migrações - Disponibilização de informação estatística relativa a 2008 sobre movimentos migratórios internacionais, efectivos populacionais de nacionalidade portuguesa e estrangeira e aquisições de nacionalidade portuguesa, de modo a	Concretizada dentro dos calendários definidos com envio ao Eurostat em Fevereiro de 2010 da informação da responsabilidade do INE, conforme definido no artigo 3º do Regulamento-quadro nº 862/2007.

assegurar a implementação do regulamento comunitário sobre Migrações e Protecção Internacional (Regulamento (CE) n.º 862/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho de 11 de Julho de 2007).	
Perfil de Género - Melhoria do Dossiê de Género, criado em 2004 e disponível no Portal do INE, ao nível dos indicadores disponibilizados e exploração de novas fontes de informação.	Concretizada, com: i) a validação do Dossiê de Género disponível no site do INE e criação dos novos indicadores seleccionados para 2009 e da respectiva meta informação, com especial enfoque nas áreas da População, Actividade Emprego e Desemprego, Conciliação Trabalho/Vida Familiar; ii) a análise dos indicadores disponíveis no portal do INE sobre o ganho mensal, com vista à criação de indicadores sobre desigualdades salariais, a incorporar no Dossiê de Género; iii) a coordenação dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento da Execução Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA), composto pelo Instituto Nacional de Estatística I.P. (INE), pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE); elaboração do Relatório 2009; e iv) coordenação dos trabalhos do subgrupo de trabalho sobre Violência de Género (SgTVG) a funcionar no seio do Grupo de Acompanhamento da Execução Adenda ao Protocolo de Género 2004 (GA).
Perfil de Família - Integração de um conjunto de indicadores para suporte à elaboração de estudos e monitorização dos programas sobre a família, a nível nacional.	Concretizada com a identificação de Bibliografia sobre Família; Selecção de indicadores a integrar na Base de dados; Elaboração do esboço de relatório.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial para preparação do Relatório Nacional de Portugal e respectivo debate, ao mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.
Trabalho, Emprego e Desemprego	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito ao Emprego (IE)	
▪ Prosseguimento dos trabalhos de preparação da transição do modo de recolha para entrevista telefónica. ▪ Realização do módulo ad-hoc do Inquérito ao Emprego relativo a 2009 sobre a Entrada dos Jovens no Mercado de Trabalho.	Concretizada dentro dos calendários definidos com adequação do questionário ao modo de recolha CATI; formação dos entrevistadores; início da recolha de dados sobre o terceiro e o quarto trimestres de 2009; reuniões com utilizadores e apresentação do projecto no CSE. Concretizada dentro dos calendários definidos.
Índice de Custo do Trabalho (ICT) - Divulgação dos dados provisórios retropolados do ICT, desde 2000, em função da implementação da nova NACE.	Concretizada dentro dos calendários definidos com a divulgação da nova série do ICT segundo a CAE-Rev 3.

Rendimento e Condições de Vida	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito às Condições de Vida e Rendimento Implementação do módulo 2009 deste inquérito, relativo à privação material, visando retratar as condições em que vivem as pessoas, ultrapassando as medidas de pobreza baseadas no rendimento. Em particular, visa-se o estabelecimento de indicadores de caracterização das condições de habitação, do acesso a bens essenciais e das dificuldades financeiras de pagamento.	Concretizada a divulgação dos indicadores relativos à pobreza monetária e desigualdade na distribuição dos rendimentos, com uma antecipação de seis meses face ao calendário dos anos anteriores, no âmbito do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2008. Concretizada a implementação do módulo 2009, relativo à privação material, dentro dos calendários definidos, o que permitirá a obtenção de resultados sobre esta vertente no 4º trimestre de 2010.
Inquérito ao Património das Famílias Continuação, em articulação com o Banco de Portugal (BdP), da preparação de uma operação visando a obtenção de informação de carácter microeconómico relativa ao património e situação financeira das famílias nos vários países da área do Euro.	Globalmente concretizada, tendo culminado com a assinatura do Protocolo com o Banco de Portugal em Dezembro. A operação passou a ser denominada Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2010 . Foi ainda preparada uma versão provisória da versão CAPI do questionário do Inquérito.
Inquérito às Despesas das Famílias Preparação da edição relativa a 2010	Concretizada, tendo sido viabilizado o registo informático das despesas em bens e serviços de consumo corrente, em resultado da integração da Nomenclatura COICOP (cerca de 14 mil produtos) na aplicação informática do inquérito no sentido de se obterem ganhos de qualidade, de proximidade local e temporal na relação entrevistador/família.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Preparação e disponibilização da base de dados de quantidades alimentares a investigadores, com base no IDEF 2005/2006.
Educação, Formação e Aprendizagem	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito à Educação e Formação de Adultos Divulgação dos resultados do inquérito realizado em 2007 no âmbito de um Seminário que valorize a leitura dos resultados nas diferentes perspectivas relacionadas com as políticas públicas.	Concretizada com a apresentação da publicação, em 25 de Novembro, "Aprendizagem ao Longo da Vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2007", no âmbito do seminário "Aprendizagem ao Longo da Vida – o que nos dizem as estatísticas?". A análise dos dados sob uma perspectiva multidisciplinar constituiu a base para uma ampla discussão acerca dos novos desafios que se colocam à economia da educação em Portugal.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Preparação com o GEPE/Ministério da Educação da publicação "50 anos de estatísticas da educação" (ensino não superior) com divulgação pública em 20 de Janeiro de 2010.

Cultura Desporto e Lazer	
Plano	Actividades desenvolvidas
Continuação do processo de revisão dos sub-sistemas de informação da cultura, no âmbito do Grupo de Trabalho das Estatísticas da Cultura do CSE, tendo presente a maior prioridade dada a esta área a nível europeu.	Concretizada com: i) a avaliação de fontes de informação administrativa alternativas a um projecto estatístico de recolha directa de informação no âmbito das Bibliotecas; ii) apreciação das potencialidades do ISBN como fonte administrativa e apreciação das conclusões do estudo do Observatório das Actividades Culturais no âmbito do Inquérito ao Sector do Livro; iii) a reformulação do questionário do Inquérito aos Recintos culturais; e iv) a utilização dos dados administrativos do Instituto de Gestão do Património Architectónico e Arqueológico como fonte de informação estatística do sub-sistema Património cultural.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Acompanhamento e participação nos trabalhos do Eurostat, no que respeita ao ESSNet – Cultura. Reestruturação da publicação Estatísticas da Cultura quanto ao formato e conteúdos, substituindo a antiga publicação “Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio”.
Saúde e Incapacidades	
Plano	Actividades desenvolvidas
Causas de Morte Recuperação, em articulação com a DGS MS, dos calendários de disponibilização de informação relativos a 2007 e 2008.	Concretizada dentro dos calendários definidos. No âmbito da mortalidade por causas de morte, procedeu-se à disponibilização de um conjunto de taxas de mortalidade padronizadas para causas de morte específicas no Portal de Estatísticas Oficiais.
Inquérito Nacional de Saúde Preparação, em articulação com o INSA e a DGS MS, do 5º Inquérito Nacional de Saúde, tendo em consideração o Inquérito Europeu de Saúde.	Concretizada com a participação no Grupo de Trabalho sobre o Inquérito Europeu de Saúde por Entrevista, do qual resulta uma base de trabalho técnica consolidada para preparação do futuro Regulamento de implementação e aplicação ao nível nacional.
Saúde Pública Elaboração, em articulação com a DGS MS, de estudos conducentes à apropriação de dados administrativos.	Concretizada com o início da análise de fontes de dados alternativos no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, em articulação com a ACSS/MS, análise a completar e consolidar em 2010, nomeadamente com a pesquisa de informação sobre as unidades de saúde privadas.
Deficiência Dinamização de grupo técnico Inter-institucional para inventariação da cobertura e de fontes de informação relativas à área da deficiência.	Concretizada com a dinamização da Comissão de Acompanhamento do projecto “avaliação da eficácia e eficiência das políticas para a deficiência - indicadores de deficiência e incapacidade”, por iniciativa do Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., na qual o INE está representado, deu seguimento à intenção de criação de um grupo de trabalho nos moldes preconizados. Esta Comissão realizou quatro reuniões, durante o ano em referência.
Inquérito aos Centros de Saúde Actualização, em estreita colaboração com a DGS MS, do conteúdo do Inquérito aos Centros de Saúde.	Concretizada dentro dos calendários definidos.

Justiça	
Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito à Vitimação Realização, em articulação com o Eurostat e outras entidades nacionais com competências nesta área, de um teste ao questionário. Este inquérito enquadra-se no alargamento do âmbito de observação das estatísticas sociais, através da observação de problemáticas inscritas na Agenda Social Europeia.	Concretizada dentro dos calendários estabelecidos contratualmente com o Eurostat, com i) a execução das tarefas de tradução, adaptação e avaliação cognitiva do questionário, desenho da amostra para teste; ii) a elaboração dos manuais metodológico e de Entrevistador; iii) a formação da equipa de recolha e recolha da informação; iv) os testes aos vários métodos de captura dos dados de forma a avaliar os níveis de aderência dos respondentes em função dos instrumentos utilizados e v) o envio do relatório final ao Eurostat, o qual já mereceu a aprovação desta entidade.
Protecção Social	
Plano	Actividades desenvolvidas
Prestações de Protecção Social Elaboração de estudos conducentes à apropriação de dados administrativos nas áreas das instituições de protecção social com a finalidade de instituir um sistema integrado de fontes e recolha de informação sobre prestações de protecção social.	Concretizada dentro dos calendários definidos.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Realização do exercício piloto sobre benefícios líquidos de protecção social, com dados de 2005 e no contexto de um programa comunitário. Os resultados deste exercício foram publicados pelo Eurostat.

1.3.2. Território e Ambiente	
Território	
Plano	Actividades desenvolvidas
Sistema de indicadores Intensificação da disponibilização no Portal do INE dos indicadores definidos para monitorização das políticas públicas, de suporte à gestão do QREN e da generalidade das políticas territorializadas.	Concretizada com a apresentação, no Portal do INE, em Julho de 2009, o "Sistema de Indicadores de Contexto do QREN" estruturado sobre as componentes e subcomponentes aprovadas no CSE, no dossiê temático do Território (crescimento de 48% no número de indicadores disponíveis, estando associados ao sistema 396 indicadores, a que corresponde a uma taxa de implementação global de 74%).
Índice Sintético de Desenvolvimento Regional Apresentação pública do Índice para as regiões NUTS II e III e edição de publicação em parceria com o Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP).	Concretizada com a realização, em Maio de 2009, da sessão de apresentação pública dos resultados do Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, e editada uma publicação com os resultados, para 2004 e 2006, do estudo desenvolvido pelo Grupo de Trabalho INE/DPP.

Poder de Compra Concelhio Preparação da edição bienal do Estudo do Poder de Compra Concelhio.	Concretizada dentro dos calendários definidos.
Cidades Estatísticas e Tipologia de Áreas Urbanas Implementação de um sistema de informação de suporte à caracterização das dinâmicas sócio-económicas dos territórios urbanos a disponibilizar no Portal do INE.	Não concretizada devido à redução de recursos humanos afectos ao Serviço de Estatísticas Territoriais do INE que obrigou a um replaneamento de actividades.
Regiões Urbanas Funcionais Estudo de uma metodologia para a delimitação de Regiões Urbanas Funcionais, na sequência dos trabalhos desenvolvidos para a revisão da Tipologia de Áreas Urbanas.	Concretizada com a operacionalização de uma metodologia para a delimitação de Regiões Urbanas Funcionais a apresentar na Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial do CSE (SR/SPEBT/CSE).

Ambiente

Plano	Actividades desenvolvidas
Estatísticas da água e dos resíduos Consolidação da informação relativa a estas estatísticas com base em fontes administrativas.	ESTATÍSTICAS DA ÁGUA Concretizada através i) do reforço do quadro de validação da informação com a definição de um elevado número de regras de validação e com a integração de procedimentos sistemáticos no processo de análise; ii) da participação em 7 acções de esclarecimento e sensibilização das Entidades Gestoras, que abrangeram todo o território nacional; iii) de insistências conjuntas com o INAG junto das entidades gestoras, quer através de ofício conjunto assinado pelas respectivas Direcções, quer a nível técnico através de insistências telefónicas. ESTATÍSTICAS DOS RESÍDUOS Concretizada através i) da promoção da análise e validação da informação com a integração de regras de validação no SIRAPA (Sistema Integrado de Registo da Agência Portuguesa do Ambiente) e ii) da definição de processos sistemáticos de análise. Não pode deixar de referir-se que, apesar de todas as iniciativas tomadas, a qualidade da informação face às expectativas não melhorou, quer por que no caso dos Resíduos a APA não conseguiu ainda operacionalizar todos os módulos do SIRAPA, nomeadamente os relatórios relativos aos apuramentos da informação registada, quer pelo facto da taxa de resposta das entidades gestoras ao INSAAR (Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais) ser fraca, o que pode ser explicado, por um lado, pela complexidade e exaustividade do suporte de recolha do INSAAR para a informação da água e por outro lado, por não existir um diploma legal que torne obrigatória esta recolha de informação.

Estatísticas dos Bens e Serviços do Ambiente Realização de Inquérito anual (anterior Inquérito às Eco-Empresas).	Concretizada com a recolha da segunda edição desta operação estatística. A coerência da informação permitiu que viessem a ser definidos e integrados no Portal de Estatísticas Oficiais, 5 indicadores que passarão a ser actualizados anualmente.
--	--

1.3.3. Economia e Finanças

Contas Nacionais

Plano	Actividades desenvolvidas
Contas Nacionais Anuais Mudança de base das Contas Nacionais Anuais que terão 2006 como ano de referência (actualmente 2000), resultante, em grande medida, da plena apropriação dos dados recolhidos no âmbito da IES, de base censitária relativamente às sociedades não financeiras, com impacto significativo na melhoria da qualidade das Contas Nacionais.	Globalmente concretizada com a implementação da base 2006 das Contas Nacionais Portuguesas através da elaboração dos principais quadros de resultados, nomeadamente o Quadro de Recursos e Empregos e os equilíbrios gerais do Sistema e a apresentação de um relatório interno, evidenciando os resultados obtidos para o PIB e suas componentes, nas ópticas da despesa e da oferta. Os resultados serão divulgados em 2010.
Contas Nacionais Trimestrais Sectoriais - Consolidação da produção de Contas Nacionais Trimestrais Sectoriais, nomeadamente explorando mais intensivamente novas fontes de informação e utilizando metodologias inovadoras no âmbito da microeconometria entretanto desenvolvidas. - Compilação de uma série trimestral consistente de salários para a economia portuguesa (e indirectamente, de Custos Unitários de Trabalho por Unidade Produzida), que poderá afirmar-se como um produto estatístico de enorme relevância.	Concretizada dado que i) paralelamente à produção corrente das contas nacionais trimestrais por sector institucional, que seguiram e cumpriram o prazo de transmissão estipulado pelo Regulamento (CE) n.º 1161/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Julho de 2005, relativo à elaboração de contas não financeiras trimestrais por sector institucional, foram desenvolvidos vários ensaios utilizando novas metodologias no âmbito da microeconometria, com vista a uma eventual futura utilização de novas fontes estatísticas; ii) se procedeu à produção da versão preliminar do inventário de fontes e métodos das contas nacionais trimestrais por sector institucional. Concretizada com a Integração na produção corrente das Contas Trimestrais por Sector Institucional de uma estimativa das remunerações por sector institucional, assim como a compilação de Custos Unitários de Trabalho por Unidade Produzida para a economia portuguesa, em articulação com a estimativa de emprego das Contas Nacionais Trimestrais.
Notificações no domínio do Procedimento dos défices excessivos Reporte ao Eurostat, no âmbito do grupo de trabalho tripartido (DCN/INE, DDE/BdP, DGO/MF) do défice e da dívida das Administrações Públicas	Concretizada, salientando a existência de uma alteração, com ampliação da informação fornecida, dos quadros anexos à notificação. A preparação das notificações inclui o apuramento dos saldos das Administrações Regionais dos Açores e da Madeira, pela primeira vez envolvendo formalmente os respectivos serviços regionais de modo a dar cumprimento à Lei das Finanças Regionais.

Contas Nacionais Trimestrais ▪ Compilação de séries trimestrais de emprego em horas trabalhadas, dando cumprimento às exigências do programa de transmissão SEC95.	Concretizada com o início, em Dezembro de 2009, da transmissão de séries trimestrais de emprego em horas trabalhadas no âmbito das Contas Nacionais Trimestrais, paralelamente à produção corrente e garantindo os prazos de disponibilização da informação essencial. Foi cumprido, assim, mais um requisito do Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC95.
	Contas Satélite e Regionais
Plano	Actividades desenvolvidas
Contas satélite ▪ Adaptação das contas satélite à nova base de contas nacionais. ▪ Desenvolvimento da estimativa das contas de resíduos no âmbito da NAMEA. ▪ Concepção de indicadores de desenvolvimento sustentável. ▪ Melhoria da Conta Satélite da Pesca particularmente no que se refere à estimativa da pesca não declarada. ▪ Exploração da vertente regional das Contas Económicas da Agricultura. ▪ Início da concepção da Conta Satélite das Instituições sem Fins Lucrativos (ISFL).	Concretizada com: i) a implementação da base de 2006 nas Contas Satélite da Saúde, Turismo, Ambiente (NAMEA e Conta de Fluxos e Materiais), Contas Económicas da Agricultura, Silvicultura e Pescas e ii) o início dos trabalhos da retropolação destes projectos. Concretizada com a elaboração, no âmbito de uma subvenção por parte do Eurostat, da extensão dos resíduos para a NAMEA, por actividades económicas e famílias. Concretizada parcialmente com continuação, no primeiro trimestre de 2009, do projecto de concepção de uma lista de indicadores de Desenvolvimento Sustentável com o objectivo de monitorizar a Estratégia Nacional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Este projecto encontra-se a ser financiado por uma subvenção do Eurostat por um período de 24 meses. A actividade foi interrompida em Abril por motivos de ausência prolongada e falecimento do técnico responsável pelo projecto. Concretizada com a realização de um estudo de avaliação e posterior melhoria de qualidade, das contas Nacionais e Contas Satélite, com o objectivo de analisar as estimativas da pesca não declarada. Este estudo não só permitiu analisar a qualidade destas estimativas, como também propôs a sua melhoria. Os resultados obtidos foram incorporados nas Contas Nacionais e nas contas Económicas da Pesca, na base 2006. Concretizada parcialmente com o início dos trabalhos de elaboração das Contas Económicas da Agricultura Regionais, na base 2006 e respectiva retropolação, a concluir em 2010. Concretizada parcialmente com o início da compilação da Conta Satélite das ISFL, a concluir em 2010.

Contas regionais Adaptação das contas regionais à nova base de contas nacionais. Melhoria do calendário da sua divulgação consolidando os ganhos verificados em 2008 (antecipação de 6 meses na divulgação de resultados para 2006, e de cerca de 10 meses na divulgação de resultados para 2007).	Concretizada parcialmente com o início da implementação da Base 2006 nas Contas Regionais, com a compilação da informação por ramos de actividade para as várias unidades territoriais consideradas, a concluir em 2010 com a divulgação dos dados relativos a 2006 e 2007 e série retropolada 1995 – 2005. Concretizada com a sua divulgação no prazo de 12 meses, com a edição das contas preliminares de 2008 (Base 2000).
Conjuntura Económica e Preços	
Plano	Actividades desenvolvidas
Índice de Preços no Consumidor (IPC) - Melhoria e ampliação da informação compilada: novas séries de IPC, reflectindo a respectiva mudança de base; e produção de estimativas rápidas do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) a integrar o Monetary Union Index of Consumer Prices. - Produção de um índice com impostos constantes sobre os produtos (em cumprimento da regulamentação comunitária). - Produção de Índices de Preços da Habitação, no âmbito de projecto europeu.	Concretizada com o início da divulgação das novas séries do IPC com base no ano 2008, em Fevereiro de 2009, com a difusão do Índice de Preços no Consumidor e Índice Harmonizado de Preços no Consumidor de Janeiro de 2009. O Destaque de Janeiro foi divulgado na data padrão (10º dia útil) tendo os seguintes passado a ser divulgados em data que antecede o padrão estabelecido (8º dia útil). Depois de um período experimental, que teve início no ano 2008, as estimativas do IHPC passaram a ser enviadas para o Eurostat num plano formal, a partir de Junho de 2009. Concretizada dado que, após conclusão, em Abril de 2009, da 2ª fase do estudo piloto <i>Action B – Adjustment and Regular Compilation of a Harmonized Index at Constant Tax Rates (HICP-CT)</i>, o indicador entrou em produção corrente, com transmissão dos resultados ao Eurostat de acordo com calendário pré-estabelecido, isto é, até ao 20º dia do mês n+1. Concretizada com a produção de um índice de valor da transacção de habitação nova e usada, a partir do valor das avaliações bancárias, enquanto <i>proxy</i> ao índice de transacção de habitação, contratado com o Eurostat. O relatório final foi enviado em Agosto de 2009, em antecipação à data prevista. Deve salientar-se que este projecto se impôs pela inexistência de qualquer indicador de preços de transacção de habitação no SEN e pela importância que adquiriu a nível comunitário como indicador macroeconómico e para a supervisão financeira, tendo, ainda, sido explorada informação de fontes administrativas como o IMI e o IMT que se revelou inadequada.
Indicadores de Curto Prazo (ICP) Melhoria da qualidade dos ICP, designadamente com a sua compilação de acordo com a nova NACE.	Concretizada com i) a finalização, durante o primeiro semestre de 2009, dos estudos e as alterações necessárias à produção corrente dos indicadores de curto prazo em CAE rev. 3, simultaneamente com a alteração de base para 2005=100 e o alargamento do número de séries produzidas, correntemente; ii) com a execução da retropolação das séries produzidas em CAE rev. 3 até 2000 de modo a permitir um maior número de observações para os estudos de correcções de sazonalidade e de efeitos de calendário (em 2009 apenas foram

	divulgadas as séries corrigidas do índice de Volume de Comércio a Retalho e do índice de Produção de Industrial, ficando a difusão das séries dos restantes indiciadores para 2010); iii) com a difusão dos novos indicadores (179), CAE rev. 3 Base 2005, no BDD; iv) com a realização de todos os estudos e testes que permitiram a antecipação de calendário do Índice de Preços de Produção Industrial de modo a permitir a sua divulgação com a Síntese de Conjuntura; v) com a produção de Índices de Preços da Habitação, que permitiram, no início de 2010, passar a periodicidade de difusão de trimestral a mensal (as variáveis deste projecto passaram a integrar o BDD); vi) com o início, por iniciativa do INE e em conjunto com a CIFE, do processo que permitirá efectuar a revisão da lista de materiais de construção em 2010; vii) com a elaboração dos documentos metodológicos de quase todos os indicadores de curto prazo (exceptuam-se o índice de Custo de Construção de Habitação Nova e o da Taxa de Juro Implícita no Crédito à Habitação), de acordo com o padrão definido pelo CSE.
Estudo sobre a exequibilidade de aplicação do conceito “ <i>now-casting</i> ” ao processo de produção e cálculo de índices, com especial incidência no IPC e nos indicadores produzidos no âmbito das Estatísticas de Curto Prazo.	Não concretizada devido à saída do técnico superior a quem o projecto estava atribuído.
Apreciação da metodologia dos Indicadores quantitativos de Curto Prazo, designadamente com a utilização do Sistema Harmonizado para a produção de Índices de Preços (SHIP).	Não concretizada devido a dificuldades internas.
Inquéritos Qualitativos de Conjuntura Divulgação de dados do Inquérito Qualitativo de Conjuntura (IQC) aos Consumidores e lançamento das novas amostras dos IQC às empresas para introdução da nova CAE rev 3.	Concretizada com i) a divulgação, em Maio de 2009, dos resultados obtidos a partir da nova amostra do IQC aos consumidores, a qual permitiu uma significativa melhoria de qualidade da informação apurada e com ii) a implementação de uma nova aplicação para apuramento, a qual agilizou substancialmente o processo final de apuramento de resultados e com iii) o lançamentos novos questionários dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às empresas com a introdução da CAE rev 3, dando, assim, cumprimento aos requisitos da DG-ECFIN nesta matéria.
Empresas	
Plano	Actividades desenvolvidas
Estatísticas das Empresas - Início da produção de indicadores sobre o empreendedorismo e a globalização, no âmbito dos estudos desenvolvidos ao nível do Eurostat e da OCDE. - Redução, em cerca de três meses, do prazo de disponibilização da informação, beneficiando da	Concretizada com a apresentação, em Junho de 2009, dos primeiros resultados sobre o empreendedorismo em Portugal, no contexto da Demografia das Empresas, tendo sido produzidos indicadores sobre nascimentos, mortes e sobrevivência de empresas para o período 200-2007, e ainda indicadores relativos às empresas de elevado crescimento. Estes resultados foram divulgados à comunicação social e através do Portal. Foram igualmente fornecidos ao Eurostat e à OCDE, passando a constar da publicação “Measuring Entrepreneurship - A Collection of Indicators” Concretizada com a introdução de um novo processo de produção das estatísticas das empresas, baseado na utilização de dados administrativos, com particular destaque para a Informação Empresarial Simplificada (IES), e a melhoria de alguns dos procedimentos de apuramento e análise da informação.

Informação Empresarial Simplificada (IES). ▪ Renegociação do protocolo entre o INE e o Ministério das Finanças, para antecipação do envio ao INE de informação administrativa relevante, nomeadamente a referente aos empresários em nome individual e aos profissionais liberais.	Esta informação foi divulgada através da publicação “Empresas em Portugal – 2007” e de indicadores no Portal, disponibilizados ao público em Abril de 2009. Não concretizada. O INE apresentou uma proposta de protocolo à DGCI e DGITA, a qual foi discutida durante o ano de 2009, mas cuja versão final não foi acordada. Espera-se que os trabalhos possam desenrolar-se o mais rapidamente possível em 2010.
--	---

1.3.4. Comércio Internacional

Comércio Internacional de Bens

Plano	Actividades desenvolvidas
Consolidação do processo de redução dos prazos de disponibilização (para 40 dias após mês anterior) da informação do comércio intra e extracomunitário.	Concretizada com a divulgação num único destaque (mensal) a 40 dias, a partir de 06/08/2009, de toda a informação do Comércio Intracomunitário e Extracomunitário, o que se consubstanciou numa antecipação de 30 dias na divulgação da informação do Comércio Intracomunitário.
Aumento da qualidade da informação estatística divulgada em resultado da revisão da metodologia de estimação das não respostas, assim como a implementação da Política de Revisões.	Concretizada com a antecipação na divulgação da informação mensal do Comércio Intracomunitário em 30 dias, possível em resultado do incremento da qualidade da informação de base, fruto de uma melhoria nos procedimentos associados ao cálculo das estimativas (quer de não resposta quer das transacções abaixo do limiar de assimilação) e com a elaboração, em consonância com a Política de Revisões do INE, de uma proposta de Política de Revisões para as estatísticas do Comércio Internacional, para aplicação aos dados a produzir no ano de 2010.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Discussão e aprovação no seio do Grupo de Trabalho das Estatísticas das Relações Económicas com o Exterior, do Conselho Superior de Estatística, dos conceitos relativos à área temática do Comércio Internacional. Implementação das necessárias alterações na recolha de informação, no sentido da adaptação aos novos Regulamentos de Base do Intrastat e do Extrastat, publicados em 2009. Desta forma, foi possível reduzir consideravelmente o número de operadores com obrigatoriedade de resposta ao Intrastat, decorrente da aplicação da nova taxa de cobertura no fluxo das chegadas a partir de 01/01/2009, que foi reduzida de 97% para 95%. Implementação de uma nova rotina de actualização trimestral da amostra do Intrastat, que permitiu uma melhoria da taxa de cobertura da informação recolhida, dando assim cumprimento ao definido em Regulamento Comunitário, e possibilitou de igual modo uma melhoria da qualidade da informação estatística produzida neste domínio. Alargamento da divulgação das estatísticas do Comércio Internacional no Portal do INE, através da criação de novos indicadores associados à informação mensal acumulada, dando assim resposta a solicitações dos utilizadores previamente manifestadas.

1.3.5. Agricultura, Floresta e Pescas	
Agricultura e Floresta	
Plano	Actividades desenvolvidas
RECENSEAMENTO AGRÍCOLA 2009 (RA09) - Realização dos trabalhos preparatórios - Realização do Inquérito Piloto, para teste do questionário, do modelo organizativo e da aplicação informática; - Início da recolha no campo em Outubro de 2009, prevendo-se uma duração de 6 meses; - Início do inquérito de qualidade em Dezembro de 2009; - Ações de divulgação, incluindo campanha de publicidade em meios de comunicação social, a lançar com o inquérito piloto. <i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Concretizada com atrasos e limitação de conteúdo, devido à não disponibilização atempada de financiamento, que inviabilizou i) a actualização, no terreno, da base censitária; e a execução atempada e suficiente de alguns concursos nos termos e calendário previstos, designadamente a contratação de 215 colaboradores e o recrutamento dos 1557 prestadores de serviços, tendo-se ficado, no caso destes últimos, 20% aquém do necessário. Não realizada exactamente de acordo com o programado em termos de calendário e de exaustividade e abrangência dos testes a efectuar ao modelo organizativo da recolha e à aplicação informática. O atraso da selecção e recrutamento de colaboradores levou à insuficiência do número destes e ao deslizamento do início da recolha no campo em cerca de 1 mês (de Outubro para Novembro) Não concretizada devido à não disponibilização de financiamento em tempo útil. Concretizada com a realização de uma campanha de publicidade que se revelou de grande qualidade, ainda que, devido a restrições orçamentais, a sua divulgação tenha sido inferior à programada. Concepção, em parceria com o Instituto Superior de Agronomia e o CENTROP, de uma metodologia para estimativa do consumo de água nas explorações agrícolas, informação a constar dos resultados do RA 09 e que foi aprovada através de uma subvenção financeira do Eurostat.
Estatísticas dos Cereais para Grão e dos Efectivos Animais Utilização de dados administrativos e estimativas de peritos do sector, em substituição dos inquéritos tradicionais.	ESTATÍSTICAS DOS CEREAIS DE GRÃO: Concretizada parcialmente, devendo concluir-se em 2010. ESTATÍSTICAS DOS EFECTIVOS ANIMAIS: Concretizada parcialmente dado que só foi possível analisar a informação proveniente do SNIRB (Sistema Nacional de Identificação de Registo de Bovinos), testá-la e validá-la, ficando para 2010 a celebração de um protocolo entre o INE e o IFAP, a articulação necessária para optimizar o processo de transferência da informação e a definição de um desenho de registo específico que assegure as necessidades de informação do INE.

1.3.6. Indústria, Energia e Construção**Indústria e Energia**

Plano	Actividades desenvolvidas
Estatísticas da Indústria Melhoria da componente de análise da informação divulgada, numa perspectiva integrada de caracterização da indústria portuguesa.	Concretizada através do aperfeiçoamento da análise da informação na publicação das Estatísticas da Produção Industrial 2007 (editada em 2009), com a introdução de um capítulo relativo à comparação da Informação do Inquérito Anual à Produção Industrial com as Estatísticas do Comércio Internacional, através da divulgação de informação sobre o Consumo Aparente.
Estatísticas da responsabilidade da DGEG/MEI Estudo prévio visando a preparação do Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico, em articulação com o INE.	Concretizada com i) a elaboração de um protocolo de colaboração entre o INE e a DGEG/MEI associado à execução do Inquérito ao Consumo de Energia no Sector Doméstico e com ii) o início dos trabalhos conducentes à preparação do referido Inquérito, através da criação de um Grupo de Trabalho constituído por representantes para a definição do próprio questionário (envolvendo técnicos especialistas no desenho de questionários) para entrevista presencial.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Alargamento da divulgação das estatísticas da Indústria e da Energia no Portal do INE, com a criação de novos indicadores, que contribuíram assim para dar resposta às necessidades dos utilizadores previamente manifestadas.

Construção e Habitação

Plano	Actividades desenvolvidas
Estatísticas das Obras Públicas Disponibilização das "Estatísticas das Obras Públicas" com base no aproveitamento de informação estatística proveniente do Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI), em resultado de nova legislação recentemente publicada relativamente ao novo Código dos Contratos Públicos.	Não concretizada embora se tenham mantido, ao longo do ano de 2009, os contactos com o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI), para obtenção da informação relativa às Obras Públicas, dado que de acordo com recente legislação em vigor, cabe a este instituto a monitorização e compilação de informação relativa aos novos concursos públicos lançados, no âmbito da Construção Civil e Engenharia. Devido a atrasos na implementação dos procedimentos necessários a essa monitorização (nomeadamente associados à criação de um Portal específico e das ferramentas informáticas necessárias ao controlo dos processos), ainda não foi disponibilizada ao INE a informação necessária para a criação de indicadores estatísticos a disponibilizar no Portal do INE.
Habitação Social Estabelecimento de um protocolo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), com vista à realização de uma operação estatística no domínio da caracterização da habitação social.	Concretizada com a realização dos trabalhos de preparação da documentação necessária ao lançamento da nova operação estatística "Inquérito à Caracterização da Habitação Social - 2009", nomeadamente a definição do questionário, documento metodológico e especificações necessárias ao desenvolvimento da aplicação informática associada, sendo o inquérito lançado no 1º Trimestre de 2010.
Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas	

Divulgação de informação sobre as Obras Concluídas, no âmbito do Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas, com recurso a uma nova metodologia de estimação, visando essencialmente uma melhor cobertura e um reforço da qualidade da informação.	Concretizada com a divulgação, em 12/06/2009, dos primeiros resultados das Obras Concluídas (integradas no Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas – SIOU) com base em estimativas, de acordo com a metodologia previamente definida e da publicação das “Estatísticas da Construção e Habitação – 2008”, que teve subjacente as estimativas das Obras Concluídas para os anos de 2007 e 2008. O uso da nova metodologia permitiu melhorar a qualidade da informação divulgada, em termos de coerência, comparabilidade e oportunidade.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Estabelecimento de uma parceria com a Secretaria de Estado da Administração Local, para concepção de um projecto para uma Portaria que defina os elementos que as Câmaras Municipais devem remeter mensalmente ao INE relativamente às operações urbanísticas (licenciamento e conclusão de obras), adaptado às alterações legislativas decorrentes do novo Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação definido através da Lei 60/2007, de 4 de Setembro. O projecto de Portaria foi apresentado ao Conselho Superior de Estatística, em reunião da Secção Permanente de Coordenação Estatística realizada a 10/09/2009, tendo merecido parecer favorável, sem alterações.

1.3.7. Serviços

Comércio Interno

Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito às Empresas de Comércio Realização do novo Inquérito às Empresas de Comércio, ao abrigo do Regulamento sobre Estatísticas Estruturais das Empresas	Concretizada com a preparação da metodologia e o lançamento do Inquérito IECOM no 2º semestre, sendo os resultados divulgados na 1ª quinzena de Julho de 2010. Trata-se de um inquérito a uma amostra de 4500 empresas que visa disponibilizar informação relativa à estrutura das vendas, segundo o tipo de produtos comercializados, tendo em conta a dimensão das empresas e a sua localização geográfica.
Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante Adopção de nova nomenclatura	Concretizada com a adopção da Classificação Estatística dos Produtos por Actividades – CPA 2008 no âmbito do Inquérito aos Estabelecimentos Comerciais – Unidades de Dimensão Relevante – UCDR 2008, compatibilizado
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Iniciado o processo de actualização dos conceitos estatísticos do comércio interno.

Transportes

Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias (ITRM)	Concretizada no que se refere ao Estudo metodológico, tendo sido introduzidas melhorias no desenho da amostra e preparado o inquérito para uma periodicidade trimestral.
Inquérito ao Transporte Rodoviário Transfronteiriço de Mercadorias 2008	Concretizada com a conclusão do apuramento dos resultados definitivos do ITRT 2008 e com a recolha de dados referente a um trimestre adicional (4ºT2008) não previsto no protocolo realizado entre o INE e o GPERI-MOPTC. A difusão envolveu i) os resultados do inquérito; ii) o o estudo “Perfil de tráfego dos veículos pesados de mercadorias nas fronteiras luso-espanholas” e iii) uma

	apresentação pública no Encontro Internacional de peritos em transporte rodoviário transfronteiriço, realizado em Zamora, em Março de 2009.
Protocolos ANA e INAC	Concretizada com o alargamento do acesso a variáveis sobre o transporte aéreo, no âmbito dos protocolos existentes com o INAC e com a ANA.
Iniciativas com vista à celebração de protocolo com o IMTT	Concretizada com a realização de insistências junto do IMTT, com vista a aceder a diversos dados administrativos referentes ao transporte ferroviário e ao transporte rodoviário e a análise da viabilidade de celebração de um protocolo entre os dois institutos, de que decorreu a apresentação, pelo INE, de um projecto, ainda em apreciação e validação pelo IMTT.

Turismo

Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito às Deslocações dos Residentes (Procura Turística dos Residentes) Adopção da recolha de informação por via telefónica, visando a redução dos custos de produção e da carga estatística.	Concretizada com a realização da recolha de dados através de entrevistas telefónicas assistidas por computador (CATI), que permitiu reduzir substancialmente os custos de recolha associados a este inquérito, e melhorar significativamente os resultados apurados, quer porque foi pela primeira vez adoptado o Guião de Entrevista, quer porque se efectuou um maior controlo de qualidade sobre os dados recolhidos, quer ainda porque se verificou uma melhoria considerável da taxa de resposta.
Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria Adopção do modo de recolha electrónica (WebInq), que implicará i) aumentar a qualidade da informação produzida, ii) reduzir os prazos de disponibilização de resultados, e iii) responder de forma mais eficiente às necessidades dos diferentes utilizadores.	Concretizada através da i) integração do inquérito no SIGINQ e a consequente pesquisa de verificação do universo do inquérito para actualização do FUE; ii) da ampla adesão a este modo de recolha por parte dos respondentes (em 2010 a percentagem de respostas recebidas pelo WebInq corresponde já a 75% do total de respostas), contribuindo para a redução dos custos de recolha e para uma maior eficiência dos processos de produção e iii) da adopção de uma nova aplicação informática para o processo de estimativas de não respostas, que permitiu uma maior celeridade no processo de apuramentos já reflectido na antecipação de cerca de 4 dias na difusão dos resultados mensais do IPHH.

Serviços especializados

Plano	Actividades desenvolvidas
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Publicação, pela 1ª vez, dos dados dos Serviços Prestados às Empresas em CAE-Rev.3.

1.3.8. Inovação e Conhecimento**Sociedade da Informação**

Plano	Actividades desenvolvidas
Inquérito à Utilização das TIC pelos Estabelecimentos Hoteleiros Divulgação dos resultados do primeiro Inquérito à Utilização das TIC pelos Estabelecimentos Hoteleiros, realizado em 2008.	Concretizada através divulgação dos resultados da primeira edição do Inquérito à Utilização das TIC pelos Estabelecimentos Hoteleiros, através de destaque à comunicação social, em 27 de Fevereiro de 2009.

Inquérito à Utilização das TIC pelas Famílias Revisão do questionário do inquérito visando uma melhor adequação ao modo de recolha telefónica, maior qualidade da informação estatística a disponibilizar e, ainda, reduzir a carga estatística junto das famílias.	Concretizada através da i) revisão do questionário e sua adequação ao modo de recolha telefónica e ii) do estudo e implementação de um novo método de selecção de entrevistados, garantindo uma distribuição equilibrada da amostra de indivíduos, de maior dimensão, de forma a obter um número de respostas idêntico ao de edições anteriores.
Ciência e Tecnologia	
Planeado	Actividades desenvolvidas
Estatísticas da Ciência e Tecnologia Implementação do modelo <i>Datawarehouse</i> para esta área estatística, em parceria com entidades externas, de acordo com o já adoptado para as áreas da Educação e Formação.	Concretizada com a elaboração de plano de acção para o desenvolvimento do projecto <i>Datawarehouse</i> Ciência e Tecnologia em colaboração com a entidade produtora daquelas estatísticas (GPEARI/MCTES).

1.4. ACTIVIDADE INTERNACIONAL

1.4.1. Actividades no âmbito do Sistema Estatístico Europeu

O INE participou num total de 271 reuniões internacionais, que envolveram 331 deslocações, a maior parte das quais no âmbito da União Europeia.



Esta participação envolveu:

- Reuniões do Comité do Sistema Estatístico Europeu e dos grupos de trabalho do EUROSTAT, no quadro da aplicação do Programa Estatístico Europeu;
- *Task Forces* relevantes a nível europeu, designadamente: Recenseamentos da População e da Habitação para 2011, Dados administrativos, Preços detalhados, Contas Nacionais Trimestrais;
- Liderança de projectos de grande envergadura e importância na UE, designadamente: “Paridades de Poder de Compra” no Grupo dos Países do Sul da Europa; “SDMX – Statistical Data and Metadata Exchange” e “Projecto-piloto europeu de construção de índices de preços para habitação própria”.
- Acompanhamento de propostas de Regulamento no âmbito das reuniões do Grupo “Estatísticas” (Working Party on Statistics) do Conselho da União Europeia, destacando-se a aprovação e publicação do Regulamento N° 1185/2009 relativo às Estatísticas dos Pesticidas e do Regulamento N° 951/2009 que altera o regulamento 2533/98 sobre a compilação de informação estatística pelo Banco Central Europeu;
- Reuniões de acompanhamento de subvenções financeiras e contratos de prestação de serviços estabelecidos com a Comissão Europeia;
- Sessões anuais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, da Conferência dos Estatísticos Europeus e do Comité de Estatísticas da OCDE, bem como participação em Conferências temáticas no âmbito das Nações Unidas, em particular na área da População, e em reuniões da OCDE, destacando-se as áreas de Indicadores Territoriais, Pobreza e exclusão social e SDMX;
- Acções de formação profissional nos mais diversos domínios estatísticos, realizadas sobretudo em países da UE.

Como se referiu, a participação em reuniões organizadas pelo Eurostat destaca-se no conjunto das reuniões internacionais. O INE participou num total de 213 reuniões no âmbito do Eurostat, envolvendo 257 técnicos, abrangendo a maior parte a participação em grupos de trabalho.

Reuniões no âmbito do Eurostat (Nº)



1.4.2. Actividades de Cooperação Estatística

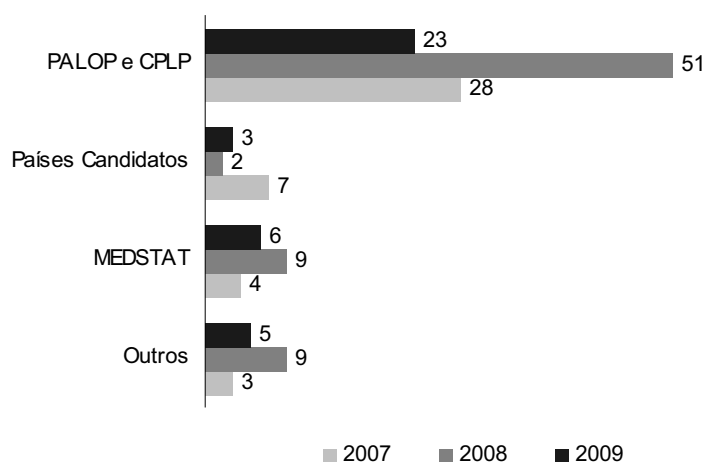
No âmbito da Cooperação com os PALOP, destacaram-se em 2009, as seguintes actividades:

- Continuação dos trabalhos sobre as Classificações, Conceitos e Nomenclaturas que permitiram avanços significativos para a edição, em 2010, da CAE-rev.2 de Angola, da CNP-rev.1 de Cabo Verde, da CAE-rev.1 da Guiné-Bissau, da CNBS-rev.2 de Moçambique e da CAE-rev1 de S. Tomé e Príncipe;
- Continuação dos trabalhos de desenvolvimento da aplicação informática de cálculo do Índice de Preços, adaptada a Cabo Verde e a Moçambique;
- Apoio a Moçambique nas áreas de Indicadores de Curto-Prazo e Análise Económica de Conjuntura; da Formação, Investigação e Estatísticas Oficiais e das Contas do Sector Financeiro;
- Apoio a S. Tomé e Príncipe no âmbito da revisão do Estatuto orgânico do INE-STP;
- Aprovação da candidatura do INE a dois concursos no âmbito do Fundo Comum para Moçambique que permitirão, em 2010, assegurar a continuação do apoio português em áreas relativas ao Índice de Preços, Indicadores de Conjuntura, Classificações e Nomenclaturas e Legislação e Contencioso Estatísticos;
- Lançamento de uma Newsletter sobre Cooperação internacional do INE, tendo em vista uma maior visibilidade da actividade de cooperação estatística do INE, em particular com os PALOP.

Na cooperação Extra-PALOP, destaca-se:

- Conclusão do projecto MEDSTAT II, no qual o INE participou em Consórcio liderado pela ADETEF francesa, destacando-se o apoio técnico e a formação dada pelo INE nas áreas de Contas Económicas da Agricultura e de Transferências de Remessas de Emigrantes;
- Conclusão do projecto sobre a Conta Satélite do Turismo nos países da UE, no âmbito de contrato com o ICON Institut alemão;
- Acolhimento de visitas de trabalho de técnicos de países candidatos, em particular da Croácia, na área de Sistema de Gestão de Classificações, e da Turquia, nas áreas de Contas Anuais dos Sectores Institucionais (sector das famílias), Ficheiros de Empresas e Explorações Agrícolas;
- Apoio ao INE da Tunísia na área do Sistema de Informação das Empresas e na área das Classificações e Nomenclaturas;
- Acolhimento de técnicos oriundos da UE, como a Bulgária e a Suécia, respectivamente nas áreas da Difusão e do Sistema de Gestão de Nomenclaturas, e de outros países, como o Canadá, na área do Sistema de Informação das Empresas.

Acções por Tipo de Programa (Nº)



1.5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Tecnologias de Informação e Comunicação	
Plano	Actividades desenvolvidas
Preparação da implementação de um Sistema Integrado de Gestão no contexto das aplicações partilhadas a adoptar em 2010 por toda a Administração Pública.	Não concretizada ainda em 2009 por decisão do MF (o processo de aquisição de um aplicativo informático para a adopção de um Sistema Integrado de Gestão foi iniciado pelo INE em 2008, não tendo merecido a aprovação do MF devido ao desenvolvimento de projecto similar para o conjunto da AP). O INE foi contactado em finais de 2009 pela Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública, EPE (GERAP), no sentido de durante o ano de 2010 se encontrar uma solução que satisfaça as necessidades do Instituto.
Construção e implementação dos sistemas informáticos de suporte ao Recenseamento Agrícola 2009 , incluindo os necessários à recolha de dados que será realizada através de computador portátil.	Concretizada com a construção e implementação dos sistemas informáticos de suporte à execução do Recenseamento Agrícola que, numa perspectiva integrada constituem o sistema de inquéritos agrícolas do INE (SAGR).
Consolidação da ampliação aos estabelecimentos do Sistema de Recolha junto das empresas enquadrado no Sistema de Gestão de Universos e Amostras e no WebInq – Inquéritos do INE na WEB.	Concretizada com i) a integração, no âmbito da unidade estatística “empresa”, de cinco operações estatísticas (IONGA, SPE, IUTICE, IEGPA, IECOM, no Sistema Global de Gestão de Inquéritos – Inquéritos por auto-preenchimento (SIGINQ-IAP), perfazendo um total de 10 operações estatísticas às empresas nele integradas; ii) o alargamento do SIGINQ-IAP à unidade estatística “estabelecimento”, sendo o IPHH e o IPHHA as duas primeiras operações estatísticas a ser integradas; iii) a integração das operações estatísticas: IPCAMP, IPCOL e IPCOLA com entrada em produção prevista para Janeiro de 2010; e iv) no âmbito do ITRM, a realização de um estudo de viabilidade para a introdução da unidade estatística “veículo rodoviário” no SIGINQ-IAP, que se revelou favorável, devendo essa introdução ocorrer em 2010.
Análise e implementação da nova solução do Centro de Contactos destinado tanto aos processos de recolha de dados estatísticos como ao apoio ao utilizador ou cliente.	Concretizada com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Centro de Contactos (SICC) na vertente recolha telefónica (CATI) dos Inquéritos às Famílias e entrada em produção em Setembro com a operação estatística Inquérito Qualitativo de Conjuntura aos Consumidores, a que se seguiu o Inquérito ao Emprego, em Outubro.
Promoção da integração, no Datawarehouse (DW) , dos resultados das operações estatísticas actuais e históricas com informação administrativa recebida ao abrigo dos protocolos celebrados, bem como de estudos de qualidade da informação, transversais às várias áreas de matéria do INE, com recurso aos dados existentes no DW e às novas funcionalidades da ferramenta disponível.	Concretizada com i) a expansão da cobertura do <i>Data Warehouse</i> , nomeadamente; ii) a construção de modelos de análise sobre os dados recolhidos no âmbito da operação estatística Inquérito ao Emprego-CATI; iii) a integração da série longa dos recenseamentos agrícolas (1989, 1999 e preparação para o recenseamento de 2009) e dos Inquéritos de Estrutura (de 1993 a 2007); iv) no âmbito da gestão, a criação de um modelo de análise sobre o Gestão de Respondente para obtenção de relatórios; e v) a integração de diversa informação administrativa, que permitiu análises mais eficientes de qualidade da informação recebida.

Modernização dos equipamentos de comunicações, de suporte a conferências e vídeo-conferências e do parque informático em geral.	Concretizada com i) a actualização e alargamento dos pontos de vídeo-conferência e adição de novas funcionalidades, tais como a transmissão simultânea de conteúdos e vídeo e a gravação de sessões; e ii) a implementação de uma solução de alta disponibilidade virtual; iii) a actualização da solução de <i>storage</i>; e iv) a modernização parcial do parque informático de <i>desktops</i>.
<i>Outros desenvolvimentos não explicitados no Plano de Actividades</i>	Integração, no âmbito do Sistema Global de Gestão de Inquéritos – Inquéritos por entrevista (SIGINQ-IE), de cinco operações estatísticas, denominadas por IQCC, IDR, IECATI, IUTIC-F e Inquérito à Vitimação. Participação no projecto SICO – Sistema de informação do Certificado de óbito, desenvolvido pela Direcção Geral de Saúde (DGS) e a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS). Continuação da concepção da arquitectura de suporte aos Censos 2011, tendo-se realizado o segundo teste o qual permitiu testar o e-censos e o modelo organizativo do trabalho de campo na recolha de informação. Início do desenvolvimento da aplicação de gestão da base de dados de entrevistadores do INE (ENTR), a qual tem por objectivo gerir de uma forma integrada a informação de candidatos a entrevistadores, entrevistadores, contratos, documentos, equipamentos informáticos, sessões informativas, folhas de obra e pagamentos.

1.6. A DIFUSÃO E A PROCURA DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Portal de Estatísticas Oficiais

O Portal de Estatísticas Oficiais é o canal privilegiado para a difusão de informação do INE, pelo volume de informação que disponibiliza aos utilizadores, continuamente ampliado, pelas possibilidades de pesquisa que lhes proporciona e pela autonomia que lhes confere.

Em 2009, às funcionalidades referidas – que incluem a construção de quadros estatísticos à medida das necessidades do utilizador e o acesso ao conteúdo integral (consulta e *download*) das publicações divulgadas – veio acrescentar-se a possibilidade de construir gráficos associados aos quadros visualizados/construídos.

No que se refere ao volume de informação, no final de 2009 o Banco de Dados de Difusão (BDD) incluía 3847 indicadores, número que correspondia a um crescimento de 71% relativamente ao final de 2008. Este volume de informação corresponde a uma disponibilidade efectiva no Portal de 3769 indicadores, acessíveis.

O quadro seguinte sintetiza os principais indicadores relativos à utilização do Portal.

Portal de Estatísticas Oficiais – Indicadores síntese 2009 (N.º)

Acessos (a)	Páginas visionadas (a)	Publicações consultadas/ descarregadas (b) (c) (e)	Destaques consultados/ descarregados (b) (d) (e)
1 040 981	10 733 927	674 751	1 174 620

- (a) Só acessos externos.
- (b) Inclui acessos internos e externos.
- (c) Inclui ficheiros PDF, XLS e CSV.
- (d) Inclui ficheiros PDF e XLS.
- (e) Não considera valores relativos ao mês de Julho, devido a problemas técnicos.

Publicações – Divulgação e venda¹

Após a redução acentuada verificada em 2008, na sequência do surgimento do Portal de Estatísticas Oficiais, o número de publicações editadas em papel estabilizou. Assim, em 2009 foram divulgadas 53 publicações de informação estatística (o mesmo número que no ano anterior), das quais:

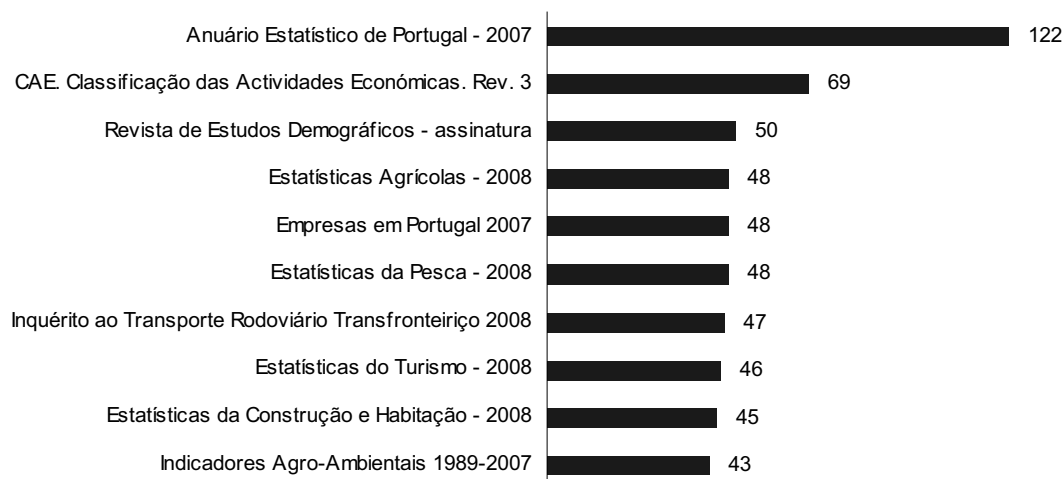
- 27 editadas para venda em suporte físico - papel e/ou CD-ROM (25 em 2008);
- 13 divulgadas exclusivamente através do Portal, com acesso gratuito (66 em 2008);
- 13 distribuídas gratuitamente na forma de edições em papel (11 em 2007).

¹ Neste relatório, cada edição infra-anual de um mesmo título é contabilizada como uma publicação.

A gratuitidade do acesso a todos os produtos de difusão do INE, através do Portal, continuou a traduzir-se numa clara redução da venda de publicações, a qual se situou em 1 381 exemplares representando uma queda 42% relativamente ano anterior.

Os 10 títulos com mais vendas (> 40 exemplares) concentraram 59% do total:

Publicações com mais exemplares vendidos (Nº)



Atendimento e apoio a clientes

O INE disponibiliza aos seus clientes um serviço de apoio via telefone, complementado pelo atendimento de pedidos recebidos por outros canais.

- **Atendimento telefónico:** recebidos 12 075 contactos telefónicos solicitando apoio para a utilização e navegação no Portal do INE (34%), para fornecimento gratuito de informação (30%) e para prestação de esclarecimentos de outra natureza (36%).

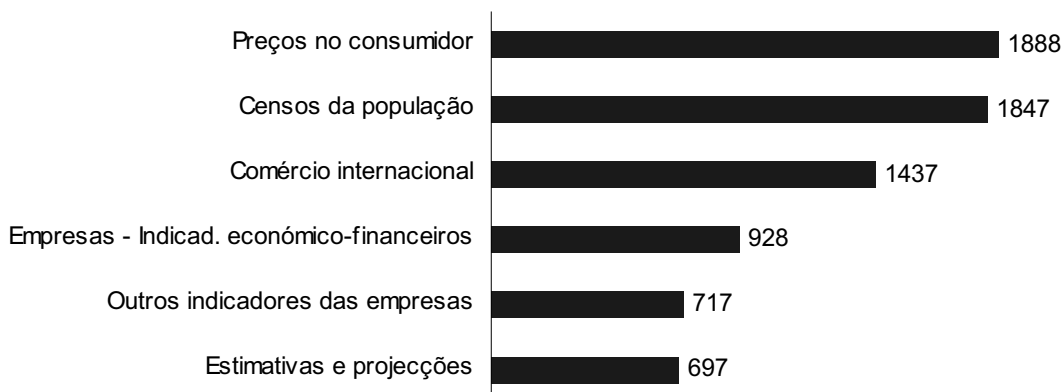
Destas solicitações, 61% foram formuladas por clientes classificados como Público em geral, 14% por Empresas (Comércio, Indústria e Serviços), 9% por entidades das Administrações Pública, Local e Central, 5% por Estudantes, 2% por Professores e Estabelecimentos de Ensino e 3% por Investigadores.

Na informação mais solicitada destaca-se a relativa a “Preços” (33%), “Demografia” (13%), “Metodologias, conceitos e nomenclaturas” (12%) e “Empresas” (6%).

- **Atendimento de pedidos formulados** através dos canais **Portal, e-mail, fax e carta:** recebidos 10 554 pedidos de informação estatística ou de esclarecimento, sendo o Portal o canal mais utilizado, (8 696 contactos), seguido do e-mail (1 470 contactos) e do Fax (211 contactos).

A informação mais solicitada inseriu-se nos seguintes temas²:

Pedidos de informação - Temas mais solicitados – 2009 (Nº)



- A utilização do Sistema de Gestão Centralizada de Pedidos de Informação através do Portal de Estatísticas Oficiais permitiu resultados de maior qualidade, harmonização e celeridade no serviço prestado aos utilizadores. A medição objectiva do tempo médio de respostas a pedidos de informação gratuitos permitiu constatar uma redução de 2,25 dias úteis em 2008 para 1,15 dias úteis em 2009. Realça-se ainda que, para 99% dos pedidos de informação tarifados, foram cumpridos os prazos de resposta estabelecidos como meta pelo INE.

Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior

Dimensão

O alargamento da Rede de Informação do INE em Bibliotecas do Ensino Superior (RIIBES) em 2009 não atingiu a dimensão esperada, uma vez que só foi possível abrir 2 dos 5 novos pontos de acesso planeados.

Contudo, foram contactadas para este efeito mais 13 instituições³, para além das que aderiram, das quais 3 já manifestaram a sua intenção de integrar a RIIBES, aguardando a ratificação desse compromisso por parte dos respectivos órgãos decisores (Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação e Instituto Superior Técnico), 5 declinaram a proposta e as restantes ainda não tomaram uma decisão definitiva.

Importa ainda referir que 1 instituição, no âmbito do seu processo de reorganização interna, decidiu proceder ao encerramento do ponto de acesso que tinha há vários anos.

Em paralelo com o esforço de ampliação da Rede, intensificaram-se os esforços do INE e dos seus Parceiros para a divulgação da Rede e para a formação de técnicos de atendimento e de utilizadores.

² Cada pedido de informação pode ser classificado em mais do que um tema.

³ Instituto de Ciências Sociais, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Instituto Piaget, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Instituto Superior de Agronomia, Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Instituto Superior Técnico, UNISLA, Universidade Lusófona, Universidade Portucalense, Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa, Instituto Politécnico de Tomar e Universidade Católica.

Divulgação

Foram editados seis números da Folha Informativa bimensal elaborada e divulgada pelo INE, em suporte electrónico, no seio da Rede.

As Instituições aderentes continuaram a desenvolver diversas actividades de divulgação da Rede, entre as quais a elaboração e distribuição de folhetos, a difusão selectiva de informação com base nos Destaques do INE que lhes são enviados; a realização de curtas sessões de divulgação, maioritariamente integradas na apresentação dos seus serviços aos novos alunos; e a apresentação dos recursos disponíveis e das possibilidades de consulta nos pontos de acesso. De acordo com os dados apresentados, realizaram-se 276 sessões, envolvendo 6 874 destinatários, o que representa acréscimos de 156% e 178%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Formação

Em 2009, o INE realizou três acções de formação destinadas a técnicos de atendimento, uma acção de formação inicial para os técnicos dos novos pontos de acesso e 2 acções de formação de actualização para o conjunto das instituições aderentes, que envolveram, no conjunto, 104 participações.

Também os Parceiros se empenharam na realização de formação para os seus próprios técnicos e dos seus utilizadores internos e externos. Essa dinâmica está expressa no quadro que se segue.

Sessões de formação organizadas pelos Parceiros (Nº)

Formação para os seus Técnicos		Formação para utilizadores internos e/ou externos (a)	
Sessões	Participantes	Sessões	Participantes
23	124	30	426

(a) 3 destas sessões foram dinamizadas por técnicos do INE.

Participação do INE em actividades da Rede de Bibliotecas Escolares

Esta actividade não foi concretizada.

Projecto ALEA – Acção Local de Estatística Aplicada ⁴

No ano de 2009, continuou a expansão do Projecto ALEA, quer no que se refere aos conteúdos disponibilizados, quer no que diz respeito à resposta dos utilizadores às actividades propostas, designadamente aos Desafios propostos aos alunos com base em notícias do dia-a-dia veiculadas

⁴ O Projecto ALEA resulta de uma parceria entre o INE, a Escola Secundária de Tomaz Pelayo e a Direcção Regional de Educação do Norte.

pela comunicação social, expansão essa que muito se deveu às actividades de divulgação realizadas. Contudo, não foi possível concretizar algumas das acções previstas no Plano para 2009.

Acções concretizadas:

Actualização de conteúdos:

- Informação relativa a cada um dos países membros da UE (informação de base, demográfica, económica e sector Educação) disponibilizada na área “EuropALEA”;
- Disponibilização das novas edições das publicações “Portugal em números” e “Península Ibérica em números”.

Novos conteúdos:

- 2 “Actualidades do INE”;
- 4 “Estatísticas em Foco”;
- 6 “ActivALEA’s”, duas das quais acompanhadas de aplicações informáticas interactivas;
- Renovação das perguntas (240) do jogo “Estatística Trivial”;
- Versão do Jogo da Glória para o 3.º Ciclo (100 perguntas);
- Introdução de 2 dossiês temáticos: “Estatística Descritiva com Excel – Complementos” e “Estatística com R – uma iniciação para o ensino básico e secundário”;
- Introdução de 3 “Desafios”, cujo número médio de respostas válidas (1 087) ultrapassou em 29,4% o valor registado no ano anterior. Esta evolução na participação nos “Desafios” representa um claro aumento da utilização do ALEA por parte do seu público-alvo — os alunos e docentes dos ensinos básico e secundário.

Divulgação:

No âmbito da divulgação do ALEA, assumiram maior relevo as seguintes iniciativas:

- 2.º Fórum e-Estatística – Numeracia e cidadania, subordinado ao tema “O que fazer com (tantos) dados? – O papel do ALEA” – Escola BI/JI Vasco da Gama, Lisboa (30 de Janeiro).
- Apresentações do ALEA a alunos da Secundária do Castelo da Maia (20 de Fevereiro) e a alunos da Escola Secundária Soares Basto de Oliveira de Azeméis (17 de Abril).
- Participação na “XII Semana das Novas Tecnologias” da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, Avelar, com a Comunicação: “Ensinar e Aprender Estatística: o contributo do ALEA” (17 de Março).
- Participação na exposição promovida pelo Departamento de Matemática e Ciências Experimentais da Escola Básica 2/3 D. Fernando II, em Sintra: espaço permanente com 2 computadores para acesso ao sítio do ALEA na Internet e dinamização de uma sessão com conteúdos do Projecto destinada a alunos do Ensino Básico (23 a 27 de Março).
- “Espaço ALEA” em paralelo com as Competições Nacionais organizadas pelo PmatE nos dias 28, 29 e 30 de Abril na U. Aveiro: sala com 20 pc’s para acesso ao sítio do Projecto e dinamização de uma competição com base no jogo “Estatística Trivial”; ampla distribuição de material promocional a professores e alunos.
- “Montra ALEA” nas instalações do CIREF do Ministério da Educação – Av. 5 de Outubro, Lisboa (1 a 31 de Agosto): exposição com 16 painéis apresentando um enquadramento do Projecto (origem, propósitos, destinatários...) e uma síntese dos conteúdos que divulga e das actividades que promove.

- Participação na 57th Session of the International Statistical Institute (ISI 2009) – Durban, África do Sul (16 a 22 de Agosto): dinamização de uma Special Topic Contributed Paper Meeting (“Statistically Significant Learning Experiences”) e apresentação de uma comunicação nesta mesma STCPM (“Challenges: Significant Learning Experiences in Elementary and Secondary Schools”).
- Participação no Congresso Anual da Sociedade Portuguesa de Estatística – Sesimbra, 30 Setembro –, no qual foi apresentada a publicação “Um mundo para conhecer os Números”, que é uma compilação de 5 dossiês didácticos divulgados no sítio do ALEA.

Acções planeadas e não concretizadas:

- Desenvolvimento da componente “geografia” associada à informação estatística;
- Ampliação dos conteúdos disponíveis na versão inglesa;
- Renovação da imagem gráfica do ALEA;
- Consolidação e ampliação da parceria com o projecto PmatE:
 - Realização da 1.ª Competição Nacional de Estatística;
 - Presença no Road-show do PmatE;
 - Participação no Encontro de Aprendizagem Formal e Informal.

Em 2009 registaram-se 507 337 visitas ao *sítio* do ALEA, o que representa um acréscimo de 7,2% relativamente ao ano anterior.

Informação Estatística para Investigadores

O INE celebrou, em 2000, um Protocolo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCES) no sentido de fornecer informação estatística em condições privilegiadas a investigadores credenciados para esse efeito.

Em cada ano, chegam ao INE pedidos de acesso a dados estatísticos relativos a novos projectos de investigação e também solicitações de informação complementar no âmbito de projectos iniciados anteriormente. São-nos igualmente dirigidos, pelos investigadores credenciados, pedidos de esclarecimento relativos à informação fornecida.

Os quadros que se seguem mostram a dinâmica registada neste no ano em referência.

O INE fornece informação estatística em condições privilegiadas a investigadores credenciados para esse efeito nos termos do Protocolo assinado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCES), procurando intensificar a utilização de informação estatística.

As solicitações de investigadores têm registado particular dinamismo, quer no que se refere ao acesso a dados estatísticos para novos projectos de investigação quer a informação complementar para projectos já iniciados, quer ainda a esclarecimento relativos a informação já fornecida.

Interacções com os investigadores – 2009 (Nº)

<i>Tipo de Interação</i>	
Novos Processos	36
Pedidos Suplementares	107
Pedidos de Esclarecimento	77

<i>Novos processos – Tipo de projecto</i>	
Projecto de investigação	20
Doutoramento	8
Mestrado	8

O INE procedeu ainda à implementação do acesso a microdados em ambiente de *Safe Center*, em Lisboa, estando em fase de finalização o desenvolvimento da solução de acesso remoto.

Bibliotecas do INE

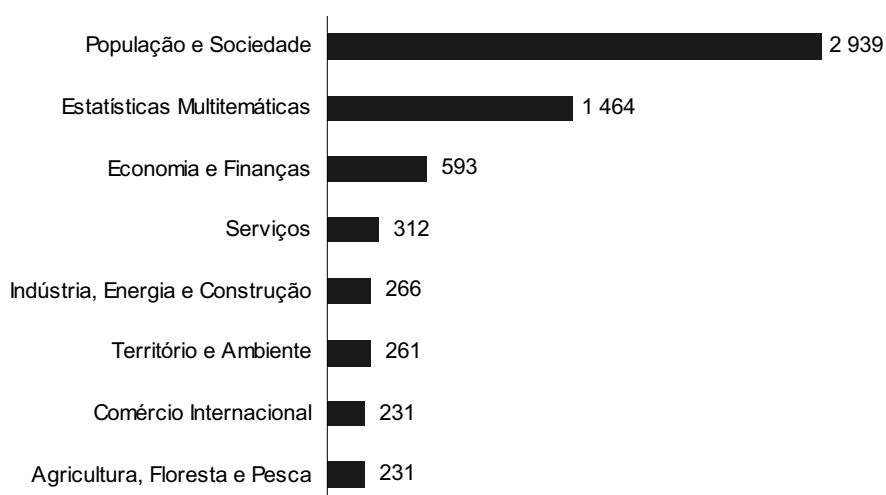
Em consequência do alargamento da informação estatística disponibilizada pelo INE através do seu Portal (e da facilidade do seu acesso) e da Rede de Informação do INE em Bibliotecas no Ensino Superior, a frequência das suas Bibliotecas em Lisboa, Porto, Coimbra, Évora e Faro tem vindo naturalmente a reduzir-se. De facto, ao longo de 2009 as Bibliotecas do INE acolheram 2 996 utilizadores, a que corresponderam 6 297 consultas, valores que representam uma redução de 19% e 26%, respectivamente, em relação ao ano anterior.

Utilizadores por Biblioteca – 2009

	N.º	%
Porto	624	20,8
Coimbra	379	12,7
Lisboa	1 657	55,3
Évora	284	9,5
Faro	52	1,7
Total	2 996	

As Bibliotecas foram frequentadas sobretudo por Estudantes (70%) e a informação mais procurada integrou-se no tema “População e Sociedade” (47% das consultas efectuadas).

Consultas nas Bibliotecas do INE em 2009, por tema (Nº)

**European Statistical Data Support – ESDS**

O INE mantém com o EUROSTAT um contrato de cooperação para a disponibilização deste Serviço, o qual foi renovado em Setembro de 2009.

Durante o ano de 2009, foram atendidos 175 pedidos de informação no âmbito do Serviço *ESDS - European Statistical Data Support*/Estatísticas Europeias, o qual visa apoiar os utilizadores de informação estatística do EUROSTAT, facilitando o uso das bases de dados e publicações *on-line* disponíveis no seu *site* (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>).

ESDS – Pedidos por tipologia – 2009

	N.º
Disponibilidade de dados / publicações	135
Verificação de dados	11
Informação sobre Metodologia	7
Pedidos de natureza técnica	4
Diversos	6
Total	175

Arquivo Histórico da Informação Estatística não Publicada

Concluíram-se os trabalhos de controlo de qualidade das imagens digitalizadas que integram a Biblioteca Digital (BDEO), bem como a respectiva migração de formatos TIFF para PDF.

Implementação da Política de Difusão

Foram apresentadas propostas de “Procedimentos de Difusão” e de “Circuitos e Procedimentos de Publicações”, que se encontram em discussão interna, com vista à sua aprovação.

2. BALANÇO SOCIAL 2009 - ANÁLISE SINTÉTICA

O Balanço Social foi elaborado, pela primeira vez, de acordo com o Decreto-Lei N° 190/96, de 9 de Outubro, por força da transição dos trabalhadores do INE da situação de contrato individual de trabalho para a de contrato individual de trabalho em funções públicas, ainda aguardando formalização.

A situação do INE em 31 de Dezembro de 2009, no que se refere aos seus recursos humanos, tendo em consideração os conceitos inerentes ao Balanço Social elaborado no contexto do Decreto-Lei N° 190/96, pode sintetizar-se do seguinte modo:

a) Total de trabalhadores no quadro

O número de trabalhadores que integravam o quadro do INE era de 905, face a 703 no final do ano anterior, o que representa um acréscimo significativo que se deveu essencialmente:

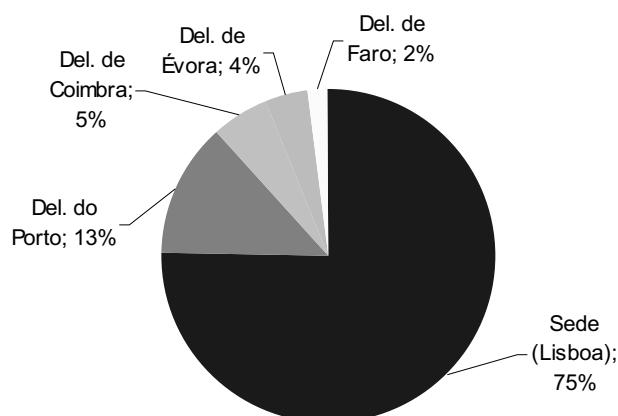
- Regresso de licenças (2);
- Processo concursal (3);
- Outras situações (223),

compensado parcialmente por

- Morte (2)
- Conclusão do período experimental (1)
- Cessação por mútuo acordo (17)
- Exoneração a pedido do trabalhador (2)

Dos trabalhadores admitidos, 210 (27 técnicos superiores e 183 técnicos profissionais) foram afectos aos trabalhos de recolha do Recenseamento Agrícola 2009 (RA 2009).

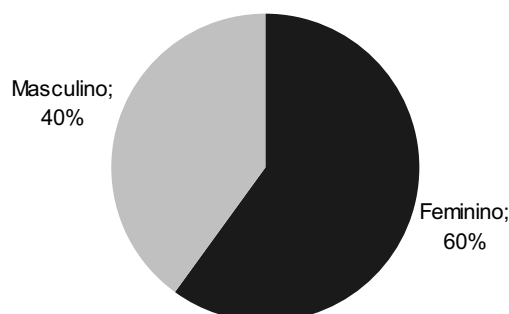
Cerca de 75% dos trabalhadores exerciam funções na Sede, em Lisboa, e os restantes nas Delegações do Porto (90), Coimbra (38), Évora (30) e Faro (13).



A actividade do INE envolve, ainda, a colaboração de prestadores de serviços relacionados com a recolha de informação junto de cidadãos empresas e outras entidades públicas e privadas (1540, estando cerca de 75% afectos ao RA 2009), com a medicina no trabalho e com a manutenção de instalações e equipamentos.

b) Distribuição por género

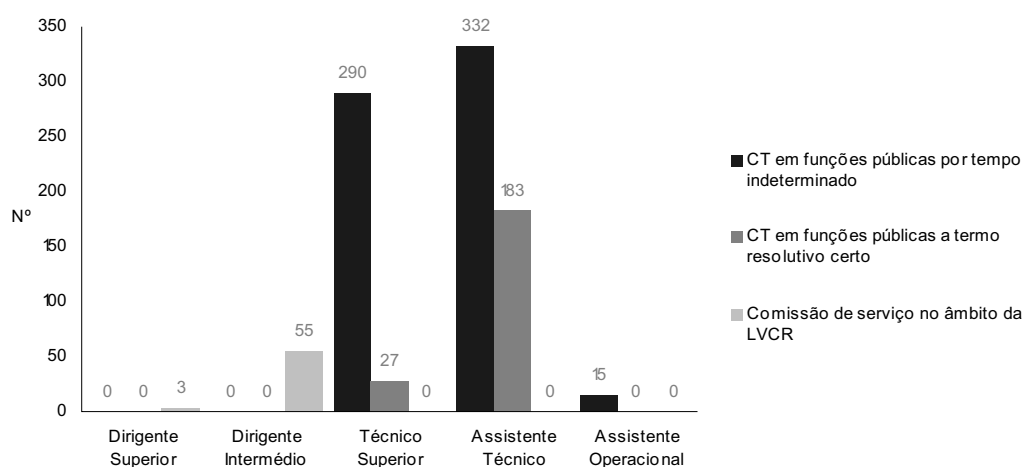
Cerca de 60% dos trabalhadores eram do género feminino



c) Distribuição por tipo de vínculo

O número de trabalhadores com Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado representava 70,4% do total, enquanto 6,4% se encontravam em Comissão de Serviço na condição de Dirigente Superior e de Dirigente Intermédio.

23,2% eram detentores de vínculo a Termo Resolutivo Certo, tendo sido admitidos para a realização do RA 2009, como já foi referido.



d) Distribuição por carreiras

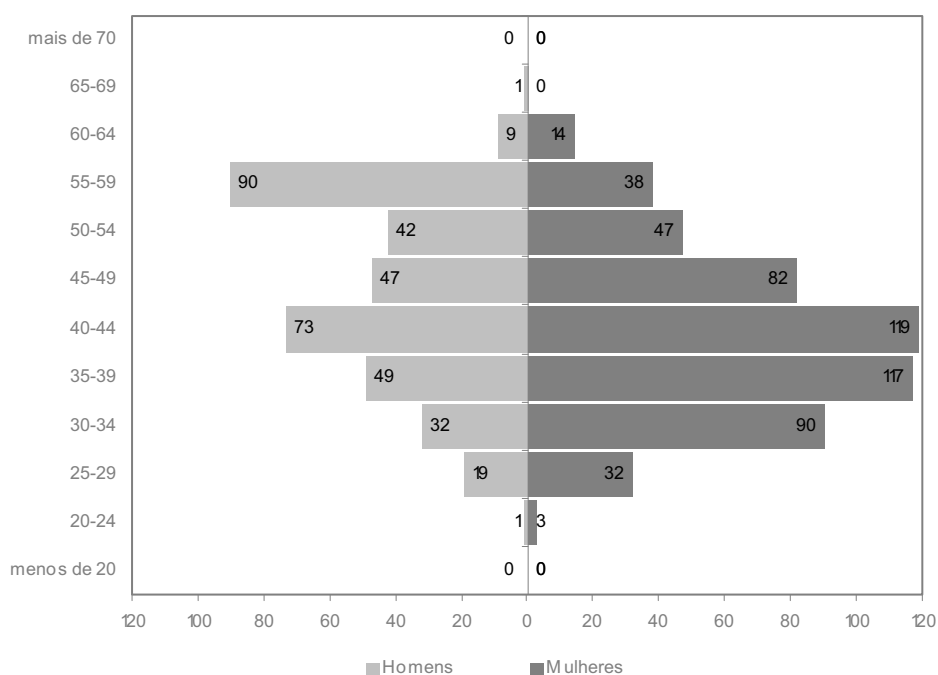
Excluindo os contratados a termo certo para o RA 2009, a estrutura dos efectivos do INE era a seguinte:

- Dirigentes 58
- Técnicos Superiores 290
- Assistentes Técnicos 333
- Apoio Geral 15

e) Estrutura etária

No final de Dezembro, 23,1% dos trabalhadores tinha menos de 35 anos (14,3% no caso dos homens) e 18,3% idade igual ou superior a 50 anos (39,1% no caso dos homens).

O leque etário era de 2,87, situando-se a média etária dos trabalhadores do INE (expurgando os contratos a termo) ligeiramente acima de 45 anos, sendo de 47,3 anos na população masculina e de 43,7 anos na população feminina (43,7 anos).



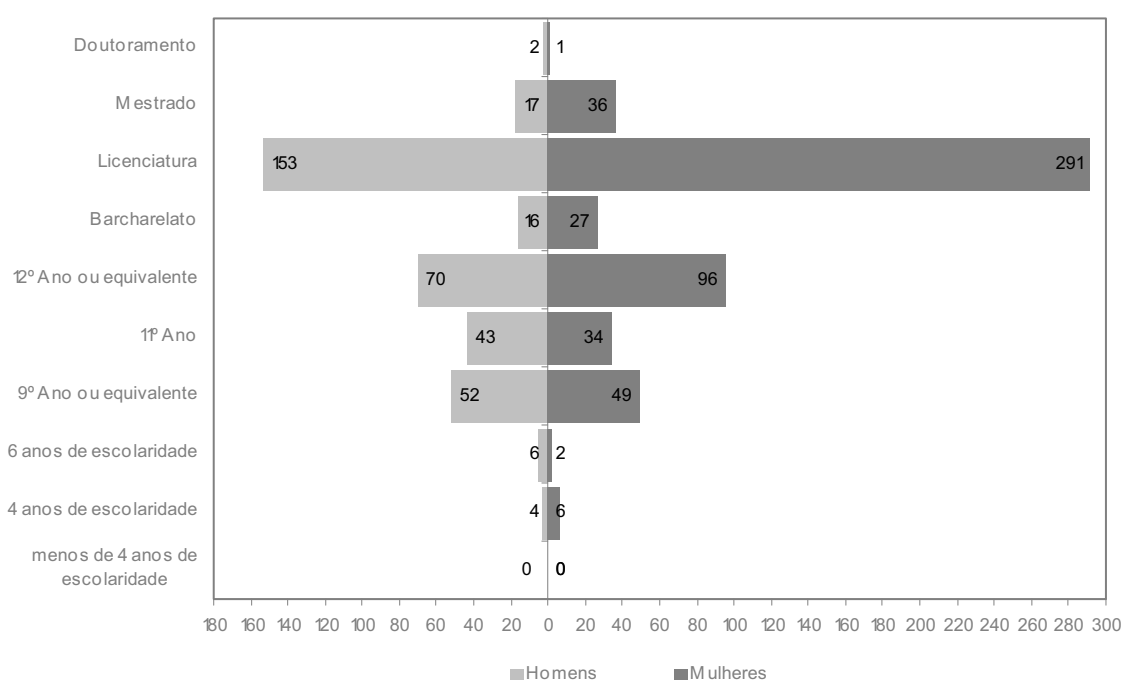
f) Estrutura de profissões

Do conjunto de trabalhadores, 41,4% eram Dirigentes e Quadros superiores, 56,9% profissionais qualificados e semi-qualificados e 1,7% pessoal não qualificado.

g) Estrutura de habilitações

55,2% dos trabalhadores dispunham de, pelo menos, Licenciatura, enquanto 40,0% possuíam o 12º Ano ou equivalente.

No caso dos trabalhadores que dispunham pelo menos da Licenciatura, 65,6% eram do género feminino, enquanto entre os trabalhadores que possuíam o 12º Ano ou equivalente, a proporção do género feminino era de 51,7%.



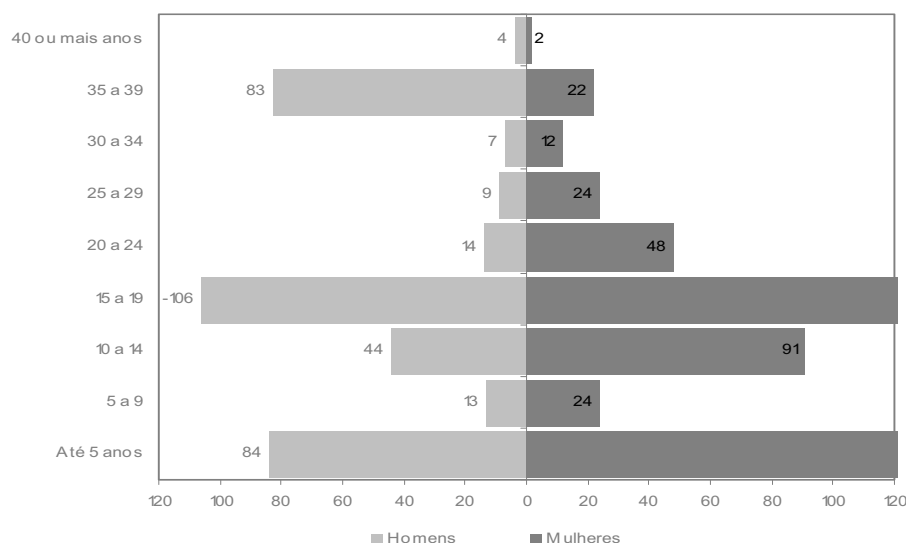
h) Alterações na situação dos trabalhadores

30 efectivos (2/3 do género feminino) viram a sua situação profissional modificada em 2009, devido a alterações obrigatórias e gestionárias do posicionamento remuneratório, representando respectivamente 63,3% e 33,3% do total e correspondendo a uma taxa de promoções de 5%.

i) Antiguidade

Excluindo os contratados para o RA 2009, a proporção de trabalhadores com menos de 10 anos de antiguidade era, no final de Dezembro de 2009, de cerca de 10% do total, ao mesmo tempo que a importância relativa dos trabalhadores com 30 ou mais anos de antiguidade aproximava-se de 18%, sendo 71,5% do género masculino.

A antiguidade média destes trabalhadores era de cerca de 20 anos, sendo de 17,5 anos no caso das mulheres e 22,3 anos no caso dos homens.



j) Modalidades de horários

O horário de trabalho flexível abrangia 76% dos trabalhadores (62,4% dos quais do género feminino), ocorrendo a isenção de horário de trabalho para 23% do total de efectivos (49,0% dos quais do género feminino).

O horário a Tempo Completo foi praticado por 95,6% dos trabalhadores, enquanto o período normal de trabalho inferior ao praticado a tempo completo envolveu 4,4% dos efectivos (80,0% dos quais do género feminino).

k) Absentismo

O número total de dias de absentismo dos trabalhadores do INE, em 2009, foi de 6483, correspondendo a uma redução de 3,6% face a 2008 e a 926 dias de trabalho a tempo completo.

Cerca de 45% dos dias de absentismo foram motivados por doença com baixa médica, seguindo-se a Protecção na parentalidade, com 23,5% e os Acidentes em serviço ou doença profissional com 11,7%.

l) Horas de trabalho extraordinário

Em 2009 foi de 2783 o número de horas de trabalho extraordinário, maioritariamente prestado em período diurno.

m) Encargos com pessoal

Os encargos com pessoal atingiram 25,4 milhões de euros, correspondendo 66% à remuneração base e 23% a prestações e benefícios sociais.

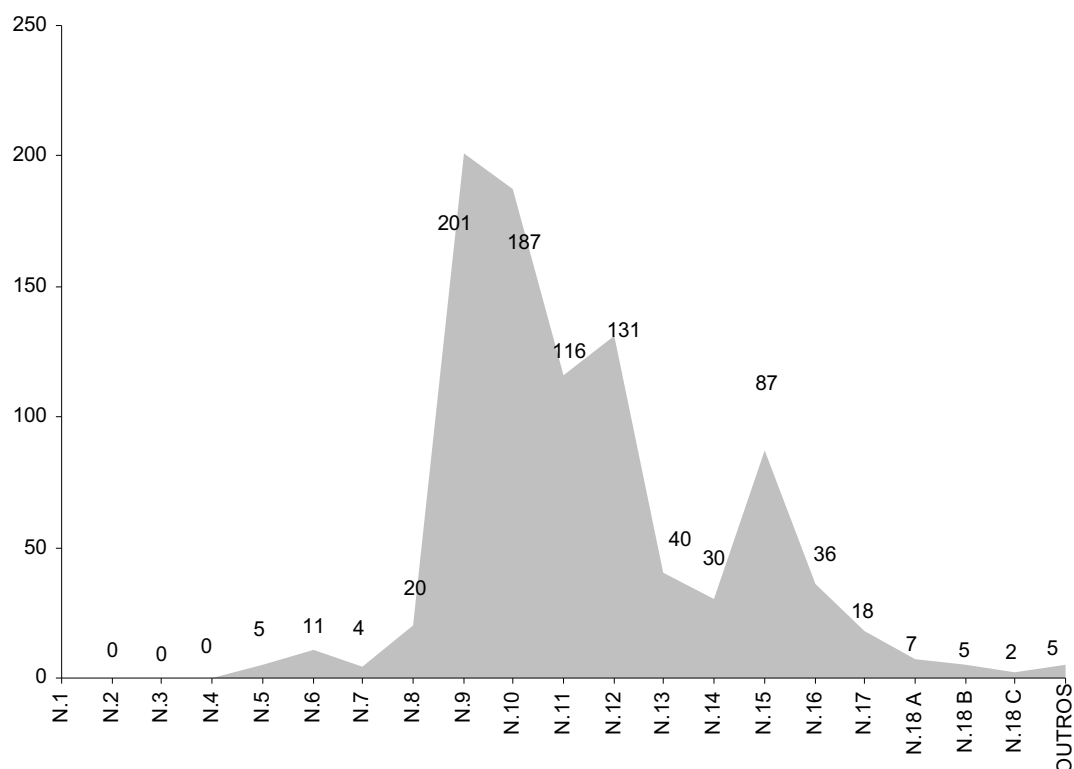
n) Estrutura remuneratória

Em Dezembro de 2009, cerca de dois terços dos trabalhadores do género feminino auferiam remunerações mensais ilíquidas até 1 500 Euros. No caso dos trabalhadores do género masculino essa proporção era de 55%.

A importância relativa dos trabalhadores do género feminino com nível de remuneração igual ou superior a 3 000 Euros era então de 5,7%, sendo de 12,7% nos trabalhadores do género masculino.

A remuneração mínima no caso dos trabalhadores do género masculino era cerca de 2/3 da registada para o género feminino, enquanto no caso da remuneração máxima, a dos trabalhadores do género masculino ultrapassava em 10% a do género feminino.

O leque salarial era, em finais de 2009, de 5,7, ligeiramente superior ao verificado em finais de 2008 (5,29).



o) Higiene e Segurança no Trabalho

O INE dispõe de Comissão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, a qual foi criada em 2006 e objecto de publicação no BTE, 1ª Série, Nº2 de 15 de Janeiro de 2007.

Esta Comissão, coordenada por um Técnico Superior de Higiene e Segurança devidamente certificado, funciona em estreita articulação com o Médico do Trabalho.

Para além de visitas regulares aos locais de trabalho, intervém ao nível da realização de Workshops internos sobre diversas temáticas relacionadas com as condições de saúde no local de trabalho, tendo, em 2009, assumido um papel muito activo no acompanhamento de toda a problemática relacionada com a Gripe A.

Trata-se de uma intervenção no âmbito dos Recursos Humanos muito bem acolhida pelos trabalhadores e que tem contribuído para a melhoria do bem estar social geral.

É de assinalar que os acidentes no local de trabalho, com baixa, afectou mais significativamente trabalhadores do género feminino (64,7% do total). Diferentemente, os acidentes de trabalho in itinere afectaram sobremaneira trabalhadores do género masculino.

Foi de 3 o número de casos de incapacidade permanente declarados, por trabalhadores vítimas de acidente de trabalho, envolvendo situações de incapacidade parcial para o exercício das suas funções.

No âmbito das actividades de Medicina no trabalho, de referir a realização, durante 2009, de 695 exames médicos, com relevância para os exames ocasionais e complementares (51,2% do total) e para os exames periódicos (48%).

p) Plano de Formação

A execução global do Plano de Formação do INE em 2009 foi a seguinte:

Plano de Formação 2009	Taxa de realização
Nº de Acções	80%
Nº de Participantes	77%
Horas de formação	58%

Realizaram-se 119 acções de formação, 79 das quais Formação “Inter” (aberta a formandos de outras entidades) e 40 Formação “Intra” (dedicada apenas a trabalhadores do INE). 37 das acções “inter” ocorreram no estrangeiro, beneficiando 41 formandos e envolvendo 1 048 horas de formação.

O conjunto das acções de formação teve 633 participantes e corresponderam a um total de 11 002 horas de formação, beneficiando da participação de 17 formadores internos.

Em 23 acções de formação promovidas pelo INE participaram 147 formandos pertencentes a outras entidades pertencentes ao Sistema Estatístico Nacional.

Em termos de horas de formação as áreas de estudo privilegiadas foram a Matemática/Estatística, a Informática e as Ciências Empresariais.

No contexto do European Statistical Training Programme e na sequência da acção de formação “Quality management in Statistical Agencies advanced Course”, cuja Leader Trainer é técnica do INE,

o Instituto recebeu formandos dos Institutos de Estatística da Alemanha, Bulgária, Croácia, Eslovénia, Espanha, Eurostat, Macedónia, Polónia, Roménia, Suíça e Turquia.

B - CONTAS E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. RECURSOS FINANCEIROS

Apresenta-se a análise da execução financeira do INE, relativa ao exercício de 2009.

Esta análise é desenvolvida na perspectiva da execução financeira do orçamento aprovado (óptica da Contabilidade Pública) e também na perspectiva da situação patrimonial (óptica da Contabilidade Patrimonial - POCP).

1.1. ÓPTICA DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Ao longo de 2009, para além preparação e execução das operações correntes, decorreram os trabalhos de preparação de duas das maiores operações estatísticas realizadas no País: o Recenseamento da Agricultura (RA 2009) e os Recenseamentos da População e da Habitação, a primeira das quais teve o seu início em Novembro.

A execução financeira continuou, em 2009, a beneficiar da aplicação de decisões, a diversos níveis, destinadas a otimizar a execução orçamental, que permitiram grande parte do alargamento da actividade sem o correspondente aumento das necessidades orçamentais:

- Adopção sistemática de medidas de rigor e racionalização ao nível das despesas de funcionamento e dos custos da actividade estatística;
- Incremento do aproveitamento de actos administrativos para a produção de estatísticas oficiais, o qual está dependente da cooperação das entidades que detêm a informação;
- Intensificação da utilização de métodos de recolha de dados estatísticos mais avançados e com menores custos, designadamente com o uso da Internet junto das empresas e, tendencialmente, junto das famílias e com a entrevista telefónica, sobretudo junto das famílias.

Em resultado destas medidas e do atraso verificado no início da recolha de dados do Recenseamento Agrícola de 2009 (que obrigou ao deslizamento, para 2010, de algumas despesas), o exercício encerrou com excedente de € 3.106.165, correspondendo € 569.291 à dotação do OE e € 2.536.874 a Receitas Próprias, devido à emissão e cobrança tardias de guias de receita no final do exercício (€ 468.445) e, como foi referido, ao atraso verificado no início da recolha no Recenseamento Agrícola de 2009 (€ 2.068.429).

Não pode deixar de referir-se que, pela dimensão do orçamento do INE, o resultado das medidas referidas não poderia ser suficiente para fazer face aos elevados custos das operações censitárias.

Execução Financeira (Óptica Tesouraria)

	2009	2008
1. RECEITAS	41.218.578	36.485.150
O. Funcionamento (Orc. Inicial Corrigido)	33.585.000	31.488.372
Receitas Próprias (Efectivamente Cobradas e Saldos Integrados)	6.988.274	4.340.172
PIDDAC - Correntes (Orc. Inicial Corrigido)	0	0
PIDDAC - Capital (Orc. Inicial Corrigido)	645.304	656.606
2. DESPESAS	38.112.412	35.418.766
Pessoal do Quadro, Requisitados e com Contrato a Prazo	24.932.446	23.104.402
Pessoal em Regime de Tarefa ou Avença (entrevistadores/outros)	4.027.088	3.771.127
Prémios de Desempenho	150.727	58.475
Indemnizações por Rescisões de Contratos	0	894.691
Fornecimentos e Serviços Externos	7.515.986	5.964.346
Investimentos	1.486.165	1.625.726
3. SALDO ORÇAMENTAL (1-2)	3.106.165	1.066.384

Ao nível da evolução da **Despesa**, é de assinalar:

- O aumento de 7,6% na despesa total (+10,4%, se se excluirmos as indemnizações por rescisões de contratos), devido a despesas associadas à preparação das grandes operações censitárias;
- O acréscimo de 7,9% do nível das despesas com pessoal do quadro, requisitado e com contrato a termo (65,4% da despesa total em 2009) devido, sobretudo, à celebração em meados do 2º semestre de contratos a prazo (cerca de 215) relativos ao Recenseamento Agrícola de 2009, dado que a actualização da tabela salarial se situou em 2,9%;
- O acréscimo de 6,8% nas despesas com a recolha de informação (10,6% do total), devido essencialmente ao 2º Inquérito Teste dos Censos 2011, ao Inquérito Piloto do Recenseamento Agrícola de 2009 e ao início da recolha deste último;
- Um acréscimo de cerca de 26% nos “Fornecimentos e Serviços Externos” (19,7% do total), que resultou principalmente de devolução ao EUROSTAT, na sequência de auditoria realizada em 2006;
- O decréscimo de 8,6% nas despesas de investimento (3,9% do total), tendo sido possível, no entanto, assegurar os investimentos necessários ao Recenseamento Agrícola de 2009.

Ao nível da evolução da **Receita**, destacam-se os seguintes aspectos:

- Um aumento de 13,0% no montante total da receita disponível;
- Preponderância dos recursos financeiros provenientes do Orçamento do Estado (81,5%), que registaram um aumento de 6,7%, para fazer face a despesas com operações não correntes, como a preparação do Recenseamento à População e à Habitação (Censos 2011), a preparação e lançamento do Recenseamento Agrícola de 2009 e, ainda, a devolução ao EUROSTAT, já referida;

- c) Um aumento no total das Receitas Próprias (17,0% do total), provenientes de contratos com o EUROSTAT, da prestação de serviços essencialmente a entidades públicas e da transferência do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para o Recenseamento Agrícola de 2009;
- d) Manutenção do nível de financiamento através do PIDDAC (1,5% do total em 2009).

1.2. ÓPTICA DA CONTABILIDADE PATRIMONIAL

Os recursos financeiros segundo a óptica de proveitos, ou seja, independentemente dos recebimentos efectivos, num total de € 38.878.060,77, tiveram as seguintes origens:

- **Orçamento do Estado**, a principal fonte de receitas, com o montante de € 33.661.012,59 (86,58%), formalizado através da dotação orçamental para despesas de funcionamento (€ 33.017.189,44) e das verbas inscritas no PIDDAC - Programa de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (€ 643.823,15).
- **Receitas Próprias**, no valor de € 5.217.048,18 (13,42%), decorrente das vendas e prestações de serviços (€ 979.388,26), participações financeiras (€ 3.928.454,59) e recuperação de custos de reembolsos de viagens e outros (€ 309.205,33).

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

As contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, cujas demonstrações financeiras a seguir se apresentam, evidenciam uma situação económica e financeira globalmente favorável.

Para além de outros factores, foi decisiva a manutenção de um rigoroso controlo de gestão, quer ao nível das despesas de funcionamento, quer das despesas de investimento, tendo sido possível acomodar o aumento da tabela salarial e, ainda, registar poupanças nas dotações disponíveis do Orçamento do Estado e do PIDDAC.

O resultado líquido do exercício apresenta-se positivo em € 701.683,37, devida e detalhadamente justificado no Anexo às demonstrações financeiras (Nota 8.2.32).

Nos últimos 6 anos, a evolução dos recursos financeiros do Instituto foi a seguinte:

Orçamento do Estado - Orçamento de Funcionamento

2004	2005	2006	2007	2008	2009
32.360.140,16	28.862.503,63	29.767.613,24	30.531.374,38	30.924.923,43	33.017.189,44

Orçamento do Estado - PIDDAC

2004	2005	2006	2007	2008	2009
672.927,13	785.361,30	488.897,10	526.291,94	652.161,15	643.823,15

Receitas Próprias

2004	2005	2006	2007	2008	2009
4.678.872,19	4.415.434,63	4.619.650,70	5.126.712,08	2.677.042,59	5.217.048,18

Total Geral

2004	2005	2006	2007	2008	2009
37.711.939,48	34.063.299,56	34.876.161,04	36.184.378,40	34.254.127,17	38.878.060,77

Nota:

2007 - Inclui as receitas e despesas associadas à organização e realização do ISI 2007, em Lisboa;

2009 - Inclui a realização do Inquérito Piloto dos Censos 2011 e o lançamento do Recenseamento Agrícola de 2009 (RA2009).

2.1. BALANÇO E SITUAÇÃO PATRIMONIAL

A estrutura do Balanço, à data de 31 de Dezembro de 2009, mantém-se muito próxima da verificada nos anos anteriores, continuando o activo fixo a ter um peso preponderante, com cerca de 82,3% do activo total. Do cotejo das principais rubricas do balanço do ano em análise com o do ano imediatamente anterior, sobressaem as seguintes principais variações:

a) Imobilizações corpóreas – diminuição do activo líquido no exercício, em resultado dos abates de natureza contabilística efectuados em 2009. (Ver Nota 8.2.7);

b) Dívidas de terceiros – redução dos saldos de “clientes c/c e de outros devedores”, devido às insistências efectuadas no sentido de recuperar recebimentos em atraso junto dos principais clientes e do EUROSTAT;

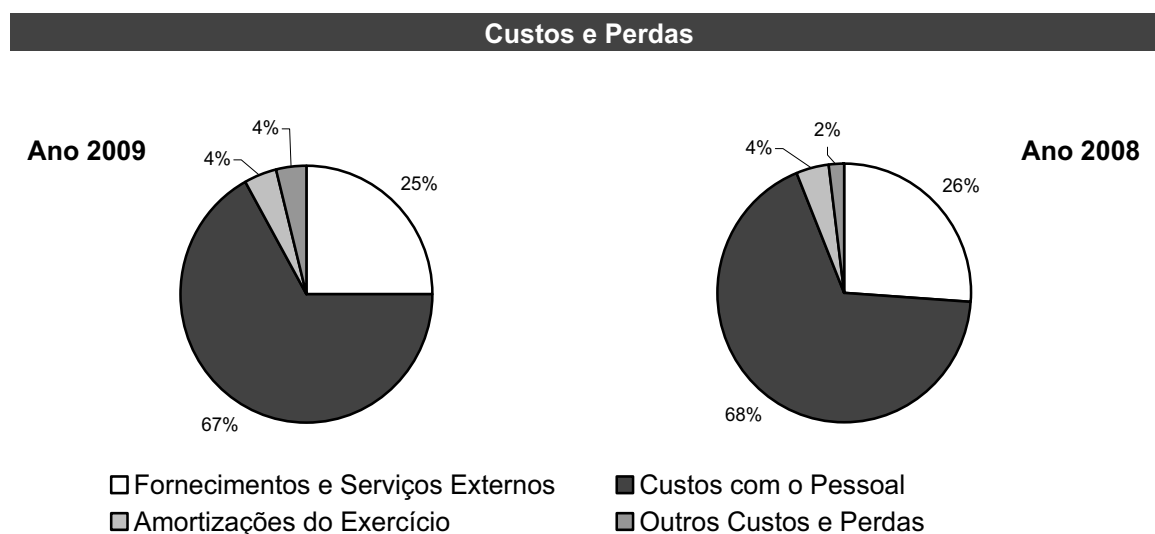
c) Provisões para riscos e encargos – anulação da respectiva provisão, constituída na sequência do resultado da auditoria efectuada pelo EUROSTAT, em finais de 2006, dado que este processo ficou concluído neste exercício. (Ver Nota 8.2.31);

As restantes contas não evidenciam variações dignas de registo.

2.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - CUSTOS E PROVEITOS

Os **custos** do exercício de 2009 com o desenvolvimento das actividades do Instituto, cujos detalhes estão evidenciados na demonstração dos resultados, totalizaram € 38.104.112,20 face a € 35.730.042,99 em 2008.

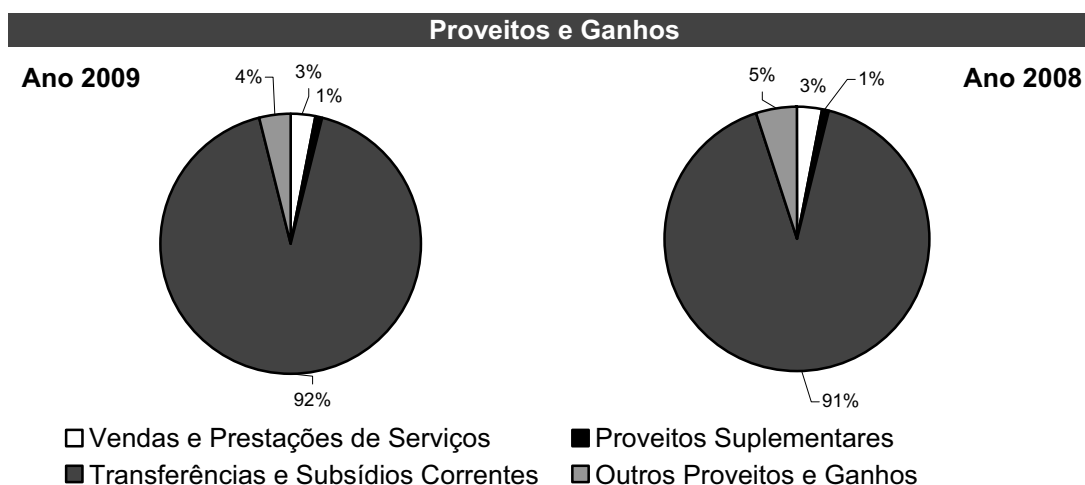
Ao nível da estrutura dos custos o peso das quatro grandes rubricas em análise não apresenta variações dignas de registo, tendo-se registado a seguinte evolução:



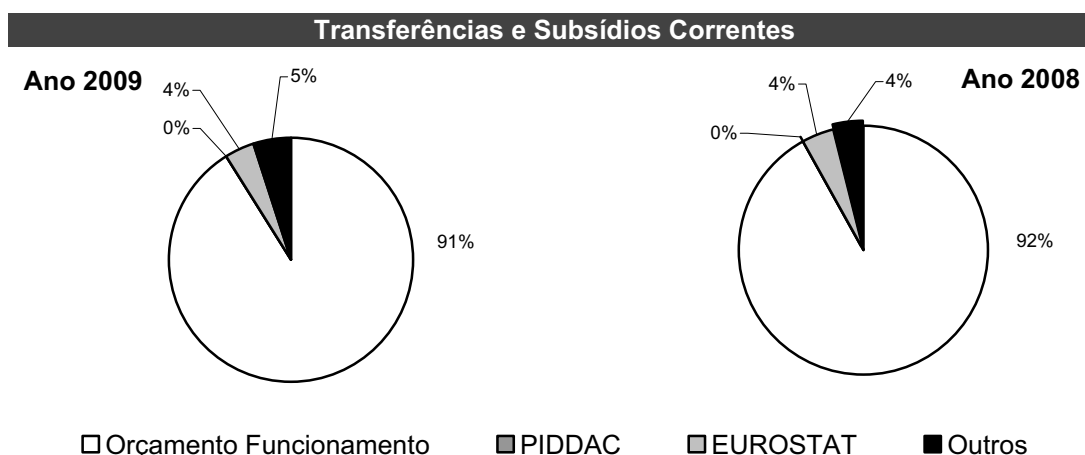
No entanto e como já referido no ponto “A. Óptica da Contabilidade Pública”, o aumento registado na totalidade dos custos resultou, sobretudo, dos seguintes factos:

- Incremento da actividade não corrente resultante da preparação do Censos 2011 e do início da recolha do Recenseamento Agrícola de 2009;
- Actualização da tabela salarial em 2,9%, com efeitos a 1 de Janeiro;
- Devolução de verbas ao EUROSTAT na sequência de auditoria realizada por esta entidade em 2006.

Os **proveitos**, no total de € 38.805.795,57 (€ 35.639.138,33 em 2008) também não registam variações significativas, acompanhando desta forma a evolução verificada ao nível dos custos.



Das rubricas mais significativas, a de Transferências e Subsídios Correntes Obtidos é a que se destaca tendo um peso de 92%, a qual tem a seguinte composição:



2.3 INVESTIMENTOS

No período em análise, as despesas de investimento realizadas e contabilizadas ascenderam a € 1.476.257,45, financiadas em € 639.531,01 pelo PIDDAC, em € 265.689,31 pelo Orçamento de Funcionamento/Orçamento do Estado e em € 571.037,13 por Receitas Próprias, no âmbito do Recenseamento Agrícola de 2009.

Do programa de investimentos merece destaque o montante de € 1.397.189,48 (94,6%) despendido na área dos sistemas e tecnologias de informação, o qual foi materializado em equipamentos, programação e licenciamentos de software e nos quais se inclui a aquisição de equipamentos para suporte à realização do Recenseamento Agrícola de 2009.

As restantes despesas de investimento distribuem-se pelas rubricas de edifícios e outras construções (€ 20.323,60) e equipamento administrativo (€ 58.744,37), as quais representam 1,4% e 4,0% do total, respectivamente.

2.4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

O resultado líquido apurado no exercício foi de € 701.683,37. (Nota 8.2.32)

Propõe-se a afectação deste resultado à conta Resultados transitados

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento ao estipulado no nº 9, da RCM nº 155/2005, de 6 de Outubro de 2005, são apresentadas as remunerações brutas (principais e acessórias) auferidas pelos membros do Conselho Directivo:

	Remunerações	Subsídios de Férias e Natal	Representação	Outras Remunerações Certas e Permanentes	Total
Presidente do C. Directivo (a)	50.450,16	8.408,36	17.657,52	0,00	76.516,04
Vogal do C. Directivo (b)	31.248,57	10.262,24	13.388,64	31.553,37	86.452,82
Vogal do C. Directivo (a)	44.628,96	7.438,16	13.388,64	0,00	65.455,76
Totais	126.327,69	26.108,76	44.434,80	31.553,37	228.424,62

(a) Estatuto do Gestor Público (Empresas do Grupo A, com Grau de Complexidade Nível 2), regime CGA

(b) Vencimento de origem (INE); regime SS; Fundo de Pensões do INE (Nota 8.2.3(j))

Lisboa, 15 de Abril de 2010

O Conselho Directivo:

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho
Presidente

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias
Vogal

Maria Helena de Sousa Cordeiro
Vogal

BALANÇO E
DEMONSTRAÇÃO
DOS RESULTADOS



Relatório e Contas

2009



Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios			
		2009			2008
		AB	AP	AL	AL
	ACTIVO				
	Imobilizado:				
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	13.744.806,64	0,00	13.744.806,64	13.744.806,64
422	Edifícios e outras construções	9.632.296,13	3.761.061,46	5.871.234,67	6.150.355,06
423	Equipamento básico	1.143.073,11	1.057.682,60	85.390,51	132.986,45
424	Equipamento de transporte	463.239,72	463.239,72	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	135.831,27	83.003,92	52.827,35	20.998,99
426	Equipamento administrativo	1.986.086,66	1.873.381,80	112.704,86	189.660,38
428	Equipamento de informática	18.766.323,86	16.288.815,73	2.477.508,13	2.277.229,22
429	Outras imobilizações corpóreas	14.846,62	8.803,05	6.043,57	257.680,86
44	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
		45.886.504,01	23.535.988,28	22.350.515,73	22.773.717,60
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsid. e de cons.	66.329,53	0,00	66.329,53	107.646,85
33	Produtos acabados e intermédios	603.576,98	528.705,69	74.871,29	80.286,26
		669.906,51	528.705,69	141.200,82	187.933,11
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	260.763,31	6.227,29	254.536,02	539.641,77
229	Adiantamento a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
262+268	Outros devedores	394.573,70	0,00	394.573,70	669.971,99
		655.337,01	6.227,29	649.109,72	1.209.613,76
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13	Depósitos em instituições financeiras	2.536.874,00		2.536.874,00	498.491,19
11	Caixa	0,00		0,00	0,00
		2.536.874,00		2.536.874,00	498.491,19
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	778.343,80		778.343,80	1.218.253,48
272	Custos diferidos	697.958,25		697.958,25	625.005,50
		1.476.302,05		1.476.302,05	1.843.258,98
	Total de amortizações		23.535.988,28		
	Total de provisões		534.932,98		
	Total do activo	51.224.923,58	24.070.921,26	27.154.002,32	26.513.014,64

Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira,

Paulo Jorge da Conceição Henriques
(Director Adjunto)

Balanço

(Valores em euros)

Codigo das Contas POCP		Exercícios	
		2009	2008
	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		
	Fundos próprios:		
51	Património	20.772.818,99	20.772.818,99
59	Resultados transitados	(6.250.960,84)	(6.160.056,18)
	Subtotal	14.521.858,15	14.612.762,81
88	Resultado líquido do exercício	701.683,37	(90.904,66)
	Total dos fundos próprios	15.223.541,52	14.521.858,15
	Passivo:		
	Provisões para riscos e encargos		
2921	Provisões para riscos e encargos	0,00	1.043.263,52
		0,00	1.043.263,52
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
		0,00	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	0,00	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	20.966,76	55.041,22
219+262+267/8	Outros credores	640.305,47	454.180,55
		661.272,23	509.221,77
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	3.511.248,55	3.035.089,50
274	Proveitos diferidos	7.757.940,02	7.403.581,70
		11.269.188,57	10.438.671,20
	Total do passivo	11.930.460,80	11.991.156,49
	Total dos fundos próprios e do passivo	27.154.002,32	26.513.014,64

O Conselho Directivo,

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho

Pedro Jorge Nunes da Silva Dias

Maria Helena de Sousa Cordeiro

Demonstração dos Resultados

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2009		2008	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo merc. vendidas e das mat. consumidas:				
	Matérias		117.867,05		116.003,50
62	Fornecimentos e serviços externos		9.638.493,47		9.453.470,73
641+642	Custos com o pessoal:				
	Remunerações	20.272.116,89		18.550.822,10	
	Encargos sociais :				
644	Prémios para pensões	149.745,00		199.995,00	
645/8	Outros	5.018.830,91	25.440.692,80	5.514.598,26	24.265.415,36
66	Amortizações do exercício	1.605.822,47		1.329.345,55	
67	Provisões do exercício	0,00	1.605.822,47	124.954,30	1.454.299,85
65	Outros custos e perdas operacionais (A)		10.346,92		14.606,72
			36.813.222,71		35.303.796,16
68	Custos e perdas financeiras: (C)		1.501,69		1.776,13
			36.814.724,40		35.305.572,29
69	Custos e perdas extraordinários (E)		1.289.387,80		424.470,70
			38.104.112,20		35.730.042,99
88	Resultado líquido do exercício		701.683,37		(90.904,66)
			38.805.795,57		35.639.138,33

(Valores em euros)

Código das Contas POCP		Exercícios			
		2009		2008	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de produtos	21.720,98		26.865,92	
	Prestações de serviços	957.667,28	979.388,26	1.173.315,19	1.200.181,11
72	Impostos, taxas e outros		40.307,28		71.903,30
	Variação da produção		(103.182,34)		73.734,28
73	Proveitos suplementares		268.898,05		252.744,81
742/3/9	Transferências e subsídios correntes obtidos (B)		35.927.084,81		32.528.216,50
			37.112.496,06		34.126.780,00
78	Proveitos e ganhos financeiros (D)		0,00		1.212,15
			37.112.496,06		34.127.992,15
79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)		1.693.299,51		1.511.146,18
			38.805.795,57		35.639.138,33
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		299.273,35		(1.177.016,16)
	Resultados financeiros: (D)-(C)=		(1.501,69)		(563,98)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		297.771,66		(1.177.580,14)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=		701.683,37		(90.904,66)

MAPAS DE EXECUÇÃO
ORÇAMENTAL



Relatório e Contas

2009



Controlo Orçamental - Despesa

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			Desp. Func. Normal				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
02 0 02 11 00	1011	010102	Órgãos Sociais	127.000,00	128.000,00	0,00	127.926,12
02 0 02 11 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	12.064.310,00	11.715.760,00	0,00	11.715.702,01
02 0 02 11 00	1011	010105	Pessoal além dos quadros	201.299,00	199.499,00	0,00	199.483,58
02 0 02 11 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	3.012.370,00	4.008.370,00	0,00	4.008.011,22
02 0 02 11 00	1011	010109	Pessoal em qualquer outra situação	30.000,00	49.000,00	0,00	46.899,33
02 0 02 11 00	1011	010111	Representação	44.435,00	48.985,00	0,00	48.947,37
02 0 02 11 00	1011	010112	Suplementos e prémios	2.179.433,00	2.251.123,00	0,00	2.251.002,58
02 0 02 11 00	1011	010113	Subsidio de refeição	898.530,00	633.130,00	0,00	633.034,07
02 0 02 11 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	2.421.502,00	2.410.962,00	0,00	2.410.799,64
02 0 02 11 00	1011	010201	Grat. variáveis ou eventuais	10.000,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 11 00	1011	010202	Horas extraordinárias	20.000,00	29.500,00	0,00	29.480,90
02 0 02 11 00	1011	010204	Ajudas de custo	100.000,00	140.000,00	0,00	125.393,87
02 0 02 11 00	1011	010205	Abono para falhas	1.200,00	1.200,00	0,00	1.054,21
02 0 02 11 00	1011	010213	Outros suplementos e prémios	105.000,00	179.400,00	0,00	179.324,54
02 0 02 11 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	3.335.571,00	3.180.971,00	0,00	3.180.878,42
02 0 02 11 00	1011	010308	Outras pensões	150.000,00	150.000,00	0,00	149.745,00
02 0 02 11 00	1011	010309	Seguros	1.138.600,00	1.067.900,00	0,00	1.067.486,54
02 0 02 11 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	65.000,00	70.000,00	0,00	61.992,27
02 0 02 11 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	48.000,00	53.500,00	0,00	53.241,73
02 0 02 11 00	1011	020108	Material de escritório	190.000,00	135.000,00	0,00	111.643,74
02 0 02 11 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	15.000,00	6.000,00	0,00	2.800,31
02 0 02 11 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	25.000,00	20.000,00	0,00	15.443,36
02 0 02 11 00	1011	020201	Encargos das instalações	250.000,00	250.000,00	0,00	240.571,59
02 0 02 11 00	1011	020202	Limpeza e higiene	350.000,00	340.000,00	0,00	332.207,28
02 0 02 11 00	1011	020203	Conservação de bens	450.000,00	387.500,00	0,00	332.550,45
02 0 02 11 00	1011	020204	Locação de edifícios	510.000,00	513.500,00	0,00	512.610,44
02 0 02 11 00	1011	020205	Locação de material de informática	0,00	400.000,00	0,00	375.161,46
02 0 02 11 00	1011	020206	Locação de material de transporte	0,00	9.650,00	0,00	7.717,94
02 0 02 11 00	1011	020209	Comunicações	1.000.000,00	757.000,00	0,00	734.382,98
02 0 02 11 00	1011	020211	Representação dos serviços	15.000,00	15.000,00	0,00	12.426,87
02 0 02 11 00	1011	020212	Seguros	70.000,00	70.000,00	0,00	36.532,63
02 0 02 11 00	1011	020213	Deslocações e estadas	330.000,00	397.250,00	0,00	379.645,05
02 0 02 11 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	50.000,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 11 00	1011	020215	Formação	400.000,00	66.000,00	0,00	45.806,48
02 0 02 11 00	1011	020217	Publicidade	0,00	43.000,00	0,00	41.289,16
02 0 02 11 00	1011	020218	Vigilância e segurança	250.000,00	228.000,00	0,00	224.127,29
02 0 02 11 00	1011	020219	Assistência técnica	810.000,00	610.000,00	0,00	508.667,71
02 0 02 11 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	850.000,00	795.000,00	0,00	670.672,98
02 0 02 11 00	1011	020225	Outros serviços	180.000,00	105.000,00	0,00	98.646,79
02 0 02 11 00	1011	060203	Outras despesas correntes	812.750,00	1.792.000,00	0,00	1.776.409,07
02 0 02 11 00	1011	070103	Edifícios	0,00	10.000,00	0,00	1.860,00
02 0 02 11 00	1011	070107	Equipamento de informática	0,00	282.900,00	0,00	246.654,86
02 0 02 11 00	1011	070108	Software informático	0,00	19.500,00	0,00	4.320,00
02 0 02 11 00	1011	070109	Equipamento administrativo	0,00	15.400,00	0,00	14.637,60
			Subtotal 01	32.510.000,00	33.585.000,00	0,00	33.017.189,44

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
127.926,12	0,00	127.926,12	73,88	73,88	0,00	99,9%
11.715.702,01	0,00	11.715.702,01	57,99	57,99	0,00	100,0%
199.483,58	0,00	199.483,58	15,42	15,42	0,00	100,0%
4.008.011,22	0,00	4.008.011,22	358,78	358,78	0,00	100,0%
46.899,33	0,00	46.899,33	2.100,67	2.100,67	0,00	95,7%
48.947,37	0,00	48.947,37	37,63	37,63	0,00	99,9%
2.251.002,58	0,00	2.251.002,58	120,42	120,42	0,00	100,0%
633.034,07	0,00	633.034,07	95,93	95,93	0,00	100,0%
2.410.799,64	0,00	2.410.799,64	162,36	162,36	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
29.480,90	0,00	29.480,90	19,10	19,10	0,00	99,9%
125.393,87	0,00	125.393,87	14.606,13	14.606,13	0,00	89,6%
1.054,21	0,00	1.054,21	145,79	145,79	0,00	87,9%
179.324,54	0,00	179.324,54	75,46	75,46	0,00	100,0%
3.180.878,42	0,00	3.180.878,42	92,58	92,58	0,00	100,0%
149.745,00	0,00	149.745,00	255,00	255,00	0,00	99,8%
1.067.486,54	0,00	1.067.486,54	413,46	413,46	0,00	100,0%
61.992,27	0,00	61.992,27	8.007,73	8.007,73	0,00	88,6%
53.241,73	0,00	53.241,73	258,27	258,27	0,00	99,5%
111.643,74	0,00	111.643,74	23.356,26	23.356,26	0,00	82,7%
2.800,31	0,00	2.800,31	3.199,69	3.199,69	0,00	46,7%
15.443,36	0,00	15.443,36	4.556,64	4.556,64	0,00	77,2%
240.571,59	0,00	240.571,59	9.428,41	9.428,41	0,00	96,2%
332.207,28	0,00	332.207,28	7.792,72	7.792,72	0,00	97,7%
332.550,45	0,00	332.550,45	54.949,55	54.949,55	0,00	85,8%
512.610,44	0,00	512.610,44	889,56	889,56	0,00	99,8%
375.161,46	0,00	375.161,46	24.838,54	24.838,54	0,00	93,8%
7.717,94	0,00	7.717,94	1.932,06	1.932,06	0,00	80,0%
734.382,98	0,00	734.382,98	22.617,02	22.617,02	0,00	97,0%
12.426,87	0,00	12.426,87	2.573,13	2.573,13	0,00	82,8%
36.532,63	0,00	36.532,63	33.467,37	33.467,37	0,00	52,2%
379.645,05	0,00	379.645,05	17.604,95	17.604,95	0,00	95,6%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
45.806,48	0,00	45.806,48	20.193,52	20.193,52	0,00	69,4%
41.289,16	0,00	41.289,16	1.710,84	1.710,84	0,00	96,0%
224.127,29	0,00	224.127,29	3.872,71	3.872,71	0,00	98,3%
508.667,71	0,00	508.667,71	101.332,29	101.332,29	0,00	83,4%
670.672,98	0,00	670.672,98	124.327,02	124.327,02	0,00	84,4%
98.646,79	0,00	98.646,79	6.353,21	6.353,21	0,00	93,9%
1.776.409,07	0,00	1.776.409,07	15.590,93	15.590,93	0,00	99,1%
1.860,00	0,00	1.860,00	8.140,00	8.140,00	0,00	18,6%
246.654,86	0,00	246.654,86	36.245,14	36.245,14	0,00	87,2%
4.320,00	0,00	4.320,00	15.180,00	15.180,00	0,00	22,2%
14.637,60	0,00	14.637,60	762,40	762,40	0,00	95,0%
33.017.189,44	0,00	33.017.189,44	567.810,56	567.810,56	0,00	98,3%

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial	Dotações corrigidas	Cativos ou conge- lamentos	Compromissos assumidos/ Processamentos Acumulados
Orgânica	Func.	Económica					
Cód.	Cód.	Cód.	Descrição				
			F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 11 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	272.000,00	272.000,00	0,00	272.000,00
02 0 02 11 00	1011	010106	Pessoal contratado a termo	0,00	759.990,00	0,00	641.985,09
02 0 02 11 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	10.000,00	267.750,00	0,00	19.077,06
02 0 02 11 00	1011	010112	Suplementos e prémios	100.000,00	100.000,00	0,00	99.999,70
02 0 02 11 00	1011	010113	Subsidio de refeição	0,00	55.100,00	0,00	49.433,79
02 0 02 11 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	100.000,00	168.770,00	0,00	160.650,12
02 0 02 11 00	1011	010204	Ajudas de custo	100.000,00	165.000,00	0,00	158.031,62
02 0 02 11 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	100.000,00	269.770,00	0,00	269.770,00
02 0 02 11 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	105.010,00	0,00	105.010,00
02 0 02 11 00	1011	010310	Outras desp. Seg. Social	50.000,00	50.000,00	0,00	47.142,02
02 0 02 11 00	1011	020102	Combustíveis e lubrificantes	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02 0 02 11 00	1011	020108	Material de escritório	1.000,00	147.000,00	0,00	73.280,59
02 0 02 11 00	1011	020114	Outro material - Peças	1.000,00	1.000,00	0,00	849,14
02 0 02 11 00	1011	020117	Ferramentas e utensílios	1.000,00	1.000,00	0,00	894,03
02 0 02 11 00	1011	020118	Livros e documentação técnica	500,00	8.500,00	0,00	7.994,12
02 0 02 11 00	1011	020121	Outros bens	1.000,00	1.000,00	0,00	648,82
02 0 02 11 00	1011	020203	Conservação de bens	1.500,00	1.500,00	0,00	1.087,10
02 0 02 11 00	1011	020209	Comunicações	1.000,00	1.000,00	0,00	500,00
02 0 02 11 00	1011	020211	Representação dos serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	3.683,13
02 0 02 11 00	1011	020213	Deslocações e estadas	15.000,00	173.253,00	0,00	145.181,35
02 0 02 11 00	1011	020214	Estudos, pareceres, proj. e consult.	5.000,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 11 00	1011	020217	Publicidade	0,00	400.000,00	0,00	379.175,92
02 0 02 11 00	1011	020219	Assistência técnica	10.000,00	10.000,00	0,00	878,51
02 0 02 11 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	250.000,00	0,00	178.316,10
02 0 02 11 00	1011	020225	Outros serviços	150.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00
02 0 02 11 00	1011	060203	Outras despesas correntes	25.000,00	0,00	0,00	0,00
02 0 02 11 00	1011	070107	Equipamento de informática	0,00	472.140,00	0,00	472.140,00
02 0 02 11 00	1011	070108	Software informático	0,00	102.730,00	0,00	102.729,60
			Subtotal 02	1.000.000,00	3.828.513,00	0,00	3.231.457,81
			F.FIN. 280 RECEITA C/ T. SALDOS				
02 0 02 11 00	1011	010104	Pessoal dos quadros - Regime CIT	715.000,00	715.000,00	0,00	500.000,00
02 0 02 11 00	1011	010107	Pessoal reg. tarefa ou avença	100.000,00	1.135.000,00	0,00	0,00
02 0 02 11 00	1011	010112	Suplementos e prémios	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
02 0 02 11 00	1011	010114	Sub. férias e Natal	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00
02 0 02 11 00	1011	010305	Contribuições Seg. Social	300.000,00	300.000,00	0,00	300.000,00
02 0 02 11 00	1011	010309	Seguros	50.000,00	50.000,00	0,00	50.000,00
02 0 02 11 00	1011	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	169.979,00	0,00	169.941,82
02 0 02 11 00	1011	060203	Outras despesas correntes	35.000,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 03	1.400.000,00	2.569.979,00	0,00	1.219.941,82
			Total Desp. Func. Normal	34.910.000,00	39.983.492,00	0,00	37.468.589,07
			Desp. Invest. Plano				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
			MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)				
02 9 50 18 00	1011	070103	Edifícios	5.000,00	18.600,00	0,00	18.600,00
02 9 50 18 00	1011	070107	Equipamento de informática	0,00	221.508,00	0,00	220.794,04
02 9 50 18 00	1011	070108	Software informático	480.000,00	212.076,00	52.322,00	159.753,44
02 9 50 18 00	1011	070109	Equipamento administrativo	5.000,00	0,00	0,00	0,00
02 9 50 18 00	1011	070111	Ferramentas e utensílios	5.000,00	45.442,00	0,00	45.440,09
02 9 50 18 00	1011	070115	Outros investimentos	2.626,00	0,00	0,00	0,00
			Subtotal 01	497.626,00	497.626,00	52.322,00	444.587,57
			REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)				
02 9 50 18 00	1011	070107	Equipamento de informática	150.000,00	199.450,00	0,00	198.685,98
02 9 50 18 00	1011	070108	Software informático	50.000,00	550,00	0,00	549,60
			Subtotal 02	200.000,00	200.000,00	0,00	199.235,58
			Total Desp. Invest. Plano	697.626,00	697.626,00	52.322,00	643.823,15
			Total Geral	35.607.626,00	40.681.118,00	52.322,00	38.112.412,22

(continua)

Controlo Orçamental - Despesa (continuação)

(Valores em euros)

Despesas pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental das despesas (12)=(8)/(3)*100
Ano (6)	Anos Anteriores (7)	Total (8)=(6)+(7)	Dotação não comprometida (9)=(3)-(4)-(5)	Saldo (10)=(3)-(4)-(8)	Compromissos por pagar (11)=(5)-(8)	
272.000,00	0,00	272.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
641.985,09	0,00	641.985,09	118.004,91	118.004,91	0,00	84,5%
19.077,06	0,00	19.077,06	248.672,94	248.672,94	0,00	7,1%
99.999,70	0,00	99.999,70	0,30	0,30	0,00	100,0%
49.433,79	0,00	49.433,79	5.666,21	5.666,21	0,00	89,7%
160.650,12	0,00	160.650,12	8.119,88	8.119,88	0,00	95,2%
158.031,62	0,00	158.031,62	6.968,38	6.968,38	0,00	95,8%
269.770,00	0,00	269.770,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
105.010,00	0,00	105.010,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
47.142,02	0,00	47.142,02	2.857,98	2.857,98	0,00	94,3%
1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
73.280,59	0,00	73.280,59	73.719,41	73.719,41	0,00	49,9%
849,14	0,00	849,14	150,86	150,86	0,00	84,9%
894,03	0,00	894,03	105,97	105,97	0,00	89,4%
7.994,12	0,00	7.994,12	505,88	505,88	0,00	94,0%
648,82	0,00	648,82	351,18	351,18	0,00	64,9%
1.087,10	0,00	1.087,10	412,90	412,90	0,00	72,5%
500,00	0,00	500,00	500,00	500,00	0,00	50,0%
3.683,13	0,00	3.683,13	1.316,87	1.316,87	0,00	73,7%
145.181,35	0,00	145.181,35	28.071,65	28.071,65	0,00	83,8%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
379.175,92	0,00	379.175,92	20.824,08	20.824,08	0,00	94,8%
878,51	0,00	878,51	9.121,49	9.121,49	0,00	8,8%
178.316,10	0,00	178.316,10	71.683,90	71.683,90	0,00	71,3%
40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
472.140,00	0,00	472.140,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
102.729,60	0,00	102.729,60	0,40	0,40	0,00	100,0%
3.231.457,81	0,00	3.231.457,81	597.055,19	597.055,19	0,00	84,4%
500.000,00	0,00	500.000,00	215.000,00	215.000,00	0,00	69,9%
0,00	0,00	0,00	1.135.000,00	1.135.000,00	0,00	0,0%
100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
300.000,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
169.941,82	0,00	169.941,82	37,18	37,18	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
1.219.941,82	0,00	1.219.941,82	1.350.037,18	1.350.037,18	0,00	47,5%
37.468.589,07	0,00	37.468.589,07	2.514.902,93	2.514.902,93	0,00	93,7%
18.600,00	0,00	18.600,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
220.794,04	0,00	220.794,04	713,96	713,96	0,00	99,7%
159.753,44	0,00	159.753,44	0,56	0,56	0,00	75,3%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
45.440,09	0,00	45.440,09	1,91	1,91	0,00	100,0%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
444.587,57	0,00	444.587,57	716,43	716,43	0,00	89,3%
198.685,98	0,00	198.685,98	764,02	764,02	0,00	99,6%
549,60	0,00	549,60	0,40	0,40	0,00	-
199.235,58	0,00	199.235,58	764,42	764,42	0,00	99,6%
643.823,15	0,00	643.823,15	1.480,85	1.480,85	0,00	92,3%
38.112.412,22	0,00	38.112.412,22	2.516.383,78	2.516.383,78	0,00	93,7%

Controlo Orçamental - Receita

(Valores em euros)

Classificação				Orçamento Inicial (2)	Previsões corrigidas (3)	Receitas por cobrar no Início Ano (4)	Receitas Liquidadas (5)
Orgânica	Func.	Económica					
Código	Código	Código	Descrição				
02 0 02 11 00	1011	0603010102	Rec. Func. Normal				
			F.FIN.110 RECEITAS GERAIS				
			Transf. Correntes - O.E.	32.510.000,00	33.585.000,00	0,00	33.017.189,44
			Subtotal 01	32.510.000,00	33.585.000,00	0,00	33.017.189,44
02 0 02 11 00	1011	0402049902	F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Coimas e penalidades	30.000,00	36.700,00	0,00	39.735,38
			Transf. M. Agricultura	0,00	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00
02 0 02 11 00	1011	0701039902	Publicações e impressos	100.000,00	134.188,00	0,00	122.754,01
02 0 02 11 00	1011	0702029902	Serviços	650.000,00	888.791,00	549.536,87	1.164.241,84
02 0 02 11 00	1011	0801999902	Outras receitas correntes	220.000,00	268.834,00	0,00	244.939,71
			Subtotal 02	1.000.000,00	3.828.513,00	549.536,87	4.071.670,94
02 0 02 11 00	1011	0609019902	F.FIN.260 RECEITA C/ T. SALDOS				
			Transf. Correntes - U.E. Instituições	1.400.000,00	2.569.979,00	613.923,27	2.300.968,30
			Subtotal 03	1.400.000,00	2.569.979,00	613.923,27	2.300.968,30
			Total Rec. Func. Normal	34.910.000,00	39.983.492,00	1.163.460,14	39.389.828,68
02 9 50 18 00	1011	0603010102	Rec. Invest. Plano				
			F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS				
			MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)				
02 9 50 18 00	1011	1003010102	Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
02 9 50 18 00	1011	1003010102	Transf. Capital - O.E	497.626,00	497.626,00	0,00	444.587,57
			Subtotal 01	497.626,00	497.626,00	0,00	444.587,57
02 9 50 18 00	1011	0603010102	REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)				
			Transf. Correntes - O.E.	0,00	0,00	0,00	0,00
			Transf. Capital - O.E	200.000,00	200.000,00	0,00	199.235,58
02 9 50 18 00	1011	1003010102		200.000,00	200.000,00	0,00	199.235,58
			Subtotal 02	200.000,00	200.000,00	0,00	199.235,58
			Total Rec. Invest. Plano	697.626,00	697.626,00	0,00	643.823,15
			Total Geral	35.607.626,00	40.681.118,00	1.163.460,14	40.033.651,83

(continua)

Controlo Orçamental - Receita (continuação)

(Valores em euros)

Liquidações Anuladas (6)	Receitas cobradas brutas (7)	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida (10)=(7)-(9)	Receitas por cobrar no final do ano (11)=(4)+(5)-(6)-(7)	Grau de execução orçamental das receitas (12)=(10)/(3)*100
		Emitidos (8)	Pagos (9)			
0,00	33.017.189,44	0,00	0,00	33.017.189,44	0,00	98,3%
0,00	33.017.189,44	0,00	0,00	33.017.189,44	0,00	98,3%
0,00	39.735,38	0,00	0,00	39.735,38	0,00	108,3%
0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	0,00	100,0%
0,00	122.754,01	0,00	0,00	122.754,01	0,00	91,5%
0,00	1.453.015,34	0,00	0,00	1.453.015,34	260.763,37	163,5%
0,00	244.939,71	0,00	0,00	244.939,71	0,00	91,1%
0,00	4.360.444,44	0,00	0,00	4.360.444,44	260.763,37	113,9%
0,00	2.627.829,24	0,00	0,00	2.627.829,24	287.062,33	102,3%
0,00	2.627.829,24	0,00	0,00	2.627.829,24	287.062,33	102,3%
0,00	40.005.463,12	0,00	0,00	40.005.463,12	547.825,70	100,1%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	444.587,57	0,00	0,00	444.587,57	0,00	89,3%
0,00	444.587,57	0,00	0,00	444.587,57	0,00	89,3%
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
0,00	199.235,58	0,00	0,00	199.235,58	0,00	99,6%
0,00	199.235,58	0,00	0,00	199.235,58	0,00	99,6%
0,00	643.823,15	0,00	0,00	643.823,15	0,00	92,3%
0,00	40.649.286,27	0,00	0,00	40.649.286,27	547.825,70	99,9%

DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS
DE CAIXA



Relatório e Contas

2009



Fluxos de Caixa

Capítulo	Grupo	Recebimentos		
		Saldo da gerência anterior		0,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. Orç. OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	498.491,19	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Receitas		45.418.617,50
1		Dotações orçamentais (OE)		33.661.012,59
		Orç. Funcionamento	33.017.189,44	
	0603010102	Transf. Correntes Orçamento do Estado	32.749.716,98	
	1003010102	Transf. Capital Orçamento do Estado	267.472,46	
2		Correntes/PIDDAC	0,00	
	0603010102	MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)	0,00	
	0603010102	REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)	0,00	
		Capital/PIDDAC	643.823,15	
	1003010102	MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)	444.587,57	
	1003010102	REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)	199.235,58	
1		Dotações orçamentais (Receitas Próprias)		6.988.273,68
		Receitas Próprias Correntes	6.988.273,68	
	04.02.04.99.02	Coimas e Penalidades	39.735,38	
	06.03.01.01.02	Transf. Correntes - M. Agricultura	2.500.000,00	
	06.09.01.99.02	Transf. Correntes - U. E. Instituições	2.627.829,24	
	07.01.03.99.02	Publicações e Impressos	122.754,01	
	07.02.02.99.02	Serviços	1.453.015,34	
	08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	244.939,71	
		Recebido do Tesouro em conta de Receitas Próprias		4.451.399,63
		Importâncias retidas para entrega ao Estado e Outras Entidades:		317.931,60
		Receita do Estado	317.931,60	
		Operações de Tesouraria	0,00	
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.098.678,04	
		Operações de Tesouraria	2.117.239,16	
		Total		45.418.617,50

Fluxos de Caixa

Capítulo	Grupo	Pagamentos		
		Despesas		45.418.617,50
		Despesas Orçamentais (OE)		33.661.012,59
1		Correntes e de Capital/Orç. Funcionamento	33.017.189,44	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	21.441.805,92	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	335.253,52	
	01.03.	Segurança Social	4.460.102,23	
	02.01./02.	Aquisição de Bens e Serviços	4.736.146,24	
	06.	Outras Despesas Correntes	1.776.409,07	
	07.	Aquisições bens capital	267.472,46	
2		Correntes/PIDDAC	0,00	
		MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)		
	01.	Despesas com pessoal	0,00	
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
		REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)		
	01.	Despesas com pessoal	0,00	
	02.	Aquisições bens/serviços correntes	0,00	
2		Capital/PIDDAC	643.823,15	
		MOD. SOL. SUPORTE GESTÃO PROC. INT. (101)		
	07.	Aquisições bens capital	444.587,57	
		REF. SISTEMA INF. SUPORTE PROD. EST. (102)		
	07.	Aquisições bens capital	199.235,58	
1		Despesas orçamentais com compensação em receitas próprias e com ou sem transição dos saldos		4.451.399,63
		Correntes	4.451.399,63	
	01.01.	Remunerações Certas e Permanentes	1.943.145,76	
	01.02.	Abonos Variáveis ou Eventuais	158.031,62	
	01.03.	Segurança Social	771.922,02	
	02.01/02	Aquisição de Bens e Serviços	1.003.430,63	
	07.	Aquisições bens capital	574.869,60	
		Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias		6.988.273,68
		Descontos em Vencimentos e Salários:		
		Receita do Estado	3.098,678,04	
		Operações de Tesouraria	2.117.239,16	
		Importâncias entregues ao Estado e O. Entidades:		317.931,60
		Receita do Estado	317.931,60	
		Operações de Tesouraria	0,00	
		Saldo para a gerência seguinte		0,00
		Execução orçamental		0,00
		De dot. orçamentais OE	0,00	
		De receitas próprias	0,00	
		Na posse do Serviço	0,00	
		Na posse do Tesouro	2.536.874,00	
		De receita do Estado		0,00
		De operações de tesouraria		0,00
		Descontos em vencimentos e salários:		
		Receita do Estado	0,00	
		Total		45.418.617,50

ANEXOS ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



Relatório e Contas

2009



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em euros)

8.1 - CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

8.1.1 Identificação, regime financeiro e outros elementos

O Instituto Nacional de Estatística, I. P. (INE, I. P.) é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e património próprio, com sede na Avenida de António José de Almeida, em Lisboa, tendo por missão a produção e divulgação da informação estatística oficial, promovendo a coordenação, o desenvolvimento e a divulgação da actividade estatística nacional.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) a Lei Orgânica do INE (Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto) foi revogada e foram publicados o Decreto-Lei nº 166/2007, de 3 de Maio, o qual define a actual Lei Orgânica do INE e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de Março, a qual define a Estrutura Orgânica do Instituto.

Na sequência da aprovação da Lei nº 32-B/2002, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2003), este Instituto perdeu a sua autonomia financeira, deixando de ser um Serviço Autónomo, para passar ao regime de Serviço com Autonomia Administrativa, a partir de 1 de Janeiro de 2003, conforme estipulado no Artigo 3º do referido Diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 54/2003, de 28 de Março (Normas de execução do Orçamento do Estado para 2003), foi extinta a comissão de fiscalização do INE (Artigo 60º do citado Diploma), pelo que o presente relatório e contas não inclui parecer às contas emitido por esta comissão.

Dos factos acima referidos não resulta a necessidade de quaisquer alterações aos critérios contabilísticos, continuando a aplicar-se o POCP na preparação da informação contabilística a disponibilizar, que é comparável à informação disponibilizada no exercício anterior.

8.1.2 Legislação aplicável

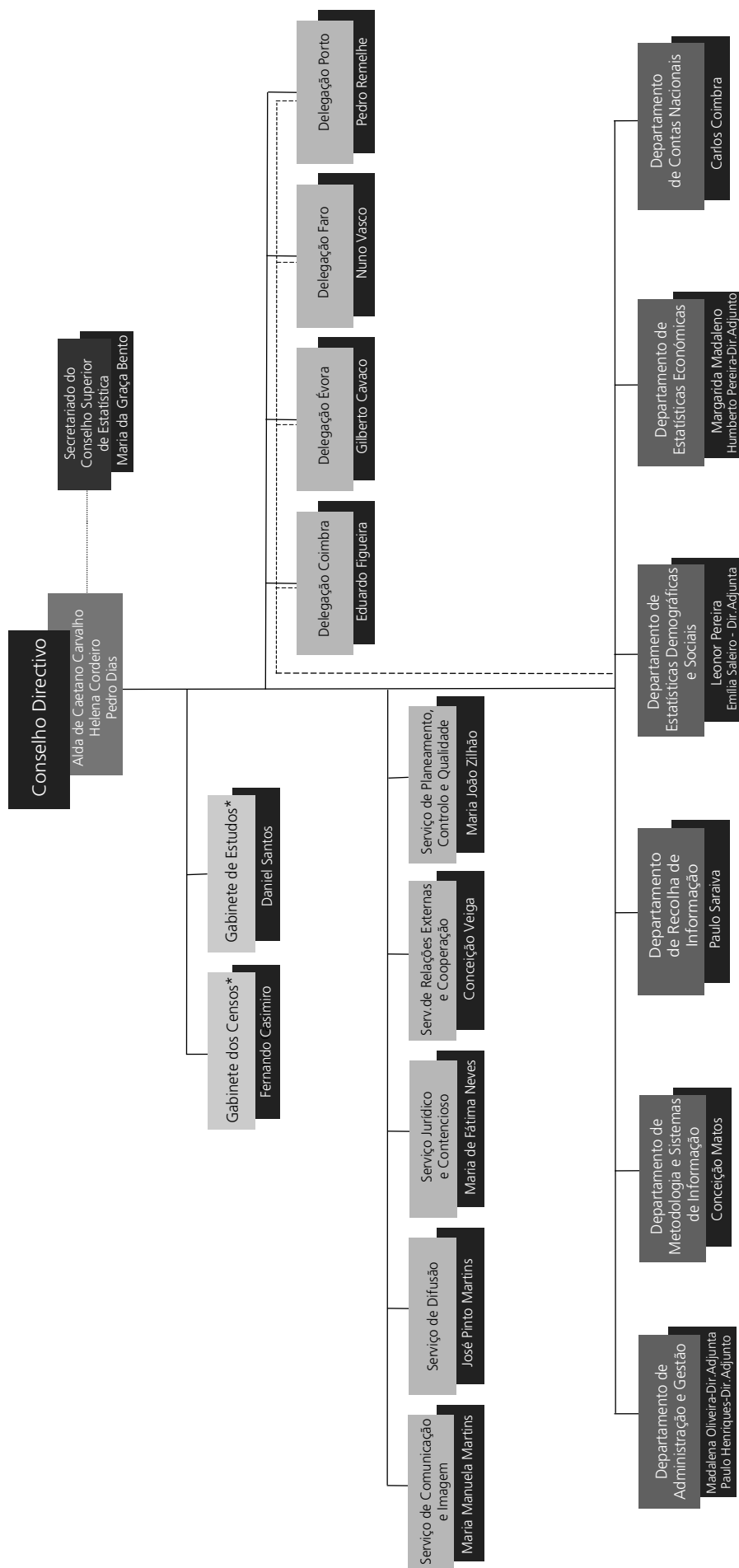
O INE foi criado pela Lei nº 1911, de 25 de Maio de 1935, data em que foram pela primeira vez estabelecidos os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional. Desde então, quer a Lei Orgânica do INE, quer os princípios básicos do Sistema Estatístico Nacional mantiveram-se praticamente inalterados não obstante se ter verificado a publicação de numerosos diplomas legais.

Entre 1989 e 2008 a Lei nº 6/89, de 15 de Abril, estabeleceu as bases gerais do Sistema Estatístico Nacional. Actualmente é a Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, que estabelece o enquadramento geral da actividade estatística nacional, definindo nomeadamente, os princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional, a sua estrutura e as normas que o regem.

Entre 1989 e 2007 a Lei Orgânica do INE encontrava-se definida no Decreto-Lei nº 280/89, de 23 de Agosto.

Actualmente a Lei Orgânica do Instituto encontra-se definida no Decreto Lei nº 166/2007, de 3 de Maio e a Portaria nº 662-H/2007, de 31 de Março, estabelece a Estrutura Orgânica do INE.

8.1.3 Estrutura organizacional do INE e identificação dos responsáveis, à data de 31 de Dezembro de 2009



— Dependência hierárquica

- - - Dependência técnico/funcional

..... Dependência da Vice-Presidente do CSE (Presidente do Conselho Directivo do INE)

* Equipa de Projecto

8.1.4 Descrição sumária das actividades

Este ponto encontra-se devidamente desenvolvido no relatório do Conselho Directivo.

8.1.6 Organização contabilística

- (a) O INE dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Manual de Planeamento e Controlo, Plano de Contas e Sistema de Contabilidade Analítica e Orçamental.
- (b) A informação contabilística é disponibilizada mensalmente, no final da 1ª quinzena do mês seguinte a que se refere.
- (c) Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.
- (d) São elaboradas trimestralmente conciliações bancárias, tanto pela Tesouraria como pela Contabilidade Geral.
- (e) As contas de terceiros são analisadas mensalmente.
- (f) Existe inventário permanente para todas as existências.
- (g) São feitos inventários físicos no final de cada exercício, cabendo ao Departamento de Administração e Gestão – Área Financeira emitir as devidas instruções.
- (h) Existe uma aplicação informática específica, onde se encontram cadastrados todos os bens do activo imobilizado.
- (i) Existe controlo orçamental, com periodicidade mensal, baseado num sistema de contabilidade analítica e orçamental.
- (j) A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Anual:

Conta de Gerência;
Relatório e Contas.

Informação Mensal:

Balancetes do Razão, geral e analítico;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por natureza;
Quadros do controlo orçamental de custos e proveitos, por unidade orgânica;
Quadros do controlo orçamental de investimentos, por natureza;
Balancete de execução orçamental (PIDDAC e Funcionamento).

8.1.5 Recursos Humanos à data de 31 de Dezembro de 2009

CATEGORIA	Nº EFEC-TIVOS	RELAÇÃO JUR. EMPREGO			DEPARTAMENTO																		
		QUADRO	TERMO CERTO	REQ./C.S.	O.SOC	JC	CI	PCQ	REC	DI	GE	GC	DES	DEE	DCN	DAG/AF	DAGR/H	GRH	DNIS	DRI	SCSE	GDINE	DELEG
Pres./Vogais Executivos	3	1		2	3																		
Directores Departamento	5	3		2								1	1	1					1	1			
Director Adjunto	4	4										1	1		1	1							
Chefes de Serviço	29	27		2		1	1	1	1	1		5	4	6	1	1			6	1			
Delegados	4	4																					4
Coordenador Projecto	3	3									1	1	1										
Chefe de Núcleo	13	13							1					1						11			
Tec. Sup. Estatística	221	218		3	1		1	2	1	6	3	5	25	31	49		2	22	33	38	2		
Tec. Sup. Informatica	53	53									1	1	1		1			3	44	2			
Outros Tec. Superiores	62	35	27			2		2	2	6			3	1		2	4	2	6	30	2		
Adjuntos de Estatística	201	201						2	1	11	1		8	24	21	4	5	1	21	97	2	2	1
Administrativos	53	53			1	2	1			2					2	8	4	2	6	17	1	1	6
Tec. Prof. Informatica	27	27								4			1	1		2		1	11	6			1
Outros Tec. Profissionais	237	53	183	1	2	1	1		2	10		2		1	1	1	2	4	5	203			2
Apoio Geral	15	15			2		3									6		1			1	1	2
TOTALS	930	710	210	10	9	6	7	7	7	41	6	9	46	64	82	25	19	36	133	406	7	4	16

8.1.7 Outra informação considerada relevante

- (a) Não existe órgão interno de auditoria.
- (b) Existem fundos fixos de caixa.
- (c) A maior parte das receitas cobradas são depositadas no mesmo dia. Excepcionalmente, podem transitar para o dia seguinte. Observa-se, ainda, para grandes montantes, transferências bancárias.
- (d) Os valores em caixa são controlados periodicamente, emitindo-se relatório discriminativo dos montantes existentes, por espécie.
- (e) Existe centralização das compras. São realizadas através do Serviço de Logística do Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira. Ocorrem, no entanto, situações muito pontuais de descentralização, especialmente a nível das Delegações do INE, no que se refere à aquisição de bens e serviços de utilização local.
- (f) Todas as compras são conferidas e controladas nos actos de recepção.
- (g) Toda a facturação (recebida e emitida) é sistematicamente controlada pelos órgãos intervenientes.
- (h) Existe separação e segregação das funções de facturação, de registo e de controlo das contas correntes.
- (i) As folhas de vencimentos e salários são supervisionadas por pessoas diferentes das que as elaboram.
- (j) Os bens e direitos do INE estão convenientemente salvaguardados, quer por práticas de controlo interno quer através de seguros patrimoniais.

8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

8.2.1 Derrogações ao POCP

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro.

A informação referente ao presente exercício é, nos aspectos relevantes, comparável com a do ano anterior, apesar de, até 31 de Dezembro de 1999, o INE ter preparado as suas contas em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto-Lei nº 410/89, de 21 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste Anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

8.2.3 Principais políticas e critérios contabilísticos

(a) Especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

(b) Vendas e prestações de serviços

Estas rubricas reflectem as receitas próprias do INE, provenientes das vendas de publicações e dos serviços prestados no âmbito dos diversos inquéritos realizados a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

(c) Proveitos suplementares

Esta rubrica reflecte, essencialmente, os reembolsos de despesas efectuadas pelo INE no âmbito de deslocações ao estrangeiro, acções de cooperação e patrocínios recebidos.

(d) Subsídios à exploração e ao investimento**(di) Subsídios correntes obtidos – Orçamento de Funcionamento e PIDDAC**

Devido ao facto da actividade do Instituto ser financiada essencialmente por subsídios do Estado, e este ser responsável por cobrir qualquer déficit financeiro e que qualquer superavit será deduzido a subsídios futuros, os proveitos são especializados tendo em consideração o acima referido por contrapartida da rubrica de Outros devedores e/ou Outros credores. Assim, excepto quanto às situações que não originam movimentos de fundos, nomeadamente:

- Constituição, reforço e/ou anulações de provisões;
- Amortização, alienação e abate dos bens do imobilizado à data do balanço inicial, que tiveram como contrapartida Fundos próprios – Património; e
- Existências de Produtos acabados / Variação da produção

todos os outros custos são compensados no exercício com proveitos resultantes de subsídios recebidos ou a receber do Estado ou receitas próprias.

(dii) Outros subsídios

Os subsídios abaixo referidos são contabilizados em proveitos na proporção dos custos elegíveis incorridos:

- Contribuições financeiras provenientes de organismos da União Europeia, nomeadamente do EUROSTAT (Serviço de Estatística da Comissão Europeia (ver Nota 8.2.3 (h))); e
- Verbas provenientes de candidaturas a fundos comunitários (ver Nota 8.2.3 (h)).

(diii) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos em balanço na data da respectiva realização dos investimentos e são transferidos para proveitos durante o período de vida útil estimada do bem com que estão directamente relacionados, na proporção dos montantes das reintegrações contabilísticas.

(e) Imobilizações corpóreas e amortizações

Os bens do imobilizado corpóreo encontram-se registados ao custo de aquisição, com excepção dos edifícios e terrenos adquiridos antes de 28 de Agosto de 1989, os quais foram, a essa data, objecto de avaliação por parte de avaliador independente.

O INE calcula as amortizações do imobilizado corpóreo segundo o método das quotas constantes utilizando-se para o efeito as taxas fiscais máximas previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90, de 12 de Janeiro. O INE não utilizou, no exercício, para efeitos de cálculo de amortizações do imobilizado corpóreo, o previsto na Portaria nº 671/2000 (2ª série), de 17 de Abril, pelo facto da aplicação deste normativo não originar alterações patrimoniais significativas com impacto nas demonstrações financeiras.

Dentro de cada rubrica, foram praticadas taxas compreendidas nos intervalos a seguir referidos:

Edifícios e outras construções	2 % - 25 %
Equipamento básico	10 % - 25 %
Equipamento de transporte	25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	8,33 % - 25 %
Equipamento de informática	10 % - 33,33 %
Outras imobilizações corpóreas	10 % - 33,33 %

(f) Existências e provisões para depreciação de existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas pelo respectivo preço de aquisição. Como método de valorização das saídas é utilizado o preço médio.

Os produtos acabados e intermédios são valorizados ao preço de mercado, dado este ser inferior ao custo de produção.

A provisão para depreciação das existências tem por base de cálculo o ano de edição, uma vez que a procura recai sobre as publicações com dados mais recentes, utilizando-se as seguintes taxas:

- 95 % para publicações editadas há mais de 24 meses;
- 80 % para publicações editadas há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para publicações editadas há menos de 12 meses.

Considera-se que a provisão assim calculada reflecte de forma adequada os riscos efectivos de perda possível.

(g) Provisão para cobranças duvidosas

A provisão para cobranças duvidosas tem por base de cálculo o prazo médio de recebimento, utilizando-se as seguintes taxas:

- 100 % para créditos em mora há mais de 24 meses;
- 50 % para créditos em mora há mais de 12 e menos de 24 meses;
- 0 % para créditos em mora há menos de 12 meses.

O valor da provisão assim calculada é idêntico ao montante considerado necessário numa perspectiva de risco efectivo de cobrança.

(h) Acréscimos de proveitos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com:

- As contribuições financeiras provenientes da Comissão Europeia, em função da periodização dos custos elegíveis para efeitos de justificação da contribuição; e
- Os financiamentos a receber de candidaturas a fundos comunitários no final de cada exercício, em função das despesas elegíveis para o período.

(i) Proveitos diferidos

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização:

- dos subsídios ao investimento e à exploração conforme descrito na Nota 8.2.3 (d) acima; e
- da parte dos serviços prestados facturados e ainda não prestados (ver Nota 8.2.39 (c)).

(j) Complemento para Pensão de Reforma

Em 21 de Dezembro de 1999, o INE procedeu à constituição de um fundo de pensões fechado e de contribuição definida a favor dos seus empregados. Assim, as contribuições anuais ou extraordinárias que foram feitas para o fundo foram registadas em custos do exercício em que ocorreram.

Em 30 de Abril de 2001, o fundo de pensões foi alterado, tendo passado de contribuição definida, para benefícios definidos, sendo registado em custos do exercício o valor entregue ao Fundo, o qual, grosso modo, corresponde ao aumento das responsabilidades pelo complemento das pensões de reforma (ver Nota 8.2.39 (e)).

8.2.7 Movimentos no activo imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

ACTIVO BRUTO					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos	13.744.806,64	0,00	0,00	0,00	13.744.806,64
Edifícios e outras construções	10.324.128,66	20.323,60	(712.156,13)	0,00	9.632.296,13
Equipamento básico	1.449.700,66	0,00	(306.627,55)	0,00	1.143.073,11
Equipamento de transporte	486.013,87	0,00	(22.774,15)	0,00	463.239,72
Ferramentas e utensílios	124.895,29	44.204,35	(33.268,37)	0,00	135.831,27
Equipamento administrativo	3.111.826,42	14.540,02	(1.140.279,78)	0,00	1.986.086,66
Equipamento de informática	25.974.636,55	1.397.189,48	(8.605.502,17)	0,00	18.766.323,86
Outras imobilizações corpóreas	299.906,23	0,00	(285.059,61)	0,00	14.846,62
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	55.515.914,32	1.476.257,45	(11.105.667,76)	0,00	45.886.504,01

AMORTIZAÇÕES					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	4.173.773,60	258.055,59	(670.767,73)	0,00	3.761.061,46
Equipamento básico	1.316.714,21	47.595,94	(306.627,55)	0,00	1.057.682,60
Equipamento de transporte	486.013,87	0,00	(22.774,15)	0,00	463.239,72
Ferramentas e utensílios	103.896,30	12.104,01	(32.996,39)	0,00	83.003,92
Equipamento administrativo	2.922.166,04	91.147,74	(1.139.931,98)	0,00	1.873.381,80
Equipamento de informática	23.697.407,33	1.196.910,57	(8.605.502,17)	0,00	16.288.815,73
Outras imobilizações corpóreas	42.225,37	8,62	(33.430,94)	0,00	8.803,05
Totais	32.742.196,72	1.605.822,47	(10.812.030,91)	0,00	23.535.988,28

8.2.8 Mapa de reintegrações e amortizações (ver Nota 8.2.3 (e))

Encontra-se disponível no Departamento de Administração e Gestão - Área Financeira, deste Instituto, a informação referente a este ponto. Dado ser um documento muito extenso e como a informação global já se encontra devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não incluir o mencionado mapa (ver Nota 8.2.7).

8.2.12 Outras informações relativas ao imobilizado (ver Nota 8.2.3 (e))

As imobilizações estão afectas, na totalidade, à actividade do INE.

8.2.24 Valores a pagar e a receber do pessoal

Em 31 de Dezembro de 2009 as responsabilidades assumidas com o pessoal ascendem a cerca de 3.493.265,03 (2008: 3.023.079,62) e correspondem às férias, subsídios de férias e respectivos encargos vencidos em 2009 e a pagar em 2010 encontrando-se registados em acréscimos de custos.

Em 31 de Dezembro de 2009 o valor a receber do pessoal ascende a 10.913,43 (2008: 16.913,43) e corresponde a adiantamentos com deslocações.

8.2.31 Movimento das provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas	9.895,10	0,00	(3.667,81)	6.227,29
Provisões para depreciação de existências	626.473,06	0,00	(97.767,37)	528.705,69
Subtotal	636.368,16	0,00	(101.435,18)	534.932,98
Provisões para riscos e encargos	1.043.263,52	0,00	(1.043.263,52)	0,00
Totais	1.679.631,68	0,00	(1.144.698,70)	534.932,98

As movimentações das contas de provisões para cobranças duvidosas e depreciação de existências são efectuadas de acordo com o referido nas Notas 8.2.3 (g) e 8.2.3 (f), respectivamente.

A redução do montante verificado na conta de provisões para riscos e encargos decorre de se ter concluído o processo de auditoria efectuada pelo EUROSTAT, iniciado em finais de 2006. O INE procedeu à devolução de 1.721.367,85, juros de mora incluídos (18.475,22), na sequência de apresentação de relatório a contrapor o relatório inicial elaborado pelo EUROSTAT.

8.2.32 Movimentos ocorridos no exercício em rubricas de fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Património	20.772.818,99	0,00	0,00	20.772.818,99
Resultados transitados	(6.160.056,18)	0,00	(90.904,66)	(6.250.960,84)
Resultado líquido do exercício:				
2008	(90.904,66)	90.904,66	0,00	0,00
2009	0,00	701.683,37	0	701.683,37
Totais	14.521.858,15	792.588,03	(90.904,66)	15.223.541,52

As variações ocorridas por aplicação do resultado do exercício têm origem em despacho específico do Ministro da Tutela, no âmbito do processo de aprovação das contas daquele exercício.

O saldo da rubrica Património, no montante de 20.772.818,99, corresponde à diferença que foi apurada com referência a 28 de Agosto de 1989, entre o valor do conjunto dos bens e direitos e das obrigações, determinados com base nos inventários, avaliações e registos disponíveis, à data da transformação do INE em Instituto Público.

O Resultado líquido do exercício e em conformidade com o referido na Nota 8.2.3 (di) resulta dos seguintes factos:

Amortizações do exercício de bens não subsidiados	(54.867,77)
Abates no exercício de bens não subsidiados	(251.628,67)
Constituição, aumentos e/ou reduções de Provisões	1.144.698,70
Variação da Produção	(103.182,34)
Outras situações	(33.336,55)
Resultado líquido do exercício	701.683,37

8.2.33 Demonstração do custo das matérias consumidas

Movimento de Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	
Existências iniciais	107.646,85
Compras	78.176,86
Regularização de existências	(1.627,13)
Existências finais	(66.329,53)
Custos no exercício	117.867,05

8.2.34 Demonstração da variação de produção

Movimento de Produtos acabados e intermédios	
Existências finais	603.576,98
Existências iniciais	(706.759,32)
Aumentos no exercício	(103.182,34)

8.2.35 Repartição, por mercados, do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

Rubricas	M. Interno	M. Externo	Total
Vendas	14.058,59	7.662,39	21.720,98
Prestações de serviços	372.128,49	585.538,79	957.667,28
Totais	386.187,08	593.201,18	979.388,26

8.2.37 Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
681 - Juros suportados	0,00	0,00	781 - Juros obtidos	0,00	0,00
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	5,39
688 - Outros custos e perdas financeiros	1.501,69	1.776,13	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	1.206,76
Resultados financeiros	(1.501,69)	(563,98)			
	0,00	1.212,15		0,00	1.212,15

8.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
692 - Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 - Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 - Perdas em existências	1.627,13	0,00	793 - Ganhos em existências	0,00	94,49
694 - Perdas em imobilizações	251.628,67	0,00	794 - Ganhos em imobilizações	11.247,00	4.213,87
695 - Multas e penalidades	342,00	96,00	796 - Reduções de amortizações e provisões	101.435,18	0,00
697 - Correções relativas a exercícios anteriores	305.963,29	335.351,58	797 - Correções relativas a exercícios anteriores	17.822,58	217.538,33
698 - Outros custos e perdas extraordinários	729.826,71	89.023,12	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	1.562.794,75	1.289.299,49
Resultados extraordinários	403.911,71	1.086.675,48			
	1.693.299,51	1.511.146,18		1.693.299,51	1.511.146,18

(a) A rubrica Outros proveitos e ganhos extraordinários inclui o montante de 1.558.935,47 (2008: 1.282.458,55) referente ao valor dos subsídios ao investimento transferido para proveitos, conforme descrito na Nota 8.2.3 (diii) (Ver também Nota 8.2.39 (c)).

8.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados**(a) Outros devedores**

Rubricas	2009	2008
EUROSTAT	287.062,33	613.923,27
Especialização do exercício do Orçamento do Estado	0,00	0,00
Direcções e serviços regionais	39.135,29	39.135,29
Pessoal	32.496,51	16.913,43
Outros	35.879,57	0,00
Totais	394.573,70	669.971,99

(b) Acréscimos de proveitos (ver Nota 8.2.3 (h))

Rubricas	2009	2008
Candidaturas Regionais	0,00	0,00
Comissão Europeia/Eurostat	778.335,55	1.217.927,18
Outros acréscimos de proveitos	8,25	326,30
Totais	778.343,80	1.218.253,48

(c) Proveitos diferidos (ver Nota 8.2.3 (i))

Rubricas	2009	2008
Subsídios ao investimento (ver Nota 8.2.3 (diii))	7.261.947,74	7.386.633,94
Comissão Europeia/Eurostat (ver Nota 8.2.3 (dii))	487.316,84	0,00
Outros proveitos diferidos	8.675,44	16.947,76
Totais	7.757.940,02	7.403.581,70

A rubrica de subsídios ao investimento decompõe-se como segue, por contas do imobilizado:

Rubricas	2009	2008
Terrenos	283.982,39	291.963,16
Edifícios e outras construções	4.243.490,93	4.467.743,55
Equipamento básico	85.390,51	132.986,45
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	52.827,35	20.998,99
Equipamento administrativo	112.704,86	189.660,38
Equipamento informático	2.477.508,13	2.277.229,22
Outras imobilizações corpóreas	6.043,57	6.052,19
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Totais	7.261.947,74	7.386.633,94

A variação no exercício de subsídios ao investimento é a seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 2008	7.386.633,94
Reforço (OF e PIDDAC)	1.476.257,45
Valor transferido para proveitos do exercício (ver Notas 8.2.3 (dii) e 8.2.38)	(1.558.935,47)
Outras reduções, por abates	(42.008,18)
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	7.261.947,74

(d) Transferências e subsídios correntes obtidos

O valor das transferências e dos subsídios correntes obtidos evidenciado na Demonstração dos resultados engloba montantes com origens diferenciadas (ver Nota 8.2.3 (di) e (dii)), como segue:

Rubricas	2009	2008
Orçamento de Funcionamento	32.751.500,13	29.967.584,93
Orçamento do PIDDAC	4.292,14	10.974,28
Comissão Europeia/Eurostat	1.428.454,59	1.152.213,37
Candidaturas Regionais/Outros	1.928.962,87	0,00
Especialização de verbas do Orçamento do Estado	(186.124,92)	1.397.443,9
Totais	35.927.084,81	32.528.216,50

(e) Complemento de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 8.2.3 (j) o INE assumiu em Abril de 2001 responsabilidades pelo pagamento de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Este plano é aplicável aos empregados no activo, que sejam reformados à idade normal da reforma, os quais terão direito a uma pensão mensal vitalícia, não actualizável correspondente a 10% da remuneração base mensal líquida auferida à data da reforma. Caso o empregado seja considerado total e permanentemente inválido antes da data normal de reforma, e cumpridos os requisitos previstos no período de carência, o plano garante o pagamento de uma pensão vitalícia, pagável mensalmente, calculada com a seguinte fórmula:

$$PM = 40\% \times (1 - (X - 20)/45) \times RML$$

X – idade do participante na data da reforma

RML = Remuneração base mensal líquida

Os estudos actuariais efectuados por entidade independente, com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008, para efeitos de apuramento nessas datas das responsabilidades acumuladas, utilizaram o método da Unidade projectada e tiveram por base os seguintes pressupostos:

	2009	2008
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 1980	EVK 1980
Taxa de crescimento dos salários	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	0%	0%

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a cobertura das responsabilidades pelos activos do Fundo que lhes estão afectos, era como segue:

	2009	2008
Valor actual das responsabilidades por serviços passados	3.180.179,00	2.897.357,00
Valor do Fundo	3.925.472,00	3.566.329,00
Excesso/Insuficiência de cobertura	745.293,00	668.972,00

A variação nas responsabilidades por serviços passados decompõem-se como segue:

Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2008	2.897.357,00
Custo dos serviços correntes	150.866,00
Custos dos juros	166.664,00
Ganhos Actuariais	(25.507,00)
Pagamento	(9.201,00)
Responsabilidades por serviços passados em 31 de Dezembro de 2009	3.180.179,00

Também, conforme referido na Nota 8.2.3 (j), o INE registou em custos dos exercícios os montantes entregues ao Fundo para cobertura das responsabilidades, cujo valor não difere de forma significativa do custo do exercício calculado em conformidade com o previsto na Directriz Contabilística nº 19.

Alterações Orçamentais - Despesa

Classificação económica										Valores em euros
Código	Descrição	Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações		
(1)	(2)	(3)	Transferências de verbas entre rubricas		Modificações na redacção da rubrica	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)+(8)	(10)		
			Reforços (4)	Anulações (5)	Créditos especiais (6)	(7)				
Desp. Func. Normal										
01.01.	F.FIN. 111 RECEITAS GERAIS	20.978.879,00	2.744.986,00	-2.279.036,00	0,00	0,00	21.444.829,00			
01.02.	Remun. certas e permanentes	236.200,00	202.400,00	-88.500,00	0,00	0,00	350.100,00			
01.03.	Ab. variáveis ou eventuais	4.689.171,00	5.100,00	-225.400,00	0,00	0,00	4.468.871,00			
02.	Segurança social	5.793.000,00	1.070.350,00	-1.661.950,00	0,00	0,00	5.201.400,00			
06.	Aq. bens e serviços correntes	812.750,00	1.579.750,00	-1.675.500,00	1.075.000,00	0,00	1.792.000,00			
07.	Outras despesas correntes	0,00	327.800,00	0,00	0,00	0,00	327.800,00			
	Subtotal 01	32.510.000,00	5.930.386,00	-5.930.386,00	1.075.000,00	0,00	33.585.000,00			
F.FIN. 123 RECEITA C/ T. SALDOS										
01.01.	Remun. certas e permanentes	482.000,00	272.750,00	-213.750,00	1.082.610,00	0,00	1.623.610,00			
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	100.000,00	40.000,00	0,00	25.000,00	0,00	165.000,00			
01.03.	Segurança social	200.000,00	0,00	0,00	224.780,00	0,00	424.780,00			
02.	Aq. bens e serviços correntes	193.000,00	132.000,00	-206.000,00	921.253,00	0,00	1.040.253,00			
06.	Outras despesas correntes	25.000,00	105.000,00	-130.000,00	0,00	0,00	0,00			
07.	Aq. bens capital	0,00	0,00	0,00	574.870,00	0,00	574.870,00			
	Subtotal 02	1.000.000,00	549.750,00	-549.750,00	2.828.513,00	0,00	3.828.513,00			
F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS										
01.01.	Remun. certas e permanentes	1.015.000,00	35.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	2.050.000,00			
01.02.	Ab. variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
01.03.	Segurança social	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.000,00			
02.	Aq. bens e serviços correntes	0,00	0,00	0,00	169.979,00	0,00	169.979,00			
06.	Outras despesas correntes	35.000,00	35.000,00	-70.000,00	0,00	0,00	0,00			
	Subtotal 03	1.400.000,00	70.000,00	-70.000,00	1.169.979,00	0,00	2.569.979,00			
	Total Desp. Func. Normal	34.910.000,00	6.550.136,00	-6.550.136,00	5.073.492,00	0,00	39.983.492,00			
Desp. Investimentos Plano										
F.FIN. 111/2 RECEITAS GERAIS										
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)										
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
07.	Aq. bens capital	497.626,00	275.550,00	-275.550,00	0,00	0,00	497.626,00			
	Subtotal 01	497.626,00	275.550,00	-275.550,00	0,00	0,00	497.626,00			
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)										
01.	Desp com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
02.	Aq. bens serviços correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
07.	Aq. bens capital	200.000,00	49.450,00	-49.450,00	0,00	0,00	200.000,00			
	Subtotal 02	200.000,00	49.450,00	-49.450,00	0,00	0,00	200.000,00			
	Total Desp. Invest. Plano	697.626,00	325.000,00	-325.000,00	0,00	0,00	697.626,00			
	Total	35.607.626,00	6.875.136,00	-6.875.136,00	5.073.492,00	0,00	40.681.118,00			

Alterações Orçamentais - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Código (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
06.03.01.01.02	Receitas Func. Normal F.FIN.110 RECEITAS GERAIS Tranf. Correntes - O.E.	32.510.000,00 32.510.000,00	0,00 0,00	1.075.000,00 1.075.000,00	0,00 0,00	33.585.000,00 33.585.000,00	
04.02.04.99.02	Subtotal 01 F.FIN.123 RECEITA C/ T. SALDOS Coimas e penalidades	30.000,00	6.700,00	0,00	0,00	36.700,00	
06.03.01.01.02	Tranf. Correntes - M. Agricultura	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	
07.01.03.99.02	Publicações e impressos	100.000,00	34.188,00	0,00	0,00	134.188,00	
07.02.02.99.02	Serviços	650.000,00	238.791,00	0,00	0,00	888.791,00	
08.01.99.99.02	Outras receitas correntes	220.000,00	48.834,00	0,00	0,00	268.834,00	
	Subtotal 02	1.000.000,00	2.828.513,00	0,00	0,00	3.828.513,00	
06.09.01.99.02	F.FIN. 260 RECEITA C/ T. SALDOS Tranf. Correntes - U.E. Instituições	1.400.000,00 1.400.000,00	1.169.979,00 1.169.979,00	0,00 0,00	0,00 0,00	2.569.979,00 2.569.979,00	
	Subtotal 03	34.910.000,00	3.998.492,00	1.075.000,00	0,00	39.983.492,00	
	Receitas Investimento Plano						
06.03.01.01.02	F.FIN. 111/2 RECEITAS GERAIS MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.02	Correntes - Orç. Estado Capital - Orç. Estado	497.626,00 497.626,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	497.626,00 497.626,00	
	Subtotal 01						
06.03.01.01.02	REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.03.01.01.02	Correntes - Orç. Estado Capital - Orç. Estado	200.000,00 200.000,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	200.000,00 200.000,00	
	Subtotal 02						
	Total Rec. Invest. Plano	697.626,00	0,00	0,00	0,00	697.626,00	
	Total	35.607.626,00	3.998.492,00	1.075.000,00	0,00	40.681.118,00	

Transferências Correntes - Receita

Disposições legais (1)	orçamentadas (2)	obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2009 - Orç. Funcionamento	33.257.200,00	32.749.716,98
Lei do Orçamento de Estado para 2009 - CAPº 50º (PIDDAC):		
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	0,00	0,00
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	0,00	0,00
TOTAL	33.257.200,00	32.749.716,98

Transferências de Capital - Receita

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Transferências orçamentadas (2)	Transferências obtidas (3)
Fonte de Financiamento 111		
Lei do Orçamento de Estado para 2009 - Orç. Funcionamento	327.800,00	267.472,46
Lei do Orçamento de Estado para 2009 - CAPº 50º (PIDDAC):		
MOD. SOL. S. G. PROC. INT. (101)	497.626,00	444.587,57
REF. SIST. INF. S. PROD. EST. (102)	200.000,00	199.235,58
TOTAL	1.025.426,00	911.295,61

Subsídios Obtidos

(Valores em euros)

Disposições legais (1)	Finalidade (2)	Subsídios recebidos (3)	Subsídios previstos e não recebidos (4)
Subvenções com o EUROSTAT	Apoio de projectos para obtenção de informação estatística harmonizada entre Estados Membros	2.627.829,24	287.062,33
	TOTAL	2.627.829,24	287.062,33